



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 69ª reunião, realizada em 29 de janeiro de 2021

1 Em 29 de janeiro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro
8 de Castro Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
9 Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado de Trabalho e
10 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de
11 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão
12 Fonseca, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de
14 Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto,
15 do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra);
16 Henrique Damásio Soares, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
17 (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque
18 Estadual do Rio Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção
19 Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima,
20 da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação
21 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.**
22 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou
24 aberta a 69ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias e fez os seguintes
25 registros: “Eu quero informar aos senhores que agora no dia 26 foi publicado o
26 Decreto 48.127, de 26 de janeiro de 2021, que regulamenta o Programa de
27 Regularização Ambiental (PRA), previsto na Lei Federal 12.651/2012, bem como
28 na Lei 20.922/2013 e que dá outras providências. Eu sugiro aos senhores
29 conselheiros que façam a leitura desse decreto, que é tão importante,
30 regulamentando o Programa de Regularização Ambiental. Eu gostaria também de
31 informar aos senhores conselheiros que estão abertas as inscrições para o curso
32 de capacitação dos conselheiros, que é de suma importância para os nossos
33 trabalhos. E ainda eu solicito aos senhores para que façam o curso e se atentem
34 aos slides, que não pulem os slides e façam também o questionário ao final.
35 Porque para ter o certificado é preciso ter a nota superior a 70% e, ao pular os
36 slides ou deixar de fazer o questionário ao final, pode ser que os senhores não
37 consigam a nota de 70%. Então é necessário que leiam com calma todos os slides

e procurem fazer o questionário para obter não só o conhecimento, como também o certificado ao final do curso. E já adianto que no dia 11 do mês que vem nós teremos a reunião extraordinária para tratar daqueles assuntos referentes à moção que foi aprovada, para darmos continuidade.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “Hoje, aproveitando a nossa pauta, nós vamos iniciar o assunto avaliação ambiental integrada, com o viés de monitoramento hidrológico, que foi a primeira pauta sugerida e aprovada pelos conselheiros. Eu acredito que na próxima reunião continue essa temática, que, com certeza, não encerra na reunião de hoje. E teremos também o segundo ponto de pauta, que é mineração versus segurança hídrica, que foi a segunda proposta, e também corredores ecológicos. São as outras temáticas. Vamos depender de tempo, proposta de apresentações, que a gente vem trabalhando com os conselheiros, para ver o desenvolvimento das atividades. A extraordinária de fevereiro foi o pleito realizado e está ocorrendo com o viés de tratarmos essas temáticas, o que não impede que outras extraordinárias – mesmo com periodicidade maior – sugeridas por vocês sejam marcadas, para continuarmos essas temáticas, o que também acredito que não vai ser em uma só reunião. Então nós vamos conseguir passar por todas as temáticas, e tenho certeza de que vai ser muito produtivo.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria fazer três destaques importantes. Ontem, nós tivemos uma importante premiação, o Prêmio Hugo Werneck, organizado pela Revista Ecológico, coordenado pelo nosso querido colega Hiram Firmino. Nessa ocasião, foi homenageada com o prêmio de personalidade do ano a nossa querida secretária, engenheira, sócia da Sociedade Mineira de Engenheiros, Marília Carvalho de Melo, pelo trabalho que ela vem desenvolvendo na SEMAD. O prêmio da Marília é um prêmio para a SEMAD. Eu queria aqui referendar esse prêmio e dar os meus parabéns não só para a nossa querida Marília, mas também para toda a equipe da SEMAD e toda a equipe das Suprams. Vocês merecem, têm feito um trabalho exemplar. Ficam as nossas homenagens, da Sociedade Mineira de Engenheiros, como uma sociedade civil que pertence ao COPAM e à nossa CMI. Nessa mesma oportunidade, tivemos um prêmio muito importante, que foi o prêmio do Projeto Germinar, como Projeto Parceiro Sustentável. Um projeto da Gerdau, um destacado projeto desenvolvido em Ouro Branco, do qual eu sou testemunha ocular desde o nascimento desse projeto, porque pertenci aos quadros da nossa querida Açominas. Portanto, quero dizer que isso é uma consideração importante, uma referência muito importante para nossa área de mineração e siderurgia de Minas Gerais. O terceiro ponto é para mim uma questão de tristeza. Nós perdemos, através da Covid, um dos grandes amigos nossos, companheiro da engenharia sanitária, nosso colega na Copasa, deputado estadual que foi presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Eu quero render aqui as minhas homenagens e falo também em nome do nosso querido companheiro da Abes aqui, Valter Vilela. Também participamos juntos na Copasa. A perda do nosso querido Fábio Avelar para nós foi uma tristeza

81 muito grande. Então fica aqui a nossa homenagem póstuma a ele, à família dele
82 e a todos os amigos que congregaram com ele durante muito tempo.” Conselheiro
83 Julio Cesar Dutra Grillo: “Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os
84 participantes da reunião e as pessoas que estão nos assistindo. Não pude estar
85 na reunião passada em virtude de compromisso assumido por mim após a
86 definição do calendário de reuniões de 2021. A convocação da nova reunião nos
87 pegou de surpresa no dia 30/12. Eu já tinha outros compromissos. Um ponto muito
88 importante abordado pela ACP, que requer ao Estado alterações na formação e
89 no funcionamento dos conselhos de Meio Ambiente de Minas Gerais, foi a
90 questão dos prazos de convocação das reuniões. Vejamos o que diz a ACP nas
91 páginas 12, 13 e 14/82: ‘.... Não se desconhece que o Regimento Interno do
92 COPAM estabelece antecedência mínima de apenas 10 (dez) dias corridos para
93 convocação das reuniões ordinárias e 5 (cinco) dias corridos para a convocação
94 das reuniões extraordinárias, assim como para disponibilização das respectivas
95 pautas e documentos a serem analisados. Não obstante, como bem apontado
96 pelos representantes em sua peça de denúncia, esses prazos são definitivamente
97 exíguos e dificultam a real participação social. Com efeito, os processos de
98 licenciamentos ambientais submetidos às câmaras técnicas especializadas dizem
99 respeito a atividades e obras de significativos impactos, usualmente instruídos
100 com estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental –
101 EIA/RIMA, documentos altamente técnicos, elaborados por equipes
102 multidisciplinares, que demandam levantamento de dados primários e visitas de
103 campo para sua confecção. Destarte, os corriqueiros 10 (dez) dias corridos de
104 antecedência da data da convocação para a data da reunião e consequente
105 disponibilização dos estudos e resultados das análises feitas pelos servidores da
106 SEMAD não são suficientes para a tomadas de ações mínimas por parte dos
107 representantes da sociedade civil organizada, tais como identificação e
108 conhecimento da população atingida, realização de diligência in loco,
109 confrontação das informações relatadas no EIA/RIMA com outras fontes de dados
110 etc., todas providências fundamentais para uma efetiva participação cidadã.
111 Apenas em caráter exemplificativo, recorda-se que um dos pontos que devem
112 constituir a análise de um licenciamento ambiental é o critério locacional e, em
113 determinadas hipóteses, como a construção de barragens de mineração ou a
114 intervenção em área de preservação permanente, a autorização passa,
115 impreterivelmente, pela demonstração de que não existe local alternativo para a
116 instalação da atividade ou obra. Ora, como esperar que em escassos 10 (dez)
117 dias corridos, contados do conhecimento da análise de viabilidade emitida pela
118 SEMAD, as entidades consigam identificar eventual opção locacional válida,
119 inclusive em situações em que a área indicada se encontra a centenas de
120 quilômetros de distância, em fração do Estado nunca visitada?’ Fechando a ACP,
121 o MPMG solicita ao juiz, nas páginas 78 a 80, que: ‘.... Ante o exposto no presente
122 exordial, com fulcro nos ditames constitucionais e legais aplicáveis à espécie, o
123 Ministério Público espera o recebimento da presente ação civil pública em defesa

124 dos princípios democráticos e da participação cidadã e também do direito
125 fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e requer: ... II.b).
126 Convoque as reuniões das câmaras técnicas especializadas e disponibilize toda
127 documentação pertinente com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias,
128 especialmente nas hipóteses em que houver deliberação acerca de licenciamento
129 ambiental complexo, assim compreendido aquele que verse sobre atividade ou
130 obra instruído com EIA/RIMA ou que pretenda se instalar fora do município que
131 sediará a reunião colegiada. ...' Aproveito a oportunidade para novamente
132 agradecer ao MPMG por esta excelente ACP. O ProMutuca peticionou
133 requerendo a sua inclusão como 'amicus curiae'. A Fiemg também já peticionou
134 para ser 'amicus curiae'. A convocação de reuniões extraordinárias em períodos
135 de festas e férias e com prazo extremamente curto não é nem sequer razoável.
136 Fica muito difícil para que as comunidades locais possam ser localizadas e
137 tenham tempo para análise dos Pareceres Únicos. Essa é mais uma evidência da
138 prioridade que o Estado de Minas tem dado aos interesses econômicos em
139 detrimento do respeito à sociedade civil e ao meio ambiente e em desrespeito ao
140 equilíbrio necessário para que tenhamos decisões ambientais fundadas nos
141 princípios de prevenção, precaução e sustentabilidade. Eu gostaria de falar sobre
142 um licenciamento que votamos na 59ª reunião da CMI, em 8 de maio de 2020, da
143 Mineradora Pedreira Irmãos Machado. Naquela votação, eu me abstei em função
144 de não ter podido encontrar moradores locais para saber a real situação do
145 empreendimento. Naquela reunião, na última hora, apareceu um representante
146 da comunidade, Sr. Diogo Ribeiro, que apresentou diversos problemas, entre eles
147 a falta de comunicação da empresa e do Estado com a sociedade diretamente
148 afetada. Os projetos da Pedreira Irmãos Machado apresentados na reunião foram
149 deferidos quase que por unanimidade. Anteontem, recebi um telefonema de um
150 morador de Amarantina e a mensagem que vou ler em seguida. '... Boa tarde,
151 Julio Grillo! Tudo bem? O principal motivo de urgência no momento é a área de
152 servidão, que a empresa mineradora Pedreira Irmãos Machado judicializou contra
153 os moradores, de uma forma sem transparência, onde os moradores foram pegos
154 de surpresa e estão se sentindo coagidos a aceitar as exigências impostas pela
155 empresa, e essas pessoas estão desesperados, pois não querem ser retiradas de
156 suas casas dessa forma autoritária, pois tem moradores que residem a vida toda
157 nessa região, e a maioria são moradores humildes que não têm como se defender
158 dessa covardia, pois estão atacando individualmente cada família através dessas
159 atuações judiciais. Obs.: a ANM deu parecer favorável à concessão de servidão
160 a essa empresa de uma forma muito estranha, em um documento sem a menor
161 consistência, sem conhecer a real história dessa comunidade e sem uma
162 audiência pública onde os moradores possam ser ouvidos e respeitados como
163 cidadãos. Lembrando que existem inquéritos desde 2012 no MP de Ouro Preto
164 contra a Pedreira Irmãos Machado, devido a vários desmandos e irregularidades
165 no modo em que a empresa atua na região. Além disso, ela instalou um pátio de
166 uma transportadora (Transportadora Machado Júnior) que é do mesmo grupo

dentro de uma área urbana em Amarantina, Ouro Preto, que está sufocando os moradores ao entorno e deixando essa parte do distrito desabitada, pois os moradores não estão resistindo à pressão. Obs: o mesmo que está acontecendo no distrito de Amarantina também está acontecendo nos subdistritos de Bocaina e Morais, com a mineradora Bemil, que é do mesmo dono, e também existem inquéritos no MP contra essa empresa. Além disso, existem muitas denúncias e depoimentos de moradores sobre várias irregularidades e desmandos: ex: - Licenças ambientais conseguidas sem o conhecimento e a participação da comunidade em plena pandemia e sem transparência com os moradores interessados. - Nascentes d'água destruídas e soterradas pela empresa, conforme relatos de vários moradores. - Moradores sendo coagidos através de notificações judiciais por reivindicar melhorias e respeito à comunidade. - Britadores de pedras instalados em locais inadequados que provocam ruídos excessivos e intermitentes prejudicando a saúde e qualidade de vida dos moradores. - Detonações muito fortes de desmonte de rocha, o que é sentido em toda a região, abalando as casas. - Trânsito excessivo de carretas pesadas dentro da cidade, em ruas estreitas, abalando as estruturas das casas, prejudicando as vias públicas, com poeira e ruídos excessivos prejudicando a saúde e o bem-estar dos moradores. - Entupimento de córrego que prejudicou pequenos agricultores de subsistência, pois a água desse córrego é utilizada para irrigação de hortas, e esse entupimento ocasionou mortes de peixes que viviam nesse córrego. ...' Os reclamantes acima pediram para não serem identificados, com receio de sofrerem retaliações. Isso mostra que pode estar havendo uma situação muito grave em Amarantina. Eu gostaria de solicitar à SEMAD que verifique o que está se passando em Amarantina, que verifique as reclamações das comunidades locais e como anda a relação entre a Pedreira Irmãos Machado e os moradores próximos do empreendimento. Afinal de contas, esse empreendimento foi licenciado sem que nós tivéssemos tido tempo de consultar a sociedade local. E aparentemente não existe boa comunicação entre a empresa e a comunidade, entre a sociedade e a comunidade. Para finalizar minha fala, um pouco triste, tenho que comunicar à SEMAD e aos colegas do Conselho que a partir desta reunião eu não serei mais o titular das ONGs de Defesa do Meio Ambiente neste Conselho. A ProMutuca irá indicar meu substituto antes da próxima reunião. Estou começando um trabalho como servidor público e acho que minha presença como conselheiro, representando as ONGs, pode ou deve gerar um conflito ético. Agradeço a paciência que vocês tiveram comigo durante este período. Agradeço à Teca pela sua incansável luta na defesa da sociedade e do meio ambiente e a Letícia, Simone e Euler pelas inúmeras contribuições. Agradeço especialmente aos servidores da SEMAD, que sempre me trataram com cordialidade, sempre solícitos. Por fim, desejo muito boa sorte para a Marília na sua gestão, torcendo para que ela faça as mudanças que julgamos necessárias no sistema de licenciamento de forma a nos adequar às necessidades de sustentabilidade do século XXI, com crise climática global e crise hídrica local. Era o que eu queria

210 dizer. Muito obrigado.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Só fazer um
 211 comunicado aos conselheiros e à sociedade que está assistindo a reunião no
 212 YouTube, que nos dias 22 e 23 de fevereiro a Fiemg vai realizar o evento
 213 ‘Obrigações legais ambientais’. Nós realizamos esse evento há mais de dez anos,
 214 em parceria com o Ibama e a SEMAD, para divulgar as principais exigências
 215 ambientais que as empresas têm que cumprir. Neste ano vai ser de forma virtual.
 216 O convite está no Sympla. Quem quiser participar, é só acessar a plataforma
 217 Sympla. Nós estamos à disposição, e eu também agradeço a parceria e
 218 disponibilidade do órgão ambiental estadual e do federal também nesse evento,
 219 que com certeza vai ser um sucesso.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Senhor
 220 presidente, senhores conselheiros, foi com muita emoção, quando o Dr. Orsini
 221 comentou sobre a morte do Fábio Avelar. Eu tenho a dizer que eu trabalhei com
 222 o Fábio longos anos na Copasa, era uma pessoa muito competente, muito séria.
 223 O Fábio foi presidente da Abes Minas Gerais por dois mandatos, quando eu fui
 224 secretário dele. E hoje neste Conselho eu representa a Abes. Então a Abes está
 225 de luto pelo falecimento do Fábio, que foi diretor na Copasa por dois mandatos,
 226 deputado estadual por três mandatos, presidente da Abes, vice-presidente da
 227 Sociedade Mineira de Engenheiros e presidente da Abas, Associação Brasileira
 228 de Águas Subterrâneas. É uma pessoa que vai fazer muita falta para nós.”
 229 Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Só para manifestar o meu pesar
 230 pela saída do conselheiro Julio, porque, além de representar a sociedade civil, ele
 231 trouxe e inaugurou alguns debates técnicos muito importantes, com um peso
 232 técnico muito bom. Então nós sentiremos falta dessa contribuição.” Conselheiro
 233 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Da forma que a Verônica acaba de dizer,
 234 eu queria colocar como um sentimento de falta da presença do Julio, que é meu
 235 amigo de muitos anos, desde o tempo da nossa querida Vista Aérea, dos tempos
 236 de Candonga, de Porto Estrela. Então, Julio, você é um ícone aqui dentro da
 237 nossa Câmara de Atividades Minerárias, uma pessoa que tem um passado
 238 importante e que pode ainda, independente de onde você estiver, ser um zelador
 239 pelo nosso meio ambiente de Minas Gerais. Apesar das nossas discussões,
 240 sempre muito adequadas, sempre muito educadas, são discussões que levam
 241 para o bem, eu defendendo a mineração, você também, em determinados
 242 momentos, defendendo a mineração sustentável. E eu queria congratular com o
 243 que você for fazer. Tenho certeza de que aquilo que você for desenvolver será
 244 para o benefício do desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. Aceite o meu
 245 forte abraço, com o distanciamento necessário em função da nossa idade e do
 246 Covid. Muito obrigado, Julinho. Felicidades.” Conselheiro José Angelo Paganini:
 247 “Julio, sentiremos sua falta neste Conselho. Sua contribuição foi extremamente
 248 positiva. Desejamos sucesso na sua nova atividade. E tenho certeza também de
 249 que o seu substituto irá contribuir positivamente para este Conselho. Sucesso.”
 250 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu fico chateado de o Julio estar
 251 saindo, porque o Julio é o contraponto dos pontos, o ponto de equilíbrio, ele é o
 252 contrário. Todo mundo já vem para o Conselho pensando no Julio, o que o Julio

253 vai falar. É impressionante a forma como ele consegue, em uma elegância
254 danada, contrapor tudo que se faz, e eu acho que é muito bacana. E a contribuição
255 dele é técnica e leva a alguns embates que nos fazem refletir muito bem a questão
256 do meio ambiente. Ele faz esses contrapontos mesmo, ele é o contraponto que
257 se faz necessário no Conselho. Por isso que é Conselho, alguém tem que chegar
258 e falar 'espera aí, não é assim'. Então, Julio, eu agradeço muito, aprendi muito
259 com você e sou feliz por ter participado um pouco da sua vida nesse tempo. Eu
260 queria saber, se você puder falar e for interessante. Muito obrigado por tudo.”
261 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Obrigado, eu fico muito honrado. Eu
262 trabalhei, durante muitos anos, com projeto conceitual e projeto físico de grandes
263 sistemas de informação, e um deles foi na área de transportes públicos. Eu
264 cheguei a vice-presidente da União Internacional de Transportes Públicos, na
265 área de tecnologia, em função desses desenvolvimentos de sistemas. Tenho um
266 bom conhecimento conceitual da área. E a Prefeitura de Nova Lima está com
267 problema de transporte público forte já há algum tempo, e eles me chamaram para
268 que eu pudesse montar um novo sistema. É essa a minha intenção. Como eu
269 venho trabalhando há muitos anos também no conselho da cidade de Nova Lima,
270 nos conselhos de Nova Lima, essa é uma oportunidade que eu tenho de dar uma
271 mão efetiva.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: “Eu também
272 queria entrar nesse rol de quem está a lamentar muito a ausência do Julio. O que
273 o Luiz ponderou em relação a contraponto eu diria que são contrapontos que
274 sempre foram muito bem embasados tecnicamente. Então é por isso que sempre
275 foi muito agradável, apesar de ser sempre um contraponto. Mas o embasamento
276 técnico, a informação, a capacidade mesmo, a experiência profissional, isso
277 sempre compensou tudo isso de uma forma brilhante. Realmente vai fazer muita
278 falta. Eu agradeço muito. Eu trabalhei na área ambiental durante muitos anos e
279 conheci pessoas extremamente radicais cujo radicalismo não tinha muita
280 consistência ou quase nenhuma consistência técnica. Então eu admiro uma
281 pessoa que consegue manter um posicionamento sob o ponto de vista da
282 sustentabilidade e que isso seja sempre amparado pelo lado técnico e científico
283 às vezes. Então nesse sentido agradecemos a sua participação aqui e
284 lamentamos a sua ausência daqui para frente.” Conselheiro Paulo Eugênio de
285 Oliveira: “Eu também gostaria só de agradecer, Julio, por tudo que você fez pelo
286 Conselho. É uma perda irreparável, tendo em vista a diversidade que o Conselho
287 precisa manter, com alto gabarito técnico como esse que você representou. E
288 dizer que eu não estou tão triste assim, porque ainda somos conselheiros na APA
289 Sul, então o Julio já está balançando as estruturas lá também.” Ana Carolina
290 Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: Eu também agradeço ao Julio pelo trabalho
291 desenvolvido, pela parceria de sempre, pela conciliação sempre na fala, na forma
292 de apresentar as demandas, sempre com muito respeito, que este Conselho
293 precisa. E com certeza sentiremos a falta. Mas tenho certeza de que a ProMutuca
294 vai estar muito bem representada pelo novo indicado, como pelos já existentes. E
295 eu gostaria só de complementar também. O Orsini trouxe a questão da premiação

296 Hugo Werneck, e nós também tivemos uma premiação com o projeto Áreas de
 297 Solturas de Animais Silvestres (Asas), desenvolvido pelo IEF e o Ibama, com
 298 apoio do Waita Instituto de Pesquisas. Então eu gostaria de registrar também, é
 299 outra premiação que eu entendo que é para o Estado de Minas Gerais, é uma
 300 felicidade muito grande complementar o conselheiro Orsini com essa premiação
 301 que nós tivemos também, dessa parceria IEF e Ibama. Eu gostaria de registrar
 302 isso, foi uma noite muito feliz para nós, de ver os resultados desse trabalho do
 303 Sisema e dos nossos órgãos e instituições que fazem a diferença no Estado em
 304 prol do meio ambiente, que é o mais importante.” Conselheiro Enio Marcus
 305 Brandão Fonseca: “Nós nos sentimos muito felizes com esse prêmio, porque é
 306 fruto de um trabalho de parceria e que tem como resultado a reintegração dos
 307 animais aos seus ambientes naturais. Então é um belíssimo trabalho, e nós vamos
 308 entrar agora numa etapa de ampliar o número de Asas do Estado de Minas
 309 Gerais, passar de 50 para 150, para poder aumentar nossa capacidade de
 310 atender esses animais. Muito obrigado, secretária, pela fala. Realmente, esse
 311 projeto é maravilhoso.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/Movimento pelas
 312 Serras e Águas de Minas: “Primeiro, eu queria dizer da importância de que sempre
 313 que houver apresentações elas também sejam disponibilizadas, junto com as
 314 convocações, no site. O próprio Regimento determina, no artigo 20, que as pautas
 315 e respectivos documentos sejam disponibilizados junto com a convocação. Eu cito
 316 as quatro apresentações no item 9, que nós não podemos ter conhecimento
 317 prévio do teor, até para, ao nos inscrevermos, já estarmos melhor conhecedores
 318 para poder fazer intervenções ou manifestações. Não é a primeira vez que
 319 demandamos isso da SEMAD. Em segundo momento, reiterar o apelo que foi feito
 320 pela comunidade de Amarantina, em Ouro Preto. Nós do Movimento pelas Serras
 321 e Águas de Minas também recebemos essas denúncias. É um pedido de socorro.
 322 Ontem mesmo eu falei muito tempo com um dos moradores relatando essas
 323 graves situações não só de impactos, como de pressão junto à comunidade pela
 324 empresa Pedreira Irmãos Machado. Lembro a todos que essa empresa recebeu
 325 duas licenças na reunião do dia 8 de maio, uma reunião extraordinária, quando
 326 havia retorno de vista da ProMutuca de 11 processos, e nós do Movimento pelas
 327 Serras e Águas de Minas, em dois processos da Pedreira Irmãos Machado, não
 328 pudemos ter contato e buscar formas de entender o processo a partir da vivência
 329 das comunidades. E sempre que isso acontece o que nós sentimos,
 330 profundamente, é uma dor porque sabemos que provavelmente era importante
 331 haver tempo para que essas comunidades pudessem dizer o que é o
 332 empreendimento. Então estamos diante de mais uma situação em que o prazo
 333 entre uma reunião e outra impede que realmente seja garantido um direito
 334 constitucional que está no artigo 225, que diz que ‘todos têm direito ao meio
 335 ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à
 336 sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de
 337 defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.’ Não há como a
 338 coletividade ter esse direito garantido no ritmo veloz com o Estado, através da

339 CMI e das suas estruturas continua pautando e licenciando empreendimentos de
340 mineração de ferro. Nesse caso da comunidade que está sofrendo esse tipo de
341 pressão e violência, que é dolorida, é resultado precisamente desse ritmo veloz
342 de licenciamentos de mineração. Por último, eu quero ler um manifesto e um
343 abaixo-assinado da campanha Janeiro Marrom, realizada neste mês. Esse
344 manifesto diz: 'Brumadinho - Dois anos do crime da Vale que continua. É
345 inaceitável e vergonhoso que, após dois anos, os 15 indiciados não estejam
346 condenados e presos pelo assassinato de 272 seres humanos (dois eram bebês
347 em suas mães, grávidas de cinco meses) e pelos graves impactos e violações ao
348 meio ambiente e à população ao longo do rio Paraopeba. Onze 'joias' de suas
349 famílias e amigos não foram ainda encontradas. Repudiamos as autoridades dos
350 três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo) e os agentes do campo jurídico
351 em instituições públicas que não garantiram que a Vale pagasse indenizações
352 justas às pessoas atingidas e recuperasse o que foi destruído no dia 25/1/2019,
353 que tratam a Vale como uma empresa idônea, que assinam acordos que violam
354 direitos e que concedem novas licenças ambientais e outorgas de água a uma
355 criminosa que gasta bilhões em publicidade na TV, rádio e jornal para divulgar
356 mentiras. A Vale e a Tüv Süd cometeram um crime de alta magnitude e crueldade,
357 mas tem muito mais responsáveis nas esferas municipal, estadual e federal,
358 sejam eles agentes públicos, instituições, especialistas de diversos campos
359 (inclusive científicos) e consultorias que arquitetam (e executam) todo um
360 mecanismo em prol do lucro. Queremos a responsabilização de todos os
361 envolvidos. A Vale sabia do risco da barragem de rejeitos e até fez gráficos com
362 a previsão do número de mortos e o valor em dinheiro que iria gastar com cada
363 uma, não só para a que rompeu em 2019, como para mais nove 'com altos riscos'.
364 Ocultou o fato, articulou com a Tüv Süd uma declaração de estabilidade falsa e
365 com o Estado, em ritmo veloz, licenças ambientais para a continuidade do
366 complexo Feijão/Jangada, obtidas cerca de um mês antes do rompimento. Mas
367 absolutamente nada fez para a segurança de seus trabalhadores e das
368 comunidades abaixo da barragem. Exigimos justiça já! Basta de impunidade. São
369 dois anos do crime que continua, porque a Vale e seus aliados permanecem
370 violando direitos, descumprindo deveres, ameaçando, causando sofrimento e não
371 realizando a devida reparação a pessoas e meio ambiente em Brumadinho e ao
372 longo do rastro dos rejeitos das suas atividades irresponsáveis nas minas Córrego
373 do Feijão/Jangada, que vinham sendo denunciadas pelas comunidades há mais
374 de dez anos. Tantas outras comunidades vêm sofrendo nas mãos dessa mesma
375 empresa, como Barão de Cocais, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Itabirito, Nova
376 Lima e Itabira, assim como toda a Bacia do Rio Doce, há mais de cinco anos
377 impactada e sem reparação pelo rompimento em 5/11/2015 da barragem de
378 rejeitos de Fundão, da Samarco, Vale e BHP Billiton. No dia 18/12/2020, a Vale
379 assassinou mais um trabalhador, que foi soterrado, dessa vez, na cava da mina
380 Córrego do Feijão, onde estão sendo colocados os rejeitos do rompimento em
381 2019. Após todos os impactos e violações e a postura criminosa da Vale, dizemos

382 não à retomada e queremos o fechamento das minas Córrego do Feijão/Jangada,
 383 que colocam em risco o que sobrou intacto naquele território e a vida da
 384 população, mas que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores. Não
 385 podemos nos calar! É a minha fala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 386 “Senhores conselheiros, inicialmente eu quero falar em relação à ACP. Nós,
 387 Estado, ainda não fomos citados sobre a ACP, então eu não vou debater em
 388 relação ao referido tema. Em relação à 68ª reunião, foi convocada no dia
 389 30/12/2020, a publicação saiu no dia 31/12/2020. A extraordinária foi com 15 dias
 390 corridos e nove dias úteis, ou seja, antecipando até mesmo aquilo que é
 391 preconizado pelo Regimento Interno, que seria de apenas cinco dias antes da
 392 reunião. Em relação à legalidade, nós cumprimos conforme o Regimento.
 393 Lembrando que o Regimento foi feito pelos senhores conselheiros. Então nós
 394 obedecemos ao Regimento. Ainda em relação à 68ª, nós tivemos quórum
 395 completo, nenhum conselheiro faltou. Inclusive, a ONG à qual pertence o Sr. Julio
 396 foi representada pelo Tobias, que tem grande experiência também e muita
 397 competência em relação às Câmaras Técnicas. Então eu entendo que não houve
 398 qualquer prejuízo em relação à nossa reunião extraordinária, tendo quórum
 399 completo e a representatividade comprovada em relação aos órgãos não
 400 governamentais. Dito isso, eu gostaria, Julio, de agradecer e falar que me sinto
 401 honrado em ter participado do Conselho junto com você. Eu citava, em uma das
 402 reuniões passadas, Carlos Drummond de Andrade: ‘Dialogar é dizer o que
 403 pensamos e suportar o que os outros pensam.’ E nós trabalhamos muito nessa
 404 linha. Às vezes nós não concordamos, mas o senhor, de forma muito honrada e
 405 ordeira, sempre respeitou as nossas ações. E eu acho que a fala da Maria
 406 Eugênia foi muito correta, o senhor argumentava tecnicamente naquilo com que
 407 não estava de acordo, não eram argumentos jogados ao léu, sempre com
 408 argumentos técnicos sobre aquilo com que o senhor discordava. E nos pareceres
 409 também – eu já fiz esse elogio para o senhor –, a forma como o senhor colocava
 410 o seu entendimento, o entendimento daquelas pessoas que procuravam o senhor
 411 e a sua conclusão, eu entendo que da maneira mais correta e que dava total
 412 transparência ao seu entendimento e daquelas pessoas que procuravam o
 413 senhor. Então é com pesar também que eu fico aqui não tendo mais o senhor
 414 neste Conselho, mas espero que, mesmo não sendo conselheiro, como das
 415 outras vezes que deixou de ser conselheiro desta Câmara, venha aqui sempre
 416 contribuir. Inclusive, o senhor já esteve aqui não como conselheiro, mas como
 417 membro da população ou como interessado em se manifestar. Então aguardamos
 418 o senhor nesta Câmara. Eu queria agradecer e falar que nós nos sentimos
 419 honrados com suas manifestações enquanto esteve aqui como conselheiro.” **4)**
 420 **EXAME DA ATA DA 68ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 68ª
 421 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 14 de janeiro de 2021,
 422 com alterações. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,
 423 Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: ProMutuca. O conselheiro
 424 representante da ProMutuca justificou a abstenção por não ter participado da

425 reunião. Alterações aprovadas. – Linha 1.425, substituir a expressão ‘da chuva’
 426 por ‘caso fortuito ou força maior’; onde está escrito ‘A responsabilidade é objetiva,
 427 não se admitindo essas incidências de excludentes.’, substituir por: ‘Para o dano
 428 ambiental, seguimos a teoria do risco integral, logo a responsabilidade é objetiva,
 429 não se admitindo a incidência dessas excludentes.’ – Linha 1.430, trocar ‘mesmo
 430 se fosse’ por ‘mesmo que fosse’; – Linha 1.433, excluir a expressão ‘Daqui para
 431 frente’; – Linha 1.518, onde está escrito ‘do caso de força maior’, leia-se ‘do caso
 432 fortuito ou força maior’; – Linha 235, trocar a frase “sistema chamado sistema de
 433 desaguamento de rejeitos” por ‘sistema de desaguamento de rejeitos’; – Linha
 434 240, substituir ‘dentro de Minas Gerais’ por ‘em Minas Gerais’. – Linha 1.088, onde
 435 está escrito ‘a coisa não é instantânea’, leia-se ‘a coisa é instantânea’. **5)**
 436 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**
 437 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**
 438 **OPERAÇÃO. 5.1) Minas Mining Mineração e Comércio Ltda. Lavra a céu**
 439 **aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de**
 440 **revestimento, lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, pilhas de rejeito /**
 441 **estéril, postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**
 442 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**
 443 **postos revendedores de combustíveis de aviação. Buritizeiro, João Pinheiro**
 444 **e Brasilândia de Minas/MG. PA 15911/2015/001/2019, ANM 831.582/2008,**
 445 **831.583/2008, 832.372/2009 e 832.373/2009. Classe 4 (conforme Lei nº**
 446 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Norte de**
 447 **Minas. Retorno de vista: ProMutuca e SME. Conselheiro Julio Cesar Dutra**
 448 **Grillo:** “O empreendimento aparentemente não apresenta problemas, mas, em
 449 princípio, sou contra a retirada de areia dos nossos rios. Nós já temos areia ali
 450 acumulada à vontade, por séculos. Apesar da justificativa encontrada no Parecer
 451 Único: ‘... A extração de areia no leito do corpo hídrico (rio Paracatu e rio do Sono),
 452 apesar de contribuir para alteração do leito fluvial e suas dinâmicas, auxilia no
 453 desassoreamento do corpo d’água...’ Eu gostaria de aguardar a manifestação da
 454 SEMAD a respeito dos impactos dessa atividade sobre a ictiofauna dos dois rios
 455 afetados.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu gostaria de
 456 comentar a nossa vista sob alguns aspectos adicionais. Inclusive, se for o caso,
 457 até algum relato relacionado com o próprio empreendedor. No nosso caso, somos
 458 favoráveis ao deferimento, mas gostaríamos de colocar alguns aspectos que são
 459 importantes. O primeiro deles é o seguinte. Eu fiz uma consulta ao empreendedor,
 460 por que se trata de uma região já bastante trabalhada em termos de utilização de
 461 leitos de rio, tanto do rio do Sono, como do rio Paracatu. É uma atividade que vem
 462 sendo executada lá pelas prefeituras ao longo de muitos anos. E eu vejo uma
 463 situação que seria mais ou menos considerada como sendo uma oportunidade de
 464 recuperação desses recursos hídricos, através do processo de dragagem. Ou
 465 seja, muitas vezes, nós temos alguns rios com um nível elevado de
 466 assoreamento, e daí então a importância de se fazer algum trabalho. Na opinião
 467 do próprio empreendedor, esse tipo de dragagem será uma dragagem ao mesmo

468 tempo de retirar areia para uma função nobre... Aí eu vejo o seguinte, é uma areia
469 que vai ser utilizada para processos de fundição em Minas Gerais, para siderurgia
470 e, inclusive, para fabricação de vidros. E hoje Minas Gerais – eu estive
471 consultando o pessoal da área de fundição –está importando areia de São Paulo.
472 Então eu acho que nós temos condição aqui de manter o nosso equilíbrio dentro
473 do Estado e fazer com que esse tipo de areia para fundição possa ser
474 perfeitamente utilizado nas nossas indústrias, localizadas na região de
475 Divinópolis, de Itaúna. Então hoje eles sofrem com esse tipo de matéria-prima. De
476 modo que, além da nossa solicitação de deferimento, nós queremos colocar
477 também esses aspectos que acabo de dizer. Eu gostaria também de ouvir o
478 empreendedor em alguns aspectos que ele possa esclarecer melhor.”
479 Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu gostaria de alguns esclarecimentos. Na
480 página 25 do Parecer Único, está informando que são raros os estudos robustos
481 para ictiofauna no rio São Francisco, no Norte do Estado de Minas Gerais. Na
482 página 26, fala que foram registradas 28 espécies de peixes distribuídas em 15
483 famílias. Dentre os peixes registrados houve boa representatividade de pirá,
484 pacamão, curimba e pirapitinga, espécies que se encontram ameaçadas de
485 extinção. Na página 28, o Parecer Único reconhece que a quantidade de espécies
486 ameaçadas de extinção e de algumas espécies endêmicas sugere maior cautela
487 no controle sobre os impactos possíveis a serem gerados na implantação e
488 operação do empreendimento, afirmando que é necessário o desenvolvimento de
489 um programa de manejo e conservação. Na condicionante nº 6, fala o seguinte:
490 ‘Estabelecer parceria junto às instituições científicas capacitadas para elaboração
491 de projeto para avaliar novas formas de manejo e conservação da fauna
492 ameaçada diagnosticada nos estudos’. E o prazo: quatro anos após a publicação
493 da licença ambiental. Eu gostaria que a Supram me esclarecesse essa
494 condicionante. Deixar para implantar esse programa de conservação e manejo
495 após início de operação do empreendimento, 4 anos depois corre-se o risco de
496 não ter mais nada para conservar nem manejar. Então eu gostaria de um
497 esclarecimento da Supram sobre esse tema.” Eduardo Almeida/Minas Mining
498 Mineração e Comércio Ltda: “Eu sou o empreendedor, Eduardo Almeida, e reitero
499 aqui o meu compromisso com a preservação do meio ambiente, caso a operação
500 seja aprovada, cumprindo todas as condicionantes estabelecidas pela SEMAD.
501 Oportunamente, eu gostaria de fazer um aparte para mostrar para os senhores –
502 porque já fui várias vezes ao rio – a condição de assoreamento do rio. Eu vou
503 compartilhar uma tela aqui. O local onde se pretende fazer a operação é um trecho
504 do rio Paracatu e um trecho do rio do Sono. Acontece que, por processos
505 geológicos, o rio do Sono descarrega anualmente no rio Paracatu 550 mil
506 toneladas de areia. Aqui a foz do Paracatu, aqui a jusante, a 40 km vamos chegar
507 ao rio São Francisco. Nessa foto aérea do Google, de 2021, um alargamento da
508 largura do rio em mais de 50% em função da diminuição da profundidade do rio.
509 Eu vou mostrar para vocês o perfil do rio. O Paracatu tem uma grande capacidade
510 de carrear esses sedimentos ao longo do rio. Então tem areia, basicamente,

511 chegando até o rio São Francisco. A profundidade média aqui é 0,1 m; 2,5 m e 3
512 m. Uma foto, quero mostrar para vocês, eu estou no meio do rio Paracatu. Essa
513 foto foi tirada em 2017, e nesse ponto que eu tirei essa foto, na época de seca.
514 Para se ver a quantidade de areia que está no rio Paracatu. Estou mostrando
515 agora o leito do rio do Sono quando tem seca: o rio está completamente
516 assoreado. Mais imagens, a confluência do rio Paracatu; aquele banco de areia
517 de que tirei aquela foto anteriormente, só que no ano de 2010; o rio Paracatu.
518 Vocês percebem, o banco de areia se estende quase chegando à outra margem.
519 Perfis do rio do Sono: você pode ver que o rio está completamente assoreado,
520 tem uma camada de 5,5 m para chegar à base, à ardósia. Então o leito do rio está
521 praticamente inexistente. Aqui com largura de 110 m, olha a quantidade de areia
522 que tem embaixo do rio. Pretende-se construir uma planta de processamento a
523 10 km desse local. E mesmo nessa planta de processamento, a 10 km a jusante
524 desse ponto que mostrei para vocês, na frente da planta de processamento, ainda
525 tem uma camada de areia, profundidade de 3 m de areia. A foto agora do Google
526 Maps de 2021, os bancos de areia. É aqui que pretende-se construir a planta de
527 processamento. Então eu estou mostrando para os senhores que realmente esse
528 rio está completamente assoreado. E essa areia que sai do rio do Sono é uma
529 área extremamente nobre, com alto teor de sílica, com grãos arredondados que
530 servem para o mercado de fundição e o mercado de vidro. Eu quero atentar para
531 um outro ponto, que já existe operação nesse mesmo rio Paracatu, de dragagem
532 aprovada. Eu vou mostrar para vocês: 8 km a jusante desse primeiro ponto, à
533 frente da planta do empreendimento, uma draga; e as prefeituras estão operando
534 essa draga (imagem de 2021) para permitir a passagem de embarcações entre
535 os municípios de Buritizeiro e Santa Fé de Minas. Olha para você ver aqui o banco
536 de areia, já a 8 km depois do empreendimento, a 18 km da foz do rio do Sono e
537 do rio Paracatu. Isso demonstra a capacidade do rio Paracatu de carrear essa
538 areia do rio do Sono. Outra coisa que eu queria destacar é que essas empresas
539 estão todas estabelecidas e já retiram areia do rio Paracatu a 40 km a montante
540 da confluência do rio do Sono e do Paracatu. Eu estou falando que são 40 km
541 porque a cidade é Brasilândia de Minas, mas pode ser um pouco antes ou um
542 pouco depois. Essas quatro empresas já retiram areia no rio Paracatu, são todas
543 empresas de dragagem, empresas constituídas. E essas duas empresas aqui já
544 retiram areia de rios que pertencem à mesma bacia hidrográfica. Ou seja, já tem
545 operação no rio São Francisco, no rio das Velhas e no próprio rio Paracatu. Então
546 eu não estou pedindo uma coisa que nunca foi feita. É claro que temos que
547 cumprir as condicionantes propostas, mas é importante ressaltar que esse local
548 em que eu pretendo operar realmente está completamente assoreado. Eu tenho
549 certeza de que a operação será benéfica no sentido de preservar o rio. Outro
550 destaque que eu quero fazer é o seguinte: essa areia de fundição vem dos Estado
551 de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Acontece que cada tonelada
552 de areia que eu conseguir entregar na região metropolitana de Belo Horizonte eu
553 vou economizar, deixar de emitir a queima correspondente a 8 l de diesel. O que

554 acontece? Se eu produzir 100 mil toneladas por ano, vou deixar de queimar 800
555 mil litros de diesel. Então essas são as considerações que eu gostaria de fazer.
556 Eu gostaria de mostrar para vocês realmente a condição de assoreamento dos
557 rios. Muito obrigado pela oportunidade de estar me manifestando.” Maria Teresa
558 Viana de Freitas Corujo/Movimento pelas Serras e Águas de Minas: “Eu quero só
559 registrar as considerações que o Movimento pelas Serras e Águas de Minas
560 colocou no parecer da ProMutuca, que têm a ver com a convocação da reunião
561 extraordinária. Porque ficou inviável fazer contato, por exemplo, para saber que
562 comunidades de pescadores ou ribeirinhos estão nessa área pretendida para
563 mais uma retirada do leito do rio. E nós não pudemos nem conseguir analisar uma
564 quantidade de documentos que, no caso, foi disponibilizada no dia 14, para poder
565 então encaminhar o parecer de vista na segunda-feira desta semana. Queremos
566 só manifestar a nossa inconformidade com o tempo, que, para a sociedade poder
567 conhecer e ter o seu direito constitucional garantido de cuidar do meio ambiente,
568 não está sendo respeitado. Porque processos que têm um tempo que o
569 empreendedor fez todo o trabalho, o estudo e que apresentou os documentos, um
570 tempo que, no caso, a Supram Norte teve para analisar todos esses conteúdos,
571 inclusive com uma equipe interdisciplinar, para a sociedade restaram meros dez
572 dias para esse volume enorme. E ainda sendo que a comunidade local, muitas
573 vezes, não tem nem acesso às possibilidades que nós temos, quando estamos
574 atuando no meio ambiente, de acesso às informações online, de olhar um
575 documento PDF, baixar ou ter acesso ao próprio processo de disponibilizado para
576 a ProMutuca. Então que conste que esse processo de licenciamento,
577 lamentavelmente, nós não conseguimos poder fazer uma análise e,
578 principalmente, contatar as pessoas desses três municípios ou alguma
579 organização para conferir o que significa para eles a dragagem nesse ponto desse
580 rio.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Primeiro, corroborar tudo que a Teca
581 falou. É muito difícil emitir um parecer sem ter um conhecimento de quem está na
582 região. Agora, Sr. Eduardo, eu acho que essa sua argumentação, de mostrar
583 esses gráficos, mostrar como está, até muda um pouco a minha forma de pensar.
584 Eu queria que você entendesse que a minha posição contra retirar areia de rio
585 não tem nada a ver com o seu negócio específico. Eu acho que nós estamos com
586 excesso de areia acumulada em pilhas e em barragens no Estado de Minas
587 Gerais. Nós temos que dar um aproveitamento para essa areia antes de continuar
588 prejudicando os nossos rios. Mas nesse caso específico que você apresenta eu
589 já não me sinto confortável de afirmar que você está prejudicando o rio. Eu estou
590 vendo aí aspectos muito positivos. Mas, no mínimo, nós teríamos que acrescentar
591 mais uma condicionante. Nós teríamos que colocar como condicionante o
592 levantamento anual dos impactos sobre a ictiofauna, com o objetivo de conhecer
593 melhor o impacto dessa atividade nessa região desses rios. Eu acho que seria
594 esse caso, mas a sua explanação foi muito boa.” Presidente Yuri Rafael de
595 Oliveira Trovão: “Julio, se você quiser minutar uma condicionante, depois
596 colocamos em votação. A Cíntia vai se manifestar. Eu só gostaria de deixar

597 registrado aqui também que a publicação em relação aos nossos pareceres não
598 é o único momento em que a população pode ter acesso ao processo. Quando o
599 processo entra na Superintendência, faz a publicação em periódico regional ou
600 local e, inclusive, no IEF. Então a população, em tese, tem acesso. Em qualquer
601 momento – eu falo pela Supram Norte ou qualquer outra superintendência –, nós
602 não nos furtamos de da orientação ou mesmo entregar cópia da íntegra do
603 processo a quem quer que nos solicite. Então essa questão de falar que não
604 houve tempo, eu entendo o lado que o Sr. Julio está falando de que não houve
605 tempo após a manifestação da Supram, após o parecer. Mas esse não é o único
606 momento que tanto a população quanto qualquer outro interessado têm de
607 acessar o processo e todos aqueles documentos. Lembrando que o parecer de
608 uma superintendência é uma opinião sobre determinado fato. Eu sou do Norte de
609 Minas e falo até para os demais conselheiros que tem uma expedição, que é muito
610 interessante, capitaneada pelo Mac, em Pirapora, que chama Amigo das Águas.
611 Geralmente, acontece no dia 7 de setembro. Eu tive oportunidade de ir a uma
612 expedição com eles, a caiaque, e remei 148 km. Então eu conheço. Foram três
613 dias de remo, remei 148 km e vi quanto é a assoreado o rio São Francisco. Então
614 eu apoio – desde que, obviamente, com todas as medidas de controle, assim
615 como apresentado pelo Sr. Eduardo e o que foi avaliado pela equipe técnica da
616 Supram – a utilização da dragagem nos cursos de água para desassorear. Porque
617 às vezes se não fossem essas dragagens não tinha movimento e ia até criar
618 alguns barramentos, e a ictiofauna iria ficar prejudicada. Então eu apoio essa
619 atividade, desde que, por óbvio, com todas as medidas de controle
620 implementadas.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Nós tínhamos que também
621 pensar nesse aspecto dos desassoreamentos dos rios com uma outra visão. Nós
622 temos que cessar a geração de areia que vai ser carregada para esses rios, nós
623 temos que estancar isso a montante, porque senão essa retirada de areia nos rios
624 vai ser um eterno enxugar gelo. E aí não tem a recuperação da ictiofauna, não
625 tem recuperação dos ecossistemas. Então nós temos que atuar lá em cima. E a
626 areia, que é necessária para diversas atividades, para fabricação de vidro,
627 moldagem, no caso metalúrgico, e diversas outras coisas, poderia ser feita com a
628 nossa areia de rejeitos. Agora nessa situação de fato, neste momento, talvez essa
629 seja a solução. Mas se nós não começarmos a ter programas para poder estancar
630 o assoreamento a montante nós vamos ter isso eternamente. Isso é política
631 ambiental, isso tem que ser feito.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
632 concordo plenamente com o senhor. Essa expedição tem até a participação do
633 pessoal do SAAE de Pirapora, e deu para verificar pelo menos a olhos o desmate
634 nas matas ciliares que provocam muito esse assoreamento. Embora, com o
635 Eduardo colocou aqui, às vezes é a característica do próprio rio, às vezes o
636 próprio rio tem essa característica de estar levando areia.” Conselheiro Carlos
637 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Inicialmente, eu queria agradecer essas palavras
638 do Eduardo Almeida, que foram muito construtivas e objetivas, dentro do
639 panorama da região. Nós conhecemos um pouquinho do que ocorre nas bacias

640 hidrográficas de Minas Gerais. O que o Julio comenta da necessidade de uma
641 preservação, de redução da geração de assoreamentos, de sólidos que são
642 conduzidos aos rios, aos corpos d'água, isso é fundamental. Eu considero isso
643 fundamental. A nossa chamada caixa d'água de Minas Gerais está cheia de areia.
644 Então é um trabalho. Nós já tínhamos comentado isso em outras ocasiões,
645 inclusive com a nossa secretária Marília, quando diretora-geral do IGAM, da
646 importância de se ter uma política adequada de restauração dos corpos d'água
647 de Minas Gerais. Nós temos um exemplo, o José Angelo está lá, sabe muito bem
648 disso: o rio Doce. É uma coisa triste, não só pelo acidente da Samarco, mas é
649 uma questão que vem ao longo de anos. Há anos e anos, o rio Doce está
650 completamente assoreado. Então eu digo que o São Francisco segue o mesmo
651 caminho, os afluentes do São Francisco seguem também o mesmo caminho.
652 Então nós temos que ter um trabalho de preservação adequado, de evitar. Isso
653 não envolve só mineração, envolve agricultura, principalmente onde tem
654 problemas sérios, realmente, de áreas agricultáveis carreando sólidos para dentro
655 do corpo d'água. Então isso é importante. Mas, por outro lado, vamos tirar a
656 questão que estamos vendo agora exatamente em um projeto como esse, que é
657 o projeto da Mining, que é o seguinte: ele vai fazer um bem para o rio. Mas eu
658 acho que o processo de dragagem que ele vai fazer em um determinado trecho
659 do rio é muito favorável. É muito favorável, além de fazer um trabalho construtivo
660 e com precaução, evidentemente, não vai ser uma dragagem de prefeitura que
661 nem sabemos como foi licenciado. O Eduardo está trazendo aqui um
662 levantamento bem feito, bem analítico e bem documentado, que vai favorecer e
663 melhorar a condição do entroncamento do rio do Sono com o rio Paracatu. E com
664 retirada de material precioso para a nossa indústria de fundição e a indústria de
665 vidro. Então eu vejo que temos que compatibilizar uma coisa com a outra. E acho
666 que é oportunidade, presidente, e você com toda sua categoria de visão, em
667 função do próprio conhecimento da região do São Francisco, em função da
668 Supram Norte, é um detector visual da necessidade de nós termos projetos de
669 desassoreamento dos nossos rios. Eu vejo sempre isso. Da mesma forma que
670 nós vamos comentar a respeito de avaliação ambiental integrada em áreas
671 minerárias, o IGAM já vem produzindo, junto com empreendedores, avaliações
672 integradas de corpos d'água. Então nós temos alguns trabalhos muito
673 interessantes que foram desenvolvidos pelo IGAM na própria gestão da nossa
674 querida Marília, que foram as avaliações integradas hídricas, envolvendo as
675 bacias hidrográficas, envolvendo todo o desenvolvimento disso, dentro dessa
676 visão de sustentabilidade dos nossos corpos d'água. De modo que eu parablenizo
677 a Mining em trazer para o âmbito da nossa Câmara de Atividades Minerárias um
678 projeto que venha exatamente mudar um pouquinho a feição do rio e melhorar,
679 respeitando, logicamente, as questões da ictiofauna.” Conselheiro Luiz Henrique
680 Passos Rezende: “Essa geração de areia é um processo geológico. O que
681 assusta nesse processo todo é a quantidade de areia que aparece no rio. Esse é
682 o desequilíbrio. Quando sobrevoamos essas regiões do Norte de Minas e Minas

683 Gerais como um todo, dentro do avião, paramos na janelinha e começamos a
684 olhar, vemos que o Estado é todo decapeado, com pastagem, culturas. E na
685 verdade o que está acontecendo é a falta de vegetação nas bacias, que deram
686 maior contribuição. Vai ter banco de areia em tudo quanto é lugar, que é um
687 processo natural, até o oceano cheio de areia. Outra questão é que esse grão
688 específico que é gerado é um minério, é uma condição geológica que foi
689 trabalhada, que gerou uma característica no grão, e não vai ter no processo o
690 rejeito feito em mineração. Tem uma aplicação específica. É um mineiro e também
691 é bom de se retirar e tem esse viés de desassorear o rio, desde que seja feito com
692 qualidade. Eu fico muito feliz, como falou o Dr. Orsini, você falou e o pessoal falou,
693 sobre essa questão. E fica um diagnóstico para as pessoas saberem que
694 precisamos de uma política de ocupação de bacia. Não vamos resolver na nossa
695 geração, vai ser em várias gerações, mas nós temos que começar agora, daqui
696 para sempre, para que no futuro esteja gerando menos areia. Mas isso aí não vai
697 deixar de existir nunca.” Cíntia Sorandra Oliveira Mendes/Supram Norte de Minas:
698 “Eu sou uma das biólogas responsáveis pela análise dos estudos de fauna do
699 Norte de Minas. Nós sempre tivemos preocupação, sim, com relação essa
700 questão do assoreamento dos rios e do impacto dos empreendimentos sobre esse
701 grupo, não só a ictiofauna, mas todos os outros grupos de fauna. Pensando sobre
702 a perspectiva exata do que vocês perguntaram, primeiro respondendo sobre a
703 questão do prazo, nós sabemos que é um programa de monitoramento para
704 espécie ameaçada de uma determinada espécie, muitas vezes, não cabe para
705 uma outra espécie. Então isso tem que ser criado, tem que ser desenvolvido
706 mesmo. E nós entendemos a dificuldade do empreendedor em ter esse tempo
707 para poder fazer esse estudo realmente. O estudo de levantamento de fauna, a
708 priori, dá uma noção, um apanhado geral mesmo do que consta ali, de quais são
709 as espécies que constam, que estão correndo naquela região. Mas quem vai nos
710 responder quais são as medidas que devem ser tomadas com relação à operação
711 do empreendimento, quais são as demandas que essas espécies estão tendo no
712 decorrer do tempo é o programa de monitoramento mesmo. E acreditando nessa
713 informação de que um ano de levantamento com apenas duas campanhas, na
714 maioria das vezes, ou senão em todas, é insuficiente para dar um diagnóstico
715 preciso do que realmente está acontecendo ali, quais são as espécies que estão
716 ocorrendo – principalmente aquelas que estão ameaçadas, porque na maioria das
717 vezes também são as mais raras, as mais difíceis de serem encontradas –,
718 precisa desse tempo maior para poder trazer mais robustez para essas
719 informações, para este diagnóstico. Considerando que temos que trabalhar
720 pensando sob a perspectiva de estar dando fluxo para as análises de processo,
721 para obtenção das licenças e para que o empreendedor consiga ter uma resposta.
722 Porque nessa situação, olhando na perspectiva do empreendedor, tempo também
723 é dinheiro, nós trazemos esse tempo para dentro do programa de monitoramento.
724 Então esses primeiros quatro anos, além de permitir que o empreendedor tenha
725 tempo de procurar uma instituição científica, estabeleça essa parceria e comece

726 a testar essas novas metodologias específicas para essas espécies ameaçadas,
727 pensando sobre essa perspectiva, nós criamos esse tempo maior. Enquanto isso,
728 não é que a fauna, não é que ictiofauna ficaria sem ser monitorada. Na verdade,
729 o que vai acontecer é que a mesma metodologia geral que foi empregada no
730 programa de monitoramento geral continuaria a ser empregada durante esse
731 tempo. E dessa forma estar gerando essa maior robustez para esses dados de
732 levantamento, que nos estudos iniciais só teve tempo de um único ano para ser
733 realizados. Então quando a equipe elaborou essa condicionante e pensou nesse
734 prazo de quatro anos nós levamos em consideração todas essas perspectivas
735 que eu estou expondo aqui para vocês. Falando agora sobre a questão da
736 conservação da ictiofauna local, é uma preocupação óbvia, lógica, do nosso órgão
737 ambiental, e uma forma de reforçar isso é que esse tipo de empreendimento teria
738 obrigação de apresentar apenas dados secundários para fauna. Só que, como o
739 Yuri já disse, nós já conhecemos a região. E a região de Buritizeiro, como eu tenho
740 contato com muitos outros processos, eu sei do potencial daquela região para
741 fauna no geral. Então, como é um empreendimento que vai atuar diretamente
742 dentro do leito do rio, nós procuramos ir mais a fundo nesses estudos, exigindo
743 que o empreendedor fizesse um levantamento primário da ictiofauna. Na verdade,
744 da fauna aquática como um todo, não foi só a ictiofauna. Justamente para poder
745 ter uma visão mais precisa do que estava acontecendo naquele rio antes mesmo
746 que o empreendimento começasse a operar. Esse tipo de dado é fundamental
747 para a tomada de próximas decisões, porque ele é o tempo zero. Ainda que
748 incipiente, ainda que realizado em apenas um ano, é o tempo zero, é nosso marco
749 histórico de como estava e como vem evoluindo, para o bem ou para o mal. Não
750 tem como, infelizmente, não tem literatura, não tem dados da ecologia dessas
751 espécies publicados o suficiente para que o órgão ambiental tome uma decisão
752 já exata, faça isso ou faça aquilo. Então nós temos que recorrer – infelizmente,
753 pela insuficiência de dados, e felizmente por ter a academia para poder nos
754 suportar nisso – para realizar essa experimentação toda para poder, através do
755 programa de monitoramento específico dessas espécies, conseguir que não
756 temos na literatura no momento. Nós vamos caminhar junto com o
757 empreendimento, o programa de monitoramento vai sendo desenvolvido à
758 medida que o empreendimento vai operando. As tomadas de decisões também
759 seguem a mesma linha, tanto é que uma das condicionantes que coloca na
760 autorização de monitoramento de fauna é que o empreendedor reporte sempre o
761 que vem acontecendo, caso ocorra alguma alteração tanto benéfica ou maléfica
762 da operação do empreendimento para o órgão ambiental, através de ofício, e não
763 ficar só esperando que o relatório seja analisado depois de um ano, depois que o
764 mal já foi feito, já foi implantado, a espécie já foi prejudicada mais uma vez. Que
765 não só informe, mas junto com a informação do que vem acontecendo também
766 sugira, com base no desenvolvimento desse programa, o que pode ser feito.
767 Porque nós, como área técnica da Supram, no escritório ou mesmo nas
768 fiscalizações, não conseguimos ter esse posicionamento. É uma questão que tem

769 que ser feita em campo, no dia a dia com a operação do empreendimento, e as
770 medidas e decisões serem tomadas a partir dos resultados que vêm sendo
771 obtidos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Nós entendemos essas
772 dificuldades, a falta de informação que existe sobre a fauna aquática da região.
773 Mas tem urgência de começar a fazer alguma coisa antes que o caldo entorne de
774 vez. Existe a necessidade de se começar a trabalhar em uma preservação antes
775 que se tenha o plano ideal. Pode começar com um plano às vezes baseado no
776 plano de manejo do São Francisco, que já existe, e com o correr do tempo ir
777 aprimorando esse plano. O que eu acho que não podemos fazer é ficar esperando
778 quatro anos para fazer algumas ações de conservação e manejo dessas
779 espécies, mesmo não tendo todas as informações necessárias. Mas é preciso
780 começar a trabalhar. Não só medir, ‘tem tantos pacumãs, tem tantos pirás’. Isso
781 é o que o monitoramento vai fazer, essa informação é importante, mas precisamos
782 ir um pouco além, no meu entendimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
783 Trovão: “O senhor tem alguma sugestão de condicionante?” Conselheiro José
784 Angelo Paganini: “Seria uma modificação nessa condicionante 6, para que esse
785 plano fosse iniciado na Licença de Operação. Eu entendo que não vai ser o plano
786 ideal, 100%, mas esse plano, após a aprovação pela Supram, pode se prever
787 essa revisão e melhoria do plano à medida que ele vai se desenvolvendo. Eu acho
788 que não se pode esperar quatro anos.” Cíntia Sorandra Oliveira Mendes/Supram
789 Norte de Minas: “As ações do PAN São Francisco geralmente já fazem parte das
790 medidas que a Supram solicita que o empreendedor empregue, principalmente
791 para as espécies que estão lá relacionadas. Nós temos um histórico muito bonito
792 na região, não só para o PAN São Francisco, de espécies maiores, mas também
793 de outras espécies de endemismo restrito, que temos tido esse cuidado de buscar
794 e solicitar implementação das medidas do plano. Só que as medidas do Plano de
795 Ação Nacional, na maioria das espécies, são muito genéricas, então não
796 conseguem atingir as especificidades da situação que se encontra no momento.
797 Além de pedirmos que o empreendedor siga a priori as ações implementadas no
798 PAN São Francisco, nós pedimos também essa preocupação do regional, de
799 procurar desenvolver algo específico para aquilo que está acontecendo ali.
800 Inclusive, até mesmo para todos os tipos de empreendimentos que seguem essa
801 mesma linha de raciocínio, nós temos que aplicar isso. Porque sabemos que o
802 empreendedor está atuando em um trecho do rio, mas, como o próprio
803 representante do empreendimento colocou, existem outros empreendimentos.
804 Então nós seguimos essa linha de raciocínio para empreendimentos que possuem
805 atividades parecidas, pensando justamente em manter essa lógica para que seja
806 mesmo ali um acúmulo de boas ações, e no decorrer do leito do rio como um todo
807 a gente consiga desenvolver essa melhoria na conservação da espécie. A espécie
808 se desloca por grandes áreas, então temos também que ter essa preocupação.
809 São empregadas assim as ações do PAN São Francisco. Com certeza, levamos
810 em consideração. Mas levando em consideração as questões regionais, bem
811 específicas de cada atividade, nós pedimos esse desenvolvimento também por

812 parte do empreendedor.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O José Angelo já
813 colocou bem a situação. O que eu acho é o seguinte. Tem ali na frente um estudo
814 que vai ser feito que vai dizer como temos que cuidar dali para frente. Até lá, eu
815 acho que o mínimo que podemos ter é um levantamento anual da ictiofauna, saber
816 como está sendo impactado de uma forma ou de outra. E esse levantamento da
817 ictiofauna ou melhor, como você disse, Cíntia, da fauna aquática, deveria
818 conversar antes da operação, porque aí você tem como ir fazendo a comparação
819 ao longo dos anos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu vou mandar no chat
820 a proposta de alteração.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Só
821 um esclarecimento, porque eu acredito que o que a Cíntia comentou de que as
822 condicionantes nasceram exatamente em função da avaliação da Supram Norte
823 de Minas eu acho perfeitamente cabível. Ela comentou muito bem a
824 caracterização dessas condicionantes, e o período proposto pela Supram eu acho
825 perfeitamente compatível com a realidade local. Então eu não vejo muito a
826 necessidade de mudar prazo de condicionantes, a não ser esse aspecto que o
827 Julio Grillo comentou de se iniciar e fazer uma avaliação anual da ictiofauna, o
828 que acho perfeitamente válido. Pelo próprio trabalho que já foi feito do
829 licenciamento, esse tipo de campanha já foi realizado. Então eu vejo que essa
830 colocação do Julio é muito correta. Então iniciar a campanha de ictiofauna mesmo
831 antes do início da operação do empreendimento.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
832 Grillo: “A Cíntia fez uma correção da minha fala em que ela está coberta de razão.
833 Não seria apenas a ictiofauna, seria a fauna aquática.” Presidente Yuri Rafael de
834 Oliveira Trovão: “Qual é a manifestação da Superintendência em relação à
835 proposta?” Samuel Franklin Fernandes Maurício/Supram Norte de Minas: “Só
836 lembrando que a condicionante 10 prevê o monitoramento da fauna aquática
837 durante as fases de LI e LO.” Cíntia Sorandra Oliveira Mendes/Supram Norte de
838 Minas: “Na verdade, eu ia chamar atenção justamente para isso. Quando eu disse
839 que o estudo de levantamento de um ano que é feito antes da finalização do
840 processo, por ser incipiente, nós deixaríamos esse prazo de quatro anos para que
841 realizasse mais campanhas. Então não é que não seria realizado nenhum estudo
842 da fauna aquática, mas, durante esse desenvolvimento da metodologia específica
843 para espécies ameaçadas, as campanhas de fauna aquática estariam
844 acontecendo, inclusive a partir do momento da obtenção da licença.” Presidente
845 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A equipe entendeu que a proposta já está
846 contemplada nas demais condicionantes.” Conselheiro José Angelo Paganini: “O
847 monitoramento está contemplado. O que eu gostaria é de antecipar um pouco
848 esse plano. O plano pode estabelecer um cronograma de ações. Começou a
849 operar, o que vai ser feito? Já começar a fazer alguma coisa. Na apresentação do
850 projeto, já teria um cronograma de ações. E não deixar, igual está na
851 condicionante, que daqui a quatro anos irá avaliar. Nem apresentar projeto vai
852 ser, a condicionante está falando em elaboração do projeto para avaliar, que daqui
853 a quatro anos vai fazer uma avaliação. Então eu acho que deveria ser uma coisa
854 mais concomitante com a Licença de Operação. A empresa apresenta um projeto,

um cronograma de ações, o que vai começar a ser feito agora de imediato, a necessidade de monitoramento no período tal, e a partir daí uma primeira proposição. Antecipar essas ações em vez de esperar quatro anos para apresentar uma avaliação. Nós conhecemos como funcionam essas avaliações e esses estudos etc. De um modo geral, não são muito produtivos, o problema vai sendo empurrado para frente, e não se tem nenhuma realização, de fato.”

Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu estou satisfeito e apoiando a fala do José Angelo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu vou colocar em votação o processo sem a condicionantes 6. A condicionante 6 nós vamos deliberar posterior à votação, porque tem uma proposta alternativa. Então em votação o item 5.1, Minas Mining Mineração e Comércio Ltda, sem a condicionante 6.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixtra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido por 12 votos favoráveis. Agora vamos voltar à condicionante 6, e eu faço a seguinte explicação. Nós sempre colocamos em votação a proposta do parecer da Supram. Aqueles que votarem favoráveis estão votando favoráveis à permanência da condicionante 6 conforme sugerido pela Supram, uma vez, conforme manifestação da área técnica, a proposta do José Angelo está contemplada na condicionante 10. Quem votar contrário à condicionante 6, está votando conforme a proposta do José Angelo. Entendido, conselheiros? Favorável, proposta da Supram. Contrário, vai a proposta do José Angelo.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Apenas um pedido de esclarecimento. O que o órgão seccional da SEMAD, que tem a proposta original e que assistiu à discussão com a nova proposta apresentada pelo conselheiro Angelo, acha da proposta que está sendo apresentada aqui pelo conselheiro?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A Supram já se manifestou entendendo que a condicionante 10 atenderia à proposta do José Angelo. Sem prejuízo, eu retorno. Cíntia ou Samuel, vocês mantêm a proposta inicial da condicionante conforme sugerida pela Superintendência ou acompanha a alteração do José Angelo.” Samuel Franklin Fernandes Maurício/Supram Norte de Minas: “Eu mantenho conforme o parecer. Em relação à proposta, antes do início da operação, pode ser que não dê tempo para o empreendedor fazer essa parceria.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Qual é o prazo sugerido?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O empreendedor pode se manifestar?” Eduardo Almeida/Minas Mining Mineração e Comércio Ltda: “Eu sou favorável conforme a Supram.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “E em relação ao prazo da proposta alternativa? Fala para o senhor estabelecer parceria junto a instituições científicas capacitadas para elaboração do projeto antes da LO. O que o Samuel está colocando é que entre Licença de Instalação e Licença de Operação para a dragagem tem um prazo muito curto às vezes para se estabelecer uma parceria. O senhor confirma isso? Qual seria o prazo?” Eduardo Almeida/Minas Mining Mineração e Comércio Ltda: “Se fosse possível, eu gostaria de fazer a partir da Licença de Operação. Eu entendo que precisaria de um prazo

898 para conseguir essas parcerias, mas vou acatar o que os senhores decidirem.”
 899 Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu entendo que o empreendimento já está
 900 praticamente instalado. Eu acho que um ano após a concessão da Licença de
 901 Operação seria razoável.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
 902 “Presidente, eu acho que um ano, como o colega Angelo está colocando, em
 903 função dos acontecimentos que nós estamos tendo aí de pandemia – essa
 904 pandemia vai seguir, tranquilamente, durante este ano todo de 2021, não tenho a
 905 menor dúvida, pelos resultados, pelos atrasos na vacinação etc. –, eu proporia
 906 para melhor conforto, por essas dificuldades hoje de se fechar acordo. Eu vejo
 907 que a própria ANM adiou todos os prazos requeridos na questão de títulos
 908 minerários etc. O colega Luiz pode comentar isso. Então eu vejo que um ano é
 909 muito pouco e proporia, se você estiver de acordo, passar para dois anos. Aí
 910 teríamos pelo menos um certo conforto para um contato mais adequado da
 911 empresa com as entidades científicas, acadêmicas para fazer um projeto
 912 adequado. De modo que eu proporia – se você estivesse de acordo, Angelo –
 913 passar para dois anos.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Um ano e meio.”
 914 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A proposta é do José Angelo, então
 915 eu vou seguir a proposta dele: 18 meses.” Samuel Franklin Fernandes
 916 Maurício/Supram Norte de Minas: “O processo foi instruído como LP+LI+LO, e na
 917 redação está na ‘concessão da LO’. Não seria após o início da operação?”
 918 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pode ser. ‘Após o início da operação.’”
 919 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu estou olhando aqui, por
 920 exemplo: ‘Estabelecer parceria junto a instituições científicas capacitadas para
 921 elaboração de projeto para avaliar novas formas de manejo e conservação da
 922 fauna ameaçada diagnosticada nos estudos apresentados no empreendimento.
 923 Quatro anos após a publicação da licença ambiental.’ Essa condicionante, como
 924 uma coisa pronta, eu implanto em dois meses. Mas não acho que é uma coisa
 925 pronta, eu acho que é uma coisa construída ao longo do tempo e que, com o
 926 passar dos anos, vai mudar demais. Eu acho que poderia não ficar casando o
 927 prazo de validade da licença. Prazo de 18 meses após o início da operação, não
 928 vai sair uma coisa pronta, nunca vai terminar. Eu acho que teria que se
 929 estabelecer parceria, elaborar projeto e implementar durante a validade da licença
 930 ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Os 18 meses são só para
 931 estabelecer a parceria, e o prazo vai sendo executado durante a validade da
 932 licença. Ok, conselheiros, já esvaziamos aqui a discussão. Eu vou colocar em
 933 votação. Lembrando, quem votar favorável está votando de acordo com o texto
 934 original, que votar contrário está votando conforme a proposta alternativa. Em
 935 votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,
 936 Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Votos contrários: Relictos e ProMutuca.
 937 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então ficou pela manutenção da
 938 condicionante conforme sugestão da Supram Norte.” **6) PROCESSO**
 939 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA INSTALAÇÃO CORRETIVA**
 940 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Vale S/A. Complexo**

941 **Mariana. Mina de Alegria/Fábrica Nova. PDE União. Lavra a céu aberto,**
 942 **minério de ferro, pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Mariana/MG. PA**
 943 **00182/1987/105/2018, ANM: 831.582/1991; 831.097/1984; 831.639/2000; e**
 944 **830.785/2000. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
 945 **alínea b). Apresentação: Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME,**
 946 **Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “Eu quero deixar
 947 novamente registrado o meu repúdio em relação à forma com a qual a Vale tem
 948 atendido os atingidos. Alguns atingidos pelo crime da Vale têm sido excluídos das
 949 discussões, o que é inaceitável. A Vale vem dividindo as sociedades locais,
 950 afastando das discussões os atingidos que não concordem com as suas
 951 propostas e difundindo possíveis retaliações para comunidades em desespero.
 952 Isso tem ocorrido em Antônio Pereira, Macacos, Brumadinho, Pasárgada, Barão
 953 de Cocais e outros locais. A Vale também tem se recusado a pagar pelos custos
 954 integrais dos crimes que cometeu – vide negociação interrompida com o Governo
 955 do Estado de Minas dois anos após Brumadinho. Além disso, em um momento
 956 complicado para a economia pública brasileira como o atual, a Vale parece ser o
 957 maior devedor do Brasil. Vide artigo ‘As mineradoras que mais ameaçam (e
 958 devem) no país’, publicado no site ‘Outras palavras’, onde encontramos: ‘.... Tanto
 959 no setor quanto no ranking geral, a Vale lidera disparada, afinal é responsável por
 960 mais de R\$ 40 bilhões em dívidas. O valor inclui infrações judiciais por conta dos
 961 desastres em Mariana e Brumadinho, por exemplo, e grande parte dos débitos
 962 está regular ou foi suspenso por decisões da Justiça...’. Na reportagem
 963 ‘Brumadinho e a Vale: Sim, o problema é dinheiro’, do dia 26/1, o procurador da
 964 República, professor e pós-doutor em direito Edilson Vitorelli diz: ‘.... Terminado
 965 esse imenso esforço jurídico, não há mais como esconder a verdade: o problema
 966 da Vale é dinheiro. O único motivo pelo qual o acordo não foi assinado é o valor
 967 inexplicavelmente baixo que a Vale ofereceu. As instituições pretendem R\$ 54
 968 bilhões, o equivalente a US\$ 10 bilhões. A Vale não chegou nem perto desse
 969 valor. Nos Estados Unidos, a British Petroleum pagou US\$ 84 bilhões, em dez
 970 anos, por um desastre que matou 11 pessoas e que a maior parte da poluição
 971 ficou em alto mar. R\$ 54 bilhões é um valor não apenas justo, mas embasado em
 972 estudos técnicos confiáveis. E seria um grande negócio para a Vale. Mas ela, até
 973 agora, não aceitou. Em um capitalismo ético, o lucro é resultado (outcome) não
 974 objetivo (goal). Ou seja, o lucro é justo, mas não a qualquer custo. Se a Vale quer
 975 ser vista como uma empresa ética, ela precisa assumir a responsabilidade pelos
 976 seus atos não apenas em palavras e em pedidos de desculpas, mas em atos.
 977 Querer economizar com a reparação é perpetuar o mesmo modus operandi que
 978 causou os desastres. É continuar pedindo à sociedade mineira que suporte as
 979 consequências nefastas do seu negócio, sem reparação digna. Que ninguém se
 980 engane: onde a ética não prevalece, o problema é sempre dinheiro. ...’ Na minha
 981 opinião, o Estado de Minas Gerais não deveria aprovar mais nenhum
 982 empreendimento da Vale enquanto ela não mudar de postura em relação às suas
 983 dívidas com o Estado, o meio ambiente e com a sociedade mineira,

principalmente com os atingidos por seus crimes. Este empreendimento, especificamente, pretende rebaixar o lençol freático sem uma análise integrada dos seus impactos e dos licenciamentos e outorgas anteriores sobre as águas superficiais e subterrâneas da região: ‘.... Considerando que o pit final é sobre a cota 630 m, a cava demanda o rebaixamento do nível d’água, autorizado pela Portaria de Outorga nº 2042/2010 (PA 21649/2015). ...’ A falta de uma análise integrada discutida previamente com a sociedade local, principalmente nesta região, é inaceitável para todos que se preocupem com as consequências futuras destes rebaixamentos para a sociedade e o meio ambiente. Considerando a manifestação das ONGs de defesa do meio ambiente e como representante das ONGs neste Conselho, não posso dar aval para que a Vale continue com sua atual política insustentável em relação à economia pública, à sociedade e ao meio ambiente. A ProMutuca se manifesta pelo indeferimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Nós pedimos vista em conjunto com a Federação das Indústrias e o Sindiextra. Eu vou pedir à Denise para relatar, mas queria apenas fazer alguma observação para pontuar a coisa. Eu considero que o nosso querido Julio tenha feito uma avaliação macro da Vale. Uma coisa é a avaliação macro, na qual nós temos que avaliar a história da Vale, fazer uma avaliação grandiosa do que a Vale já pôde fazer em Minas Gerais. Recentemente, eu fiz uma avaliação, Julio, muito interessante – depois podemos combinar uma hora para que você vá para Nova Lima –, uma avaliação muito grande. Eu avaliei devido ao meu querido pai, Carlos Nunes de Lima, que foi o primeiro engenheiro da Vale a chegar a Itabira, convocado pelo Dr. Israel Pinheiro, presidente da Vale, quando a mesma foi estatizada da Itabira Mining Company. Então eu me considero uma pessoa que nasceu nos meios ferríferos de Itabira. Não sou itabirano, mas me considero itabirano com muita honra, como cidadão honorário. Ainda com meu pai em vida, eu tentei avaliar quanto de minério a Vale já produziu em toda a sua história. Isso é um assunto muito interessante. É mais ou menos hoje todo o orçamento brasileiro, mais de R\$ 1 trilhão. Então quando estamos conversando em macro, tudo bem. Então eu só queria dividir, essa é uma discussão que devemos levar a um seminário. Inclusive, a própria Sociedade Mineira de Engenheiros está interessada em fazer um seminário dessa natureza, e vamos te convidar. Mas também nos atermos ao projeto em si. Só para fazer essa pequena distinção, inclusive, muito bem colocada por você, Julinho. E a Denise fazer os comentários que nós fizemos em conjunto na nossa vista.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “O relato de vista foi entregue dentro do prazo regimental, e após toda a análise criteriosa se atendo ao projeto, conforme mencionado pelo Orsini, nós vimos que todos os requisitos estão sendo atendidos e estamos totalmente de acordo com o deferimento da Licença de Instalação + a LO do empreendimento, nos termos do parecer da Suppri.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Só corroborando que a Fiemg é favorável ao deferimento da licença.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Só uma pequena observação para o Orsini. Realmente, a minha avaliação é macro, e eu acho que neste instante o

1027 Estado tinha que ter uma avaliação marco do Estado mesmo, incluindo a SEMAD,
1028 que é o órgão licenciador. A Vale está fazendo um jogo muito duro, e esse jogo
1029 muito duro tem que ser confrontado pela sociedade e pelo Estado. A Vale tem
1030 que entender que cometeu crimes ao longo do tempo e que ela tem que se
1031 adequar a parâmetros como sustentabilidade, precaução, prevenção, respeito
1032 aos atingidos, pagamento das suas dívidas. A Vale tem que mudar de postura.
1033 Voltando à sua história, Orsini, eu fui um grande admirador do Eliezer Batista, um
1034 dos sujeitos que tiveram uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento
1035 brasileiro, um sujeito excepcional, uma cabeça brilhante. Mas eu depois assisti de
1036 dentro, já dentro da Vale, a mudança, quando entraram os banqueiros, quando
1037 entrou o representante do Bradesco. A mudança foi profunda. E nesse momento
1038 em que os valores todos foram trocados – não tem mais engenheiros na direção,
1039 tem advogados e economistas –, os valores foram trocados com muita
1040 profundidade. Nós temos que dar, como se diria, um freio de arrumação nessa
1041 situação, os valores não podem ser assim tão significativamente distintos dos
1042 valores da sociedade e dos ambientalistas. Nós precisamos de um freio de
1043 arrumação na Vale do Rio Doce. Esse seria um movimento histórico pelo lado de
1044 Minas Gerais. E da Justiça também, porque a Justiça nossa, infelizmente, não
1045 tem tido não sei se sensibilidade ou conhecimento mais profundo sobre o que tem
1046 sido realmente o impacto dessas minerações sobre a sociedade, os atingidos, o
1047 meio ambiente e a economia pública. Uma empresa que deve R\$ 40 bilhões no
1048 momento em que nós estamos passando por um buraco desse na economia, ela
1049 tem que ser chamada à razão, não pode continuar dessa forma. Por isso a minha
1050 postura firme e intransigente em relação à Vale. Eu acho que a sociedade ao
1051 menos começa a mostrar para a Vale o seguinte: ‘Assim não vai dar, vocês têm
1052 que mudar de postura’. Isso é importante. Roger Agnelli. Com a entrada de Roger
1053 Agnelli, as coisas degradingolaram.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
1054 só quero deixar registrada aqui a minha insatisfação, Julio, como advogado, pelo
1055 senhor falar que mudou muito depois que só veio advogado para a direção. Há
1056 advogados e advogados.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A ideia é a
1057 seguinte: porque retiraram os engenheiros. E é fundamental, porque o engenheiro
1058 pensa no longo prazo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Advogado
1059 também.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O que era bacana. Toda a
1060 geração de engenheiros que o Eliezer formou pensava 30, 50 anos. Eu me lembro
1061 de uns 30, 40 anos atrás de ter lido um livro que tinha uma referência ao Eliezer
1062 e ele mostrando todo o planejamento para a América Latina do ponto de vista de
1063 matriz energética e de matriz viária. Um cara que pensava muito além.” Presidente
1064 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mas aí não é a formação, Julio, é o caráter da
1065 pessoa. O José Maria Alkimin era advogado, tem vários advogados que têm
1066 visão.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu não estou falando mal de
1067 advogados, mas na hora em que você coloca todos engenheiros, você mostra
1068 que a sua prioridade é essa. Nós tivemos rompimentos de barragens porque não
1069 existia absolutamente nenhuma engenharia, não era feito com engenharia. Essas

1070 coisas têm que se arrumadas ao longo do tempo. Eu tenho grande admiração por
1071 muitos advogados e também por muitos economistas. Você pega agora,
1072 ultimamente, as falas do Stiglitz, do Paul Krugman, do Piketty, que ainda não é
1073 Nobel, mas será, e vê o tanto que nós estamos distantes da realidade.”
1074 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Esse diálogo é muito bom.
1075 Eu acho que é exatamente nisso que nós estamos nesta Câmara de Atividades
1076 Minerárias, no diálogo. Então eu vejo e recomendo para a Vale o diálogo: o
1077 diálogo técnico, o diálogo transparente, o diálogo socioeconômico, aquele em que
1078 se pode envolver as comunidades do entorno. Eu falo isso como itabirano, como
1079 cidadão honorário itabirano. Eu vejo isso. Não falo em nome de Carlos Drummond
1080 de Andrade porque não tenho competência para isso, mas falo em nome de um
1081 cidadão honorário de Itabira, defensor da cidade, defensor daquela comunidade,
1082 como meu pai foi. Meu pai dedicou a vida dele à mineração, dedicou a vida dele
1083 à emancipação de Itabira como uma cidade socialmente equilibrada. Desde
1084 aquela época, ele praticava o que nós chamamos hoje de responsabilidade social.
1085 Sem delongas, presidente, mas com um pouco de emoção, eu sugiro à Vale o
1086 bom diálogo. Com o bom diálogo se resolve tudo.” Conselheiro Paulo Eugênio de
1087 Oliveira: “Eu entendo quando o Julio fala que o Brasil valoriza muito os
1088 advogados, e eu diria também os médicos, que são aqueles que cuidam do
1089 problema depois de feito. E hoje o salário do engenheiro e a qualidade das escolas
1090 de engenharia deixam muito a desejar com relação ao passado. São aqueles que
1091 evitam os problemas, que planejam o país.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1092 Trovão: “Eu não concordo com o senhor. Ruy Barbosa era advogado e para mim
1093 foi uma das mentes mais brilhantes que nós tivemos no Brasil. Ele era advogado,
1094 diplomata, filósofo. Mas não vamos ficar discutindo isso.” Conselheiro Luiz
1095 Henrique Passos Rezende: “Não é advogado, não é economista, não é
1096 engenheiro, não é nada, o que aconteceu com a Vale é culpa do desandar desse
1097 sistema em que nós estamos. Desculpa estar falando isso, mas vou ter que falar,
1098 esse neoliberalismo começa com a privatização da Vale. Ela é adotada por
1099 banqueiros e visa diretamente ao lucro. Eu diagnostiquei, depois dos rompimentos
1100 e depois de muito sofrer com isso tudo, o processo de desumanização da
1101 empresa, só visando lucro, só pensando no lucro. E é isso que aconteceu. Não
1102 vai fazer diferença quem está lá no poder. Se a pessoa fosse humana, isso não
1103 estaria acontecendo. Você vê dentro da Vale hoje um engenheiro fazendo
1104 trabalho de dez engenheiros, um advogado fazendo trabalho de dez advogados.
1105 Ganham bem? Ganham bem. Mas que resultado que trazem? Trazem resultados
1106 em cima daquela forma de fazer o outro trabalhar igual um louco, redução,
1107 enxugamento de quadro, não tem diálogo com a comunidade. Na verdade, é a
1108 lógica psicopata, e quanto mais psicopata, maior valor o cara tem. O que eu estou
1109 querendo dizer é que a Vale precisa passar por um processo de reumanização. É
1110 aquilo que eu falo: para quem a gente minera? A gente minera para a gente, para
1111 o nosso povo, a nossa população, para gerar emprego, para poder fornecer coisa
1112 para nossa indústria, para a nossa sociedade viver melhor. Não para uns

1113 lucrarem, e outros viverem à míngua. Esse que é o nosso viés. Foi excelente o
1114 que o Julio trouxe, essa questão tem que ser falada, tem que ser uma política de
1115 Estado, tem que aproximar. E a Vale tem que ter responsabilidade social, sim,
1116 todos os dias, em todos os momentos, o lucro dela tem que ser voltado para o
1117 povo que está ali na região, que está na bacia, que precisa do emprego, porque
1118 o minério é do povo. Então nós precisamos passar a definir isso. E parabéns para
1119 os advogados, dos engenheiros e todos os outros profissionais que estão neste
1120 Conselho e que têm característica humana. Nós vamos, antes de mais nada,
1121 humanos e temos uma sociedade para defender.” Presidente Yuri Rafael de
1122 Oliveira Trovão: “Em relação ao processo, algum destaque dos senhores
1123 conselheiros?” Conselheiro José Angelo Paganini: “Nós podemos discutir depois,
1124 mas eu quero a inclusão de uma condicionante.” Presidente Yuri Rafael de
1125 Oliveira Trovão: “Ok. Vamos discutir o processo e depois nós passamos para a
1126 inclusão das condicionantes. Vamos aos inscritos.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Eu
1127 estou aqui representando a Vale com uma equipe técnica multidisciplinar de
1128 engenheiros, geólogos, espeleólogos, arqueólogos. Então toda a equipe técnica
1129 da Vale está aqui à disposição. Eu vi todos os pareceres de vista e vou começar
1130 pelo parecer de vista da ProMutuca, porque a apresentação do empreendimento
1131 em si, pelo pouco tempo que eu tenho, não é possível fazer. Eu espero que todos
1132 tenham lido o parecer, e aí nós nos colocamos à disposição para dúvidas. O
1133 primeiro ponto levantado refere-se ao rebaixamento do lençol freático e às
1134 outorgas superficiais para o empreendimento. Na realidade, são dez processos
1135 de outorga. Três processos são para contenção de sedimentos, então são diques
1136 e Sumps; seis processos são referentes a drenos de fundo para pilha. Todos
1137 esses processos estão renovados, com portaria de outorga renovada. E o décimo
1138 processo é realmente o rebaixamento do NA da mina de Fábrica Nova. Essa
1139 portaria foi emitida em 2010, aprovada pelo Conselho de Estadual de Recursos
1140 Hídricos, conforme consta no Parecer Único. E há que se considerar que, quando
1141 fala-se que não é feita uma análise integrada, principalmente em relação ao
1142 rebaixamento, o próprio IGAM, quando faz essa análise para deferir o parecer e
1143 colocar no CERH, faz uma análise integrada. E faz essa análise integrada,
1144 inclusive, com os demais usuários, para garantir que o recurso esteja disponível
1145 para os demais usuários. E além disso existe a publicação das respectivas
1146 concessões de outorgas, todas as outorgas são publicadas. Então há a
1147 publicidade, sim, da outorga. E além da discussão da outorga de grande porte no
1148 Comitê, a partir de uma avaliação do IGAM. Na sequência, o meu colega Luiz
1149 Castro vai falar sobre as condicionantes de rebaixamento e explicitar melhor. Eu
1150 só estou dando uma pincelada como respostas mais objetivas aqui em relação a
1151 cada ponto. É levantado que o processo 182/1987/105/2018 é um processo
1152 relativo à pilha e que foi incluída a atividade de lavra nesse processo. Realmente,
1153 é um processo de pilha de estéril da chamada PDE União. O que a Suppri fez? A
1154 Suppri fez uma análise integrada desses processos, porque tinha vários
1155 processos protocolados na Suppri que precisariam de regularização em fase de

LO, que já estavam com LOs concedidas. E por que tinha esse processo na Suppri
pertinente à mesma atividade ou mesmo empreendimento? Porque no passado a
própria SEMAD exigia que para cada poligonal do DNPM era necessário abrir um
respectivo processo administrativo no órgão ambiental. Então assim foi feito. E
agora essa exigência não é mais feita. Aí o que a Suppri fez? 'Estamos com vários
processos aqui em APO, vamos fazer uma economia processual e juntar esses
processos para fazer, inclusive, uma análise integrada desses processos.' Foi o
que a Suppri fez. Juntou os processos, o que culminou nesse 182/1987/105/2018.
Isso foi muito bom porque, se a Suppri tivesse pautado cada processo desse, ia
se falar que estava havendo fragmentação, e não é o caso. Foi feito justamente
isso, integrando todos esses processos e oferecendo aos conselheiros e à
sociedade uma análise integrada desse empreendimento. A maioria desses
processos estava com APO. A questão da Licença de Instalação Corretiva com
LO para a pilha foi que foi perdida a validade da licença de LI, e ficou um restante
de dreno de fundo da pilha para ser instalado. Aí o processo – como tinha de
ainda instalar esses drenos – foi redirecionado para LIC+LO. Em relação aos DMs
dos quais foi feita consulta pelo parecer da ProMutuca, realmente teve um
bloqueio de DMs, mas em função de transferência de titularidade, cessão,
incorporação ou arrendamento, mas esses DMs já estão todos desbloqueados
pela Justiça e pela ANM, inclusive com publicação no 'Diário Oficial' de 4/12/2020.
Então em relação às poligonais de direitos minerários não tem problema algum.
Foi questionado sobre o ponto central do licenciamento através das coordenadas.
A Vale ofereceu uma coordenada do empreendimento, mas não da atividade em
si, mas a própria Suppri fez a retificação da coordenada, e no parecer da Suppri
está com a coordenada correta. Em relação ao processo que ele cita,
182/87/101/2015, cabe informar que no parecer é citado que foi concedida licença
sem uma atualização dos estudos. Não é verdade, o processo teve atualização
dos estudos, os estudos foram atualizados, do meio biótico, os impactos, as
medidas, o próprio diagnóstico, inclusive em função do rompimento de Fundão.
Mas esse processo já foi aprovado, e voltou à baila a discussão aqui nesse
parecer. Sobre o complexo de Mariana, em relação à Samarco, a Vale, com o
rompimento da barragem de Fundão, fez uma reconfiguração da pilha, reduzindo
a área de projeção da pilha em direção ao vale do Fundão. Então com o
rompimento houve a necessidade de se fazer uma reconfiguração da pilha,
reduzindo essa pilha que estava direcionada para o vale do Fundão. É essa
reconfiguração que a Suppri analisou dentro desse processo de licenciamento. E
também foi feita uma crítica de que a Vale não atualizou os estudos com o cenário
do rompimento de Fundão. Não é verdade. A própria Suppri pediu como
informação complementar também, e a Vale protocolou uma atualização do
diagnóstico dos impactos e das medidas mitigadoras e uma avaliação desse
empreendimento frente ao cenário de rompimento da barragem de Fundão. Então
a Suppri analisou o processo já com esse cenário, e a conclusão desses estudos,
a partir da ruptura da barragem de Fundão, da reconfiguração da pilha e dessas

1199 atualizações de estudos frente a esse cenário, proporcionou, inclusive, alteração
1200 de programas ambientais. Foram alterados programa de qualidade, programa de
1201 monitoramento de vibração, programa de qualidade da água. Então a Suppri
1202 analisou o processo já com essas atualizações, com os programas devidos e com
1203 o cenário atualizado. Sobre os arquivamentos, há uma crítica de que não foram
1204 analisados os controles ambientais dos processos que foram arquivados. Os
1205 pareceres da Suppri são muito detalhados em relação à análise de condicionantes
1206 e controles ambientais. Os empreendedores reconhecem que, para julgamento, a
1207 Suppri faz uma análise exaustiva do desempenho ambiental e das
1208 condicionantes, mesmo que o processo não seja de revalidação. Isso pode ser
1209 percebido no item 11, página 63 do parecer, e no item 12, na página 69. Então a
1210 avaliação da argumentação sobre o processo pode ser percebida através do
1211 parecer da Suppri nessas páginas que eu citei e no decorrer de todo o parecer.
1212 Então com relação à ProMutuca, são esses os pontos que eu tenho a falar. Estou
1213 com a equipe aqui, que também pode detalhar mais. E eu tenho que chamar
1214 atenção também do parecer da SME, Sindiextra e Fiemg, que fala o seguinte: foi
1215 dada publicidade nas épocas devidas e foi aberto prazo para solicitação de
1216 audiência pública. Então nós estamos seguindo os ritos em relação às normas
1217 vigentes e essas avaliações em relação a esse novo cenário do empreendimento
1218 em si. Eu estou à disposição, e a minha turma também está à disposição. Eu
1219 sugiro agora ouvirmos o Luiz Castro, porque ele quer falar um pouco mais sobre
1220 as condicionantes do rebaixamento. Eu acho que vai ser esclarecedor.” Luiz
1221 Cláudio Figueiredo/Vale S/A: “Eu vim trazer para vocês informações sobre a
1222 portaria de rebaixamento, que foi um ponto colocado no parecer de vista da
1223 ProMutuca. A Portaria 2042/2010 autoriza rebaixamento de nível d’água na cava
1224 de Fábrica Nova e está em renovação com o processo 21649/2015. É uma
1225 portaria obtida em 2010, então desde essa época já ocorre o rebaixamento na
1226 mina de Fábrica Nova. Dentre as condicionantes dessa portaria, eu faria destaque
1227 para três, que são relacionadas à reposição de vazões. A primeira delas,
1228 resumidamente, é o fornecimento de água oriunda do rebaixamento do distrito de
1229 Santa Rita, um distrito de Mariana. A segunda é reposição de vazões dos córregos
1230 Batatal e Ouro Fino. Obviamente são pontos indicados pelo estudo apresentado
1231 à época no processo de outorga, que indicou que seriam os pontos que poderiam
1232 ter problemas com diminuição de vazão. E a terceira, relacionada a reposição,
1233 fala em porcentual da vazão que deve ser encaminhada para a comunidade de
1234 Santa Rita. Eu estou falando sobre atendimento delas. A primeira, a Vale realiza
1235 fornecimento de água continuamente para a comunidade de Santa Rita, através
1236 de uma tubulação de 4 polegadas, que sai diretamente da ETA. A água já sai da
1237 estação de tratamento de água na mina de Fábrica Nova e vai até a caixa de
1238 abastecimento da comunidade. Uma vazão média de 90 m³/h. Um ponto
1239 importante relacionado a reposição no Ouro Fino e no Batatal é que o balanço
1240 hídrico atual da mina mostra que apenas 5% da água produzida são consumidos
1241 internamente, com abastecimento e aspersão de vias; 15% utilizados para o

1242 abastecimento de Santa Rita; e 80% para reposição do Ouro Fino e Batatal. A
1243 portaria autoriza uma vazão de captação de 2.093 m³/h, sendo que atualmente o
1244 sistema de bombeamento opera com uma vazão média de 900 m³/h. Isso porque
1245 a finalidade do uso é rebaixamento, então dessa forma os poços operam
1246 conforme a demanda de lavra. Esses seriam os pontos que eu queria colocar.
1247 Aproveitando ainda o tempo, a mina de Fábrica Nova tem 15 portarias de outorga,
1248 já incluindo essas outras dez que estão em análise aqui. São seis diques de
1249 contenção de sedimentos. A mina não tem uma barragem de rejeitos, só
1250 pequenas estruturas de contenção de sedimentos. São oito canalizações
1251 relacionadas aos drenos de fundo de pilha e uma portaria do rebaixamento. Esse
1252 é o total de outorgas que nós temos na mina de Fábrica Nova.” Maria Teresa
1253 Viana de Freitas Corujo/Movimento pelas Serras e Águas de Minas: “Nas
1254 considerações que o Movimento pelas Serras e Águas de Minas fez e que estão
1255 no parecer da ProMutuca, nós trouxemos aspectos macro em relação ao território
1256 de Mariana e aspectos ligados diretamente a esse processo de licenciamento.
1257 Sendo um parecer de vista encaminhado antes, todos os conselheiros têm
1258 conhecimento do seu teor, mas eu estou aqui para deixar registrado também na
1259 gravação e na memória desta reunião as questões prioritárias, no sentido de
1260 graves. Inicialmente, deixar claro que, quando se acessa o volume 1,
1261 principalmente, que é onde começa o processo desde o processo de
1262 licenciamento, a primeira coisa que eu constatei foi que esse processo em 2018,
1263 quando teve início, se referia tão somente à pilha de rejeito e estéril. Colocamos
1264 nas considerações do Movimento vários trechos de vários documentos que
1265 atestam que o objeto desse processo de licenciamento era somente a pilha.
1266 Deixamos claro nas nossas considerações que, diante do que foi pautado na CMI,
1267 através do Parecer Único da Suppri, foi acrescentada então a esse processo a
1268 questão da lavra, inclusive envolvendo direitos minerários que, na ocasião, no
1269 processo que foi instruído e iniciado, estavam bloqueados judicialmente.
1270 Colocarmos nas considerações esses dados. Inclusive, foram desbloqueados
1271 judicialmente só em dezembro. Fora um deles. Os outros foram no dia 4 de
1272 dezembro de 2020. Ou seja, esse processo de licenciamento 182/1987/105/2018,
1273 no âmbito de um processo de licenciamento de um rito processual e de um rito de
1274 visibilidade e de acesso à sociedade, não é um processo que envolvia esses
1275 quatro direitos minerários que estão hoje no parecer da Suppri, que foi então
1276 acrescentada a lavra em um processo que tratava exclusivamente da pilha.
1277 Quando a representante da Vale apresenta como fundamentação que as
1278 informações e tudo, quando foram sendo formalizados, que a Suppri analisou, é
1279 importante registrar aqui o seguinte: esse processo, inicialmente, foi a partir de
1280 um EIA de 2015, antes do rompimento; as informações, a partir de 2018, essas
1281 adequações ou toda essa documentação apresentada pela Vale e analisada pela
1282 Suppri ficaram no bojo do processo de licenciamento, não houve visibilização para
1283 a sociedade de que estava havendo alterações, inclusive nas estruturas após o
1284 rompimento. E a nosso ver isso viola mais uma vez o artigo 125 da Constituição

1285 Federal. Por quê? Como a coletividade vai cuidar do meio ambiente e garantir
1286 esse direito/dever sem as questões, por exemplo, de informações
1287 complementares, de alterações no processo, que fica no bojo entre o Estado e a
1288 mineradora? Ainda mais depois do que aconteceu nesse território, porque esse
1289 projeto da mina Fábrica Nova e Alegria faz parte de um grande complexo
1290 minerário no qual rompeu a barragem do Fundão em 2015. A nosso ver, é urgente
1291 e necessário que esse processo seja retirado de pauta, porque houve graves
1292 alterações no processo, que não houve a devida transparência e visibilidade para
1293 a sociedade; foi incluída lavra em quatro direitos minerários que, inclusive,
1294 estavam bloqueados até o início de dezembro. Então tem que haver, inclusive,
1295 uma auditoria completa para averiguar e identificar possíveis responsabilidades
1296 sobre o que aconteceu aqui com esse processo. Eu vou tratar de um outro
1297 assunto, o restante está colocado tudo nas nossas considerações. É importante
1298 dizer que no próprio Parecer Único da época, do processo que antecedeu a esse,
1299 no bojo de todo o conjunto do complexo em Mariana, nesse processo anterior,
1300 inclusive, tem trecho que atesta o que nós estamos dizendo. Tem muita
1301 informação que nós colocamos até para resgatar toda a história e a memória
1302 sobre esse território, e ela não pode ser esquecida, como fizeram nesses
1303 Pareceres Únicos, no sentido de que era a antiga Bento Rodrigues, como se fosse
1304 algo que por nada sumiu do território. Não, Bento Rodrigues não existe mais por
1305 causa do rompimento em 2015, por irresponsabilidade do Grupo Samarco, Vale,
1306 BHP. O trecho de que eu quero falar, que configura que o processo que está aqui
1307 em pauta era exclusivamente sobre uma pilha, é um trecho que foi colocado aqui.
1308 O trecho do parecer quando da outra licença. Eu acho importante, para quem está
1309 assistindo, eu registrar isso, porque quando vamos analisar os processos e ver os
1310 documentos, damos de cara com muitos elementos de prova do que nós
1311 afirmamos, reiteradamente, na condução desses processos de licenciamento. Eu
1312 prefiro perder esse tempinho ou ganhar esse tempinho e registrar o que estou
1313 colocando neste momento. Espero que dê tempo. Estou procurando aqui no
1314 Parecer Único. Eu não estou encontrando, mas está no documento. O que diz o
1315 Parecer Único da época, do outro processo de licenciamento, no bojo desse
1316 mesmo processo maior, diz claramente que neste momento nós estamos tratando
1317 desse licenciamento, e, no próximo, que seria esse 105, que será tratada a
1318 questão da pilha. Em nenhum momento, naquela ocasião, se falou que esse
1319 processo que está hoje em pauta trataria também de lavra em quatro direitos
1320 minerários, que estavam, inclusive, bloqueados, na ocasião. Então o que eu quero
1321 reforçar aqui, fora todas as questões que estão colocadas nas nossas
1322 considerações, é que neste processo de licenciamento se constataem questões
1323 graves, processuais, de visibilização e de garantia do acesso à informação por
1324 parte da sociedade. Porque a sociedade, no prazo de dez dias, sem ter havido
1325 comunicações de cada documento que foi ferido com alterações e novos estudos
1326 e novas fundamentações apresentadas pelo empreendedor, como poderia ter
1327 conhecimento de todas essas informações, que tanto o empreendedor teve um

1328 longo tempo para apresentar, preparar, quanto a Suppri e os técnicos tiveram um
1329 tempo até considerarem que estava pronto para ser pautado. E a sociedade tem
1330 que fazer isso no prazo de dez dias desde que o processo foi disponibilizado. E
1331 quando o presidente da CMI falou em um outro item e fala reiteradamente que
1332 basta requerer ou basta acessar as informações, reparem, nós estamos falando
1333 de convocações e realização de reuniões em tempo muito veloz, que até se
1334 conseguir que a comunidade e as pessoas saibam que está em pauta, que tem
1335 documentos para requerer, depois receber, depois ver às vezes 2 mil páginas, 3
1336 mil páginas e buscar informações, isso é impossível. Então claramente está sendo
1337 violado o direito de acesso à informação, está sendo violado o artigo 225, e isso
1338 tem, permanentemente, ficado registrado. E as questões ambientais estão sendo
1339 tratadas no âmbito do Estado com mineradoras e lesando reiteradamente o artigo
1340 125 e o direito da sociedade. E isso tem tido graves repercussões, e nós temos
1341 testemunhado, e um dia isso será justificado. Haverá um dia, e eu não duvido, não
1342 sei quando haverá uma justiça em relação a esse formato da mineração e do
1343 Estado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu disse, não há
1344 qualquer ilegalidade em relação às nossas reuniões, elas estão previstas
1345 conforme Regimento, a publicação. Em relação às solicitações, podem ser feitas
1346 junto às Superintendências, que nós encaminhamos o processo. Tanto que não
1347 há ilegalidade que eu pelo menos desconheço qualquer ação judicial que venha
1348 invalidar esse tipo de processo nosso das reuniões extraordinárias. Nós sempre
1349 temos, sim, algumas liminares que foram concedidas, que a gente altera o
1350 processo, mas por outros motivos, não em relação à reunião extraordinária em si.
1351 Então não há qualquer ilegalidade, lembrando que em Minas Gerais pelo menos
1352 nós temos um Conselho. Qual outro Estado – eu pelo menos desconheço – que
1353 tem um conselho democrático e que tem a transparência como Minas tem? Nem
1354 em âmbito federal nós temos.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu sei, e foi
1355 dito, inclusive, na minha fala inicial, que os prazos são legais. Eu não tenho dúvida
1356 de que os prazos são legais. Eles são absolutamente insuficientes para que a
1357 sociedade possa participar. Quando eu pontuo esse assunto aqui, como fiz na
1358 nossa introdução, inclusive para que a palavra não ficasse apenas nas minhas
1359 costas, citando artigos de revistas, citando promotor, texto integral do promotor
1360 ali, é para mostrar o seguinte: sabemos que é legal, mas é nossa obrigação, por
1361 parte da sociedade, lutar para que isso seja mais razoável. Esses prazos não são
1362 razoáveis. É isso que eu gostaria de deixar claro e registrado aqui. Tem que haver
1363 razoabilidade na própria legalidade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1364 “Eu concordo, Julio, quando o senhor trata em relação à razoabilidade, só que foi
1365 falado em ilegalidade. Por isso a minha fala. Não houve ilegalidade, e foi falado
1366 em ilegalidade. É isso que estou falando, ilegalidade não houve. Se o senhor falar
1367 em razoabilidade, prazo, tudo bem, eu não vou entrar no mérito, porque a
1368 razoabilidade depende de vários fatores. Mas quando fala sobre ilegalidade, eu
1369 aqui, como assessor jurídico e às vezes presidindo a reunião, tenho que
1370 demonstrar para aqueles que nos veem. Embora o senhor mesmo tenha falado –

1371 inclusive na ACP que o senhor cita –sobre essa questão, eu não posso deixar que
1372 passe para aqueles que nos veem falando que há uma ilegalidade na nossa
1373 reunião, quando na realidade não existe.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu vou
1374 fazer só uma introdução. A Laura e a Angélica vão fazer apresentação do ponto
1375 a ponto do parecer que foi apresentado pelo Julio. Julio, eu sinto muito. Quando
1376 estávamos te ouvindo desde o princípio da reunião, a equipe técnica e jurídica da
1377 Suppri inteira ficou sentida com o anúncio de que esta seria a sua última reunião.
1378 Pode soar estranho, porque estamos sempre em posição de embate técnico, mas
1379 nós gostamos da posição do embate técnico, sobretudo do debate técnico com
1380 você, que sempre foi muito gentil, foi muito cuidadoso nas suas colocações, muito
1381 cordato e muito correto. E nós já falamos isso mais de uma vez, na sua correção
1382 em relação às suas colocações aqui, o seu cuidado de separar aquilo que é
1383 pessoal daquilo que é técnico e laboral, que é o nosso objetivo aqui. E nós todos
1384 sentindo muito mesmo a sua ausência. Eu já ouvi isso hoje, mas vou registrar de
1385 novo. A sua presença na CMI qualificou enormemente a participação da
1386 sociedade civil organizada nessa Câmara. Eu espero que a pessoa que que
1387 venha no seu lugar tenha essa mesma qualidade e competência de qualificar o
1388 debate. Nós gostamos do debate qualificado, estamos sempre dispostos ao
1389 debate qualificado, sempre dispostos a rever nossas posições quando erramos.
1390 É interessante que isso tenha continuidade, que a Câmara continue técnica. Isso,
1391 claro, sem desqualificar nenhum dos outros conselheiros, que já fazem o debate.
1392 Não estamos aqui avaliando que você é o melhorzão de todos, Julio. Todo mundo
1393 é muito bacana, esta Câmara é muito bacana, muito positiva. Mas a sua
1394 participação pelas ONGs qualificou a participação da sociedade. Em relação ao
1395 seu parecer, Julio, na última reunião, em que viemos aqui discutir o processo 101,
1396 que era da mesma mina, eu expliquei que estávamos analisando tudo em
1397 conjunto, só que um fica pronto antes do outro. Esse é o 105, fala de um pedaço;
1398 outro é o 101, que falava de outro pedaço, que são fases diferentes. Não podemos
1399 unificar fases diferentes. Eu falei que nós não iríamos, de maneira alguma, fazer
1400 qualquer manifestação aqui em relação ao posicionamento político que você
1401 apresenta. Não vamos fazer isso porque há uma vedação constitucional nesse
1402 sentido. As equipes técnicas estão vedadas de fazer qualquer manifestação que
1403 seja de emissão de juízo de valor. Para mim, a Vale não é boa e não é ruim, o
1404 processo é impessoal. A nossa equipe não traz uma avaliação axiológica, que
1405 seja estabelecida no erro e no acerto das administrações de qualquer empresa.
1406 A nossa avaliação é objetiva e está adstrita às competências estabelecidas por
1407 decretos específicos: o Decreto 47.787, que fala das competências; o Decreto
1408 47.383, que fala da análise do licenciamento ambiental. Então não vamos jamais
1409 tocar nesse assunto aqui falando que a empresa A é boa, a empresa B é ruim.
1410 Claro, a sua manifestação é livre, você tem todo o direito. Só que não vamos tratar
1411 disso. Você pediu auditoria nos processos nossos. Nossos processos, da Suppri,
1412 são os mais auditados no Estado. Primeiro, pela própria auditoria, segundo, pela
1413 sociedade como um todo. Os processos considerados prioritários estão sempre

1414 sendo auditados. São auditados pela imprensa, sobretudo processos que têm
1415 grande apelo social; auditados pela Controladoria Geral do Estado. Nós já
1416 trouxemos a esta Câmara resultado de mais de uma auditoria de processo da
1417 Suppri, e a auditoria sempre fala que não tem nenhuma ilegalidade, nenhuma
1418 irregularidade. Assim como somos impessoais, nós também somos regidos pelo
1419 princípio da legalidade, não vamos fazer nada ilegal. Eu só tenho mulheres na
1420 minha equipe jurídica. Na minha equipe inteira, além de mim, só três homens.
1421 Agora o Adriano está voltando, e vão ser quatro. As outras 22 pessoas são
1422 mulheres, então elas coordenam a minha vida aqui. Eu brinco com elas, ‘gente,
1423 no dia que eu fizer um negócio ilegal aqui, vocês vão ter que levar cigarro para
1424 mim na cadeia, porque eu não vou dar conta, vou precisar negociar com o pessoal
1425 de lá’. E elas riem. ‘Não preocupa não, porque aqui não sai nada ilegal’. Ninguém
1426 vai ser preso aqui na Suppri, porque o controle é muito intenso. Eu tenho uma
1427 equipe extremamente qualificada de advogados – mesmo você criticando os
1428 advogados que tomam conta de outras empresas –, e eles tomam conta dos
1429 nossos processos de maneira que todos os nossos processos são sempre
1430 pautados pela legalidade. Se alguém discordar dessa legalidade, aí tem que
1431 mudar a lei, não é mudar o parecer, não é mudar o processo. Nós técnicos da
1432 SEMAD, da Suppri, não temos como falar que a lei é ruim, nós temos só que
1433 cumprir a lei. Quem fala que a lei é ruim é a sociedade, quem ouve que a lei é
1434 ruim e muda a lei é a Assembleia Legislativa. Então nós estamos falando de
1435 competências de outros órgãos, de outros Poderes. Enquanto as leis valerem,
1436 enquanto as normas estiverem válidas, as equipes da Supram e da Suppri vão ter
1437 que se remeterem sempre ao cumprimento da lei.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
1438 Grillo: “Eu entendo perfeitamente o seu posicionamento como posicionamento de
1439 um servidor da SEMAD, mas esse não pode ser o meu posicionamento como
1440 representante da sociedade civil, eu não posso me ater à legalidade, eu estou
1441 questionando o próprio processo legal. E não é um processo legal sobre o qual
1442 você tem domínio, eu estou falando de coisas, às vezes, que dizem respeito à
1443 legislação.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Nós entendemos, eu só estou
1444 dizendo qual é o limite da nossa atuação. Está entendido. Eu vou passar pela
1445 ordem que combinamos internamente, para não ficar muito confuso. A Laura vai
1446 fazer as explanações que são de cunho técnico, e logo em seguida a Angélica
1447 termina com aquelas que são referentes aos critérios formais do processo.” Laura
1448 Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Eu vou fazer aqui apontamentos tendo
1449 como base o parecer da ProMutuca, que tem apontamentos mais diretos. Um dos
1450 primeiros apontamentos fala da análise integrada em relação ao aspecto hídrico.
1451 Nós sabemos que é um tema muito sensível em todos os nossos processos e
1452 tentamos dar atenção, dentro do limite do parecer. E para esse processo nós
1453 reconhecemos que o complexo tem esse impacto hídrico e por isso criamos a
1454 condicionante 13, para tentar dar mais visibilidade aos monitoramentos de
1455 qualidade, de vazão do complexo. É uma condicionante que temos replicado para
1456 os outros: replicamos para Fazendão e para o outro processo da Vale. Porque a

1457 Vale tem ingerência só no que é dela. Sabemos que ali tem outras mineradoras,
1458 então colocamos essa condicionante para tentar criar essa visibilidade em relação
1459 à análise hídrica integrada. Em relação aos direitos minerários que foram
1460 colocados que alguns estavam bloqueados, em relação à extensão, de antes ser
1461 pilha, e depois ser inserida a atividade de cava, o FCE do processo foi retificado
1462 em maio de 2020 e no Siam 0036920/2020 justamente por essa percepção de
1463 que era necessário a empresa atualizar. E essa inserção da cava não trouxe
1464 nenhuma modificação de análise ambiental, não alterou o processo. Então
1465 solicitamos essa retificação. Além disso, em relação ao bloqueio ou não dos
1466 ANMs, tem a IS 01/2018, que trata da orientação em relação à aplicação da DN
1467 217. Eu vou ler aqui. Ela orienta o seguinte. A DN 217 prima pelo licenciamento
1468 concomitante. No artigo 23, se pretende que 'as atividades minerárias sejam
1469 analisadas exclusivamente no aspecto ambiental, sendo de responsabilidade do
1470 empreendedor buscar o título minerário após a aquisição da licença. Dessa forma,
1471 não será mais exigida no âmbito da regularização a apresentação do título
1472 minerário. No entanto, deverá ser observada, no procedimento de licenciamento,
1473 a existência de vinculação do processo.' Foi o que nós observamos na análise
1474 desse processo. Em relação à atualização dos impactos, a Isabel até falou, e eu
1475 vou reiterar aqui que nós solicitamos uma atualização, por meio do Ofício
1476 343/2019, e a resposta da Vale veio pelo Ofício 08/2020, no Protocolo
1477 S0010940/2020. E nesse protocolo foram atualizados os impactos, e nós
1478 achamos que foram suficientes para o empreendimento e colocamos isso no
1479 parecer, incluímos essa análise atualizada no parecer. Em relação ao diálogo com
1480 as entidades e audiência pública, por se tratar de um processo de licenciamento
1481 instruído com RCA/PCA, não tem a previsão de realização de audiência. Mas no
1482 processo que foi citado aqui, 101/2015, que também é no complexo de Fábrica
1483 Nova, foi aberto prazo para solicitação de audiência pública e não houve nenhum
1484 requerimento para sua realização. Nós destacamos ainda a questão das
1485 condicionantes. Foi colocado que talvez algumas condicionantes não tivessem
1486 sido analisadas. Os processos que foram citados no parecer tratam de
1487 solicitações de LOs, e essas LOs não chegaram a ter Parecer Único final e
1488 condicionantes vinculadas. Por isso que a nossa análise de condicionantes está
1489 vinculada ao processo de LI do empreendimento. Então nós temos os capítulos
1490 11 e 12 do parecer, um que analisa as condicionantes e outro, que analisa o
1491 desempenho ambiental das mesmas. E até por isso, por essa avaliação que foi
1492 feita, foi lavrado ao Auto 267794/2020, em relação ao desempenho, que achamos
1493 que pode melhorar e que deveria ter sido feito de outras formas. E nós colocamos
1494 no parecer. Seria isso que eu queria manifestar, e estou à disposição. Eu queria
1495 também falar sobre o pesar sobre a saída do Julio Grillo. Eu queria falar que não
1496 o conheço pessoalmente, que só o conheço aqui da Câmara, mas queria elogiar
1497 o trabalho dele, que tem acrescentado muito no nosso também como
1498 pareceristas. Falar que a nossa análise ficou engrandecida, ficou melhor com os
1499 posicionamentos e com o que ele tem trazido para esta Câmara como

1500 representante da população, com um outro olhar para o licenciamento.” Angélica
1501 Aparecida Sezini/Suppri/SEMAD: “A Laura acabou falando todas as partes do
1502 parecer, inclusive aquelas que eu iria falar sobre aspectos jurídicos, e ela falou
1503 muito bem, de forma muito clara. De todo modo, se houver ainda alguma dúvida
1504 jurídica, eu estou aqui à disposição para responder às perguntas dos
1505 conselheiros. Quero também registrar minha tristeza de perder nosso Dr. Julio
1506 Grillo neste nosso Conselho. Realmente a sua participação foi extremamente
1507 positiva. Nós aprendemos muito com o senhor neste Conselho, pode ter certeza
1508 disso. E quero agradecer também ao Rodrigo pela referência positiva à nossa
1509 equipe jurídica feminina. Eu estou me despedindo da Suppri, estou indo para a
1510 Supram Central. Esta é a minha última reunião na CMI como Suppri, e sou muito
1511 grata pela equipe que tenho. Agradeço ao Rodrigo as palavras dele e fala que
1512 continuo à disposição. Se depender da nossa equipe jurídica, ninguém vai
1513 precisar de cigarro em cadeia nenhuma, Rodrigo.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD:
1514 “A Laura é uma pessoa muito emotiva. Apesar de eu já ter falado que a equipe
1515 inteira sente muito a ausência que o Julio vai fazer, ela fez questão de registrar.
1516 E aqui nas nossas conversas, quando estamos tratando dos assuntos e se falou
1517 de Bento Rodrigues, a Laura, de novo, foi muito emotiva em relação a isso, e eu
1518 não podia deixar de registrar então. Porque isso veio no parecer do Julio Grillo.
1519 Eu queria tratar porque mais uma vez estamos falando de juízo de valor. Mas
1520 nesse caso eu vou só fazer uma correção no seu parecer, na sua manifestação
1521 escrita, chamando atenção para uma coisa que deveria ser óbvia. Não para você,
1522 claro, mas que deveria ser óbvia para todos, de maneira geral. A SEMAD, desde
1523 o momento 1 do rompimento da barragem de Fundão, se envolveu em todas as
1524 etapas, absolutamente em todas as etapas que dizem respeito às tratativas
1525 necessárias para cessação dos danos, recuperação do ambiente, indenizações e
1526 compensações necessárias tanto para a população diretamente atingida quanto
1527 para a população ao longo de toda a bacia do rio Doce. Essas tratativas se deram
1528 em várias frentes. Nós temos o Comitê Interfederativo com a participação ampla
1529 e direta dos órgãos do Sisema. O IGAM, com análise da qualidade de águas, a
1530 FEAM acompanhando o tempo todo, o IEF com as propostas todas de
1531 revitalização das áreas atingidas, com problemas e soluções vindo a todo tempo,
1532 tanto da Samarco, primeiro, quanto da Renova, depois. Então nesse tempo todo,
1533 em todos os momentos, o Sisema e a SEMAD estiveram participando das ações
1534 de recuperação da bacia do rio Doce. Para registrar muito claramente a Suppri,
1535 nós fizemos o licenciamento operacional corretivo do complexo de Mariana, da
1536 Samarco, com todos os cuidados necessários para que não houvesse nenhuma
1537 mácula em relação ao processo. Não há nenhuma mácula. Inclusive, há
1538 manifestação do Ministério Público Estadual dizendo exatamente isso. Na reunião
1539 da Câmara, o Ministério Público Estadual foi lá e se manifestou dizendo que o
1540 processo estava perfeitamente instruído e analisado, que as estruturas da
1541 Samarco são seguras e que há uma garantia da sua operação. Isso ainda em
1542 2019, e eles só voltaram a operar agora em 2020, um ano e dois meses depois

1543 da licença. Em relação a isso, também é muito tranquilo. Nós fizemos a avaliação
1544 dos impactos até S3 nesse processo. A Suppri também é responsável pelo
1545 licenciamento das ações de recuperação que são licenciáveis. Do dique S3 até a
1546 usina de Candonga, nós acabamos de licenciar a recuperação da área da usina
1547 de Candonga, a dragagem e disposição correta dos rejeitos na UHE Risoleta
1548 Neves. Nós licenciamos o parcelamento do solo urbano em Mariana para
1549 reassentamento da população de Bento Rodrigues. Então não é justo, Julio, que
1550 no seu parecer – eu sei que não foi você que escreveu, não se preocupe não
1551 precisa nem rebater – traga uma consideração tão equivocada a respeito das
1552 nossas atuações. Julio, os atingidos de Bento Rodrigues têm o meu telefone
1553 pessoal, os atingidos de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado têm o meu
1554 telefone pessoal. Eu tenho uma infinidade aqui de mensagens, áudios e ligações
1555 com os pais eu trato diretamente com a população. Não é justo tratar a equipe da
1556 Suppri como se desconhecesse aquela população. Pelo contrário, nós
1557 participamos de uma infinidade de reuniões com aquela comunidade, com aquela
1558 população para poder resolver o problema do reassentamento. Que nem se
1559 resolveu ainda. Mas, na medida da competência da SEMAD, nós estivemos lá. O
1560 Zezinho do Bento me liga, me manda mensagem, briga comigo. A Mônica, que é
1561 uma pessoa extremamente competente, extremamente inteligente, está sempre
1562 nos cobrando. Então não é justo que o parecer traga uma inverdade dessa a
1563 respeito da atuação do Sisema, da SEMAD, da Suppri. Me desculpa o registro e
1564 o desabafo, mas, já que estamos no desabafo pessoal e já que não sou nem
1565 advogado nem engenheiro – eu sou geógrafo –, então não entrei no meio da
1566 confusão de vocês. Só para registrar isso. É importante, Julio, que vocês também
1567 tenham essa sensibilidade de que as equipes de analistas da SEMAD, da Suppri,
1568 das Suprams são pessoas, não somos insensíveis ao drama daqueles atingidos.
1569 É só esse registro final. Julio, de novo, muito obrigado, de coração.” Conselheira
1570 Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: “Só uma consideração que eu gostaria
1571 de fazer, extrapolando essa questão do processo em si. Eu acho que o processo,
1572 como sempre está bem instruído e bem escrito. Eu gostaria só de ponderar em
1573 relação às empresas, particularmente, a Vale. Foi falado da questão da direção
1574 da Vale, eu não vou entrar no mérito dessa questão, mas gostaria só de pontuar
1575 e elogiar a equipe técnica da Vale. Ao longo da minha vida profissional eu tive
1576 contato com vários engenheiros. Eu só gostaria de pontuar isso, eu acho
1577 importante que isso seja dito. Ao longo da nossa experiência profissional, nesses
1578 anos todos, eu fiz contatos com a Vale, com a equipe técnica da Vale. Eu acho
1579 que é uma equipe altamente capacitada, primorosa, responsável, dedicada. Então
1580 é importante, não obstante, obviamente, como qualquer empresa, ter seus
1581 problemas, deixar muito clara a contribuição técnica da equipe. É só um
1582 reconhecimento. Assim como que para nós também conselheiros o que nos
1583 tranquiliza muito é ter a oportunidade de ler os pareceres da Suppri e das Suprams
1584 também. Eu acho que cada vez mais as equipes têm se aprimorado. Então eu
1585 acho que é sempre bom, naquela velha questão do ponto e contraponto,

1586 apresentar e destacar o lado positivo. Eu acho que a equipe da Suppri está de
 1587 parabéns também.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu só
 1588 queria complementar a fala do Rodrigo Ribas. O trabalho que o Sisema tem
 1589 realizado nesse ponto é de uma capacidade absurda, mas, para além do Sisema,
 1590 o Estado como um todo vem atuando de forma muito próxima dessas questões.
 1591 Foi criado o Comitê Gestor Pró-Brumadinho, foi criado o Comitê Gestor Pró-Rio
 1592 Doce. Dentro das competências do Estado, nós temos mobilizado todos os
 1593 técnicos com temáticas que lhes são próprias. SEMAD, Seapa, Seinfra, enfim,
 1594 movimentando todo o Estado para buscar, sim, o que é o melhor para as pessoas
 1595 dessa região. Não só no caso de Brumadinho, mas estamos observando também
 1596 a questão do rio Doce. Então não estamos inativos.” Conselheiro Carlos Eduardo
 1597 Orsini Nunes de Lima: “Eu só queria, em nome da Sociedade Mineira de
 1598 Engenheiros e em nome dos engenheiros de minas, compartilhar da mesma
 1599 opinião que a nossa conselheira Maria Eugênia acaba de dizer. Uma coisa são
 1600 processos, outra coisa é equipe técnica. Eu queria valorizar e elogiar a equipe
 1601 técnica da Vale. Independente de qualquer crítica que tenha sido feita, o
 1602 importante são a idoneidade dessas pessoas e o profissionalismo deles, na
 1603 pessoa, inclusive, dos que representam aqui a Vale. De modo que eu quero deixar
 1604 também essa minha opinião, compartilhando com a Maria Eugênia essas
 1605 observações.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “A crítica que nós
 1606 fizemos ao processo de desumanização é do processo político e econômico que
 1607 foi adotado nas premissas do passado, por banqueiros que visam lucro. Não tiro
 1608 em nada o brilho, a capacidade e o caráter humano de cada trabalhador que
 1609 passou pela Vale. Na verdade, ainda os enalteço. E ainda digo que a Vale vai
 1610 voltar a ser uma grande empresa, humana, no dia em que as pessoas tiveram
 1611 que participar de uma reunião por vez, não estar em cinco reuniões ao mesmo
 1612 tempo. E eles sabem disso. Se Deus quiser, isso vai acontecer no futuro. Eu
 1613 queria parabenizar não só a Isabel, mas todo o corpo da Vale, que eu conheço
 1614 muito bem. São excelentes pessoas e grandes profissionais, como disse o Orsini
 1615 e como disseram todos os outros conselheiros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1616 Trovão: “Mais algum conselheiro quer fazer uso da palavra? Não havendo mais
 1617 nenhuma consideração, eu vou colocar em votação. Item 6.1, da Vale S/A,
 1618 Complexo Mariana, processo administrativo 182/1987/ 115/2018.” Votos
 1619 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME
 1620 e Abes. Votos contrários: Relictos e ProMutuca. Justificativas de votos contrários.
 1621 Conselheiro José Angelo Paganini: “Pelo indeferimento. Pela ausência de uma
 1622 avaliação e de um licenciamento ambiental integrado para o complexo minerário
 1623 que inclui as minas de Alegria e Fábrica Nova. Também acompanho o parecer de
 1624 vista da ProMutuca.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O meu voto principal
 1625 é que não posso dar aval para que a Vale continue com a sua atual política
 1626 insustentável em relação à economia pública, à sociedade e ao meio ambiente.
 1627 Isso não vai uma crítica aos servidores e, sim, à gestão mais alta da Vale e a essa
 1628 relação dela com o governo e com tudo que acontece. Ela tem que mudar, tem

1629 que ser uma outra empresa. Em função disso, a ProMutuca se manifesta pelo
1630 indeferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo
1631 deferido por dez votos favoráveis e dois contrários. O senhor está com o texto,
1632 José Angelo, de sugestão de inclusão?” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu
1633 vou encaminhar pelo chat. Como vocês todos sabem, o rio Piracicaba é um
1634 importante afluente do rio Doce e sofre continuamente com os impactos
1635 produzidos pelas atividades de mineração em suas cabeceiras. Nessa região, a
1636 maioria dos cursos d’água é enquadrada como classe especial ou classe 1. No
1637 rio Piracicaba acontece, periodicamente, em épocas de chuva ou de seca, um
1638 fenômeno muito misterioso: o aumento de turbidez em valores absurdos; e essas
1639 alterações, de um modo geral, acontecem em dias em que não existe
1640 monitoramento da qualidade de água executável nos automonitoramentos das
1641 empresas e no monitoramento efetuado pelo IGAM. Mas existem registros
1642 fotográficos dessas alterações. A fiscalização é acionada, mas, quando consegue
1643 ir a campo, não consegue identificar a origem do impacto. Dessa forma,
1644 permanece a dúvida da origem desse aumento de turbidez. As empresas negam
1645 que tenha havido alguma ocorrência em suas instalações, e a comunidade culpa
1646 as empresas pelo impacto provocado no rio. Por essa razão, nós estamos
1647 sugerindo a inclusão de monitoramento contínuo em dois pontos: um a montante
1648 e outro a jusante do complexo minerário que nós estamos licenciando.”
1649 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “O meu posicionamento é
1650 muito mais com relação à possibilidade de já ter algum ponto de monitoramento
1651 nessa região do rio Piracicaba. Talvez a própria Suppri pode identificar isso e a
1652 própria Vale, que está presente, no sentido de que essa condicionante possa já
1653 estar sendo atendida através de outro monitoramento que a própria empresa já
1654 faz na região.” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Eu ia projetar aqui
1655 o mapa do parecer para tentar entender o ‘a montante’ de que o conselheiro está
1656 falando e a questão de que o dique Eixo 1 já tem monitoramento desses
1657 parâmetros. Então se tem uma proposta de ponto de coordenadas.” Rodrigo
1658 Ribas/Suppri/SEMAD: “Em primeiro lugar, estamos falando, se eu não me
1659 engano, de duas bacias diferentes. O Piracicaba estaria ao oeste do
1660 empreendimento, mas tem o complexo minerário de Germano, da Samarco, entre
1661 a PDE União e o rio Piracicaba. E a Samarco já faz o monitoramento de seus
1662 próprios impactos, tanto a montante quanto a jusante, então já tem controle dos
1663 sedimentos que são jogados na bacia tanto em um ponto quanto no outro. O que
1664 nós estamos licenciando aqui – o mapinha de que a Laura está falando –, a
1665 vertente da PDE União e a cava estão do outro lado, seriam monitoradas em outra
1666 bacia e não no Piracicaba, elas não interrompem o Piracicaba em momento
1667 algum. Não existe possibilidade de haver impacto direto a montante e a jusante
1668 do Piracicaba por causa disso. E já tem controle automatizado no
1669 empreendimento, esses monitoramentos já são realizados. Então não teria
1670 eficácia nenhuma em relação à condicionante, em primeiro lugar. Em segundo
1671 lugar, essa condicionante não atende aos critérios do Decreto 47.383 e da DN

1672 217. Porque a condicionante serve para controlar impacto, reduzir impacto,
1673 compensar impacto. De maneira geral, são essas três hipóteses. Isso quer dizer
1674 que ela tem que se dar de acordo com o impacto que o próprio empreendimento
1675 em licenciamento causa. Então nesse caso os pontos de monitoramento e de
1676 controle já existem e já foram considerados adequados pela equipe técnica. Nós
1677 traríamos para a Vale a obrigação de monitorar impactos que poderiam ser
1678 causados pela Samarco. A montante e a jusante, vai pegar os impactos que são
1679 da Samarco, que também já têm controle. E aí como fazemos? Se vier fora do
1680 parâmetro, autuamos a Vale por impacto de terceiro? Na minha opinião, essa
1681 condicionante não tem eficácia, e também acho que seria ilegal, porque trata de
1682 impactos que não são da Vale naquela bacia. Em relação à outra bacia, os
1683 controles já estão estabelecidos. Eu não sei se os senhores se lembram do mapa.
1684 Os efluentes da Vale correm para sudeste, e o Piracicaba, de sudoeste para
1685 nordeste. Nós temos duas bacias, que são bacias do rio Doce.” Presidente Yuri
1686 Rafael de Oliveira Trovão: “Rodrigo, eu ia te pedir justamente isso. A Laura estava
1687 falando do mapa, parece que ela estava tentando projetar o mapa. Talvez, se
1688 vocês colocarem o mapa e explicar, fique mais clara para o Conselho essa
1689 situação.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Presidente, eu
1690 agradeceria esse esclarecimento, porque eu também duvidava disso. Pelo
1691 conhecimento que tenho da região, eu duvidava disso. Então é bom esclarecer
1692 para não estarmos entrando na seara de outro processo.” Presidente Yuri Rafael
1693 de Oliveira Trovão: “Como também tem outras que estão nos vendo agora pelo
1694 YouTube, para ficar claro o posicionamento da Suppri.” Conselheiro José Angelo
1695 Paganini: “Nós estamos falando de um licenciamento integrado. Grande parte do
1696 complexo minerário fica na bacia do Piracicaba, sim. A pilha específica não fica,
1697 mas esse complexo de minas tem uma contribuição importante. Inclusive, em
1698 2016, com uma autorização dada pela SEMAD para transposição de água da
1699 barragem de Fundão para ser tratada na mina de Alegria e descartada no
1700 Piracicaba, durante o ano de 2016 todo ocorreram alterações na qualidade da
1701 água do rio, em épocas diferentes, o que não foi explicado nem pela fiscalização
1702 da SEMAD nem pela fiscalização do Ministério Público. Sempre que se chega à
1703 empresa para ver o monitoramento, ‘ah, nesse dia não foi monitorado, o
1704 monitoramento não é contínuo, o funcionário não vai no fim de semana, não foi
1705 nesse dia’. Então o sentido disso para resolver, de fato, o problema do rio
1706 Piracicaba, é que tenha o monitoramento a montante do empreendimento Vale,
1707 na região do Piracicaba, e a jusante, antes de chegar a Santa Rita.” Presidente
1708 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos continuar com o Rodrigo e a equipe e
1709 depois voltamos para o senhor fazer os contrapontos.” Rodrigo
1710 Ribas/Suppri/SEMAD: “A Laura já está projetando a tela e pode explicar, nesse
1711 primeiro empreendimento, qual é a divisão das bacias.” Laura Bertolino de Souza
1712 Lima/Suppri/SEMAD: “Tem até um mapa aqui em cima mostrando a divisão da
1713 bacia. Então Piracicaba é o DO2, e o Piranga é o DO1. Aqui são os pontos de
1714 monitoramento hídrico, e podemos ver que a PDE ocupa uma área de afluentes

1715 pequenos e cabeceira. Aqui está a pilha, e a montante dela não tem afluente, não
1716 tem curso hídrico para monitorar. Então só poderíamos monitorar abaixo. E o
1717 Piracicaba seria a continuidade, e essa é a contribuição para o Piracicaba. A outra
1718 bacia de contribuição vai para o Piranga. Então nós estávamos querendo
1719 entender.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Laura, para esclarecer aos
1720 conselheiros, esses pontos de saída do empreendimento já são todos
1721 monitorados?” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Os de saída, sim.”
1722 Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Então, se já monitora ali, monitorar o Piracicaba
1723 é inócuo. É isso?” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “É. E o IGAM
1724 já tem outros pontos de monitoramento até chegar ao Piracicaba e no Piracicaba,
1725 inclusive.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Mas esse monitoramento que
1726 vocês estão afirmando que existe é contínuo? Vocês têm informação dele
1727 diariamente? Ou eventualmente o funcionário vai lá colocar amostra e fazer
1728 análise?” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Tem uma
1729 periodicidade. Alguns parâmetros são trimestrais. Você quer que altere a
1730 periodicidade de monitoramento ou você quer que altere o ponto em si?”
1731 Conselheiro José Angelo Paganini: “Pode ser uma solução transformar esse
1732 monitoramento convencional na contribuição ao rio Piracicaba com um
1733 monitoramento contínuo. Nós precisamos dessa informação, é fundamental para
1734 a gestão da qualidade da água no rio Piracicaba. É uma vergonha isso aqui.”
1735 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Laura, você falou desses pontos, mas
1736 quem está fazendo é o IGAM, nós não temos como colocar condicionante aqui...”
1737 Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Os pontos do mapa são da Vale,
1738 de monitoramento da rede da Vale. Eu citei do IGAM porque se ele estivesse
1739 pensando em monitorar o impacto mais a jusante, se esse fosse o interesse dele,
1740 da questão da condicionante, existem outros pontos a jusante, só que abrangem
1741 outras bacias de contribuição, não só a que a Vale está ocupando agora. Esses
1742 pontos estão localizados aí para pegar justamente o que é o impacto do complexo.
1743 Por exemplo, o que é referente à Samarco, é a Samarco que tem que monitorar.
1744 É nesse sentido.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Entendi.”
1745 Conselheiro José Angelo Paganini: “Se acham que não é necessário monitorar a
1746 montante, tudo bem, mas a jusante do empreendimento eu gostaria que tivesse
1747 monitoramento contínuo. Se a empresa ou a Suppri não querem ter certeza de
1748 que a contribuição que for registrada a montante não vem diretamente do
1749 empreendimento, para mim, tudo bem. Alterou ali, vai ser do complexo da Vale.
1750 Por isso que estou pedindo a montante do empreendimento e a jusante. Se fizer
1751 só a jusante a empresa continua falando ‘não é meu’, a fiscalização da SEMAD
1752 não tem informação nenhuma para falar que é, e fica tudo elas por elas, como
1753 está hoje, como acontece hoje, como está a situação da bacia hoje.” Rodrigo
1754 Ribas/Suppri/SEMAD: “O que o conselheiro não entendeu é que a contribuição
1755 desse empreendimento está em cabeceiras de afluentes do rio Piracicaba. Então
1756 não existe uma contribuição, não existe uma possibilidade de monitoramento
1757 acima, a montante do empreendimento, porque ele só tem um ponto, o rio

1758 Piracicaba não passa nesse empreendimento, não chega a ele de uma maneira
1759 x qualquer, não poluída, e passa por ele e sai poluída. Para isso, não existe
1760 possibilidade. Como está em cabeceira de afluente, todo o monitoramento feito
1761 no empreendimento, de saída do empreendimento, já vai dar a qualidade da água
1762 que será entregue na bacia do rio Piracicaba. Ela tem que atender aos parâmetros
1763 legais na saída ali. Então não existem dois pontos no rio Piracicaba que possam
1764 ser mapeados e monitorados, é isso que parece que o conselheiro não está
1765 entendendo. Não existe a montante do empreendimento no rio Piracicaba, porque
1766 ele só vai emprestar água ao rio Piracicaba, só vai emprestar alguma
1767 possibilidade de efluente ao rio Piracicaba nos seus pontos de saída. Não existe
1768 um ponto de entrada no rio Piracicaba dentro desse empreendimento. É por isso
1769 que a montante não existe possibilidade. Não é uma questão de a Suppri ou o
1770 IGAM quererem mapear e monitorar a qualidade da água no rio Piracicaba, isso
1771 já é feito. É uma questão de impossibilidade técnica, o rio Piracicaba não passa
1772 dentro do empreendimento.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Tem uma
1773 contribuição do empreendimento no rio Piracicaba, não tem?” Rodrigo
1774 Ribas/Suppri/SEMAD: “Sim, no ponto de descarga do empreendimento.”
1775 Conselheiro José Angelo Paganini: “Então você tem condição de saber se o
1776 empreendimento está alterando ou não a qualidade do rio Piracicaba. Qual é o
1777 ponto em que vocês avaliam e monitoram o impacto do empreendimento nas
1778 cabeceiras do rio Piracicaba?” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “O
1779 empreendimento não impacta nas cabeceiras do rio Piracicaba além daquela área
1780 da bacia em que ele está, o efluente do empreendimento não sobe o rio, é isso
1781 que o senhor precisa entender. Ele não sobe o rio, ele vai sair dali, está sendo
1782 monitorado nos pontos de saída, e, portanto, os cursos d’água que chegam ao rio
1783 Piracicaba têm que ter qualidade comprovadamente dentro dos parâmetros legais
1784 exigidos. Está sendo monitorado. Se houver transgressão dos parâmetros, o
1785 empreendedor vai ter que tomar atitude para poder consertar o efeito que gera
1786 essa transgressão de parâmetros e será autuado por isso, independe de qual
1787 ponto do Piracicaba em que isso é feito.” Laura Bertolino de Souza
1788 Lima/Suppri/SEMAD: “Só para acrescentar que esses pontos existem desde a
1789 Licença de Instalação, e nós avaliamos, no âmbito das condicionantes, e o auto
1790 de infração é justamente avaliando algumas intercorrências nos parâmetros.
1791 Então isso é avaliado quando são avaliadas as condicionantes. Nós precisamos
1792 ver se ao longo do empreendimento, da instalação e da operação, ele seguiu os
1793 parâmetros. Ali no caso é classe 2 para todos os pontos. Os pontos de saída nós
1794 olhamos, e isso está sendo conferido. Agora a bacia do Piracicaba é uma bacia
1795 muito maior do que essa pequena cabeceira. É por isso que focamos nossa
1796 análise.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “E para completar a informação, entre a
1797 Vale e a Samarco, no Piracicaba, na outra vertente, já tem monitoramento
1798 automatizado, para turbidez, oxigênio dissolvido, condutividade e pH.”
1799 Conselheiro José Angelo Paganini: “Onde fica esse ponto?” Rodrigo
1800 Ribas/Suppri/SEMAD: “Entre a Vale e a Samarco.” Laura Bertolino de Souza

1801 Lima/Suppri/SEMAD: “No mapa tem o dique Eixo 1. Onde está escrito dique Eixo
 1802 1, tem uma série de parâmetros que já são monitorados pela Samarco.
 1803 Justamente porque pega a contribuição de parte de Fábrica Nova e de parte da
 1804 Samarco.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Mas isso vai para o Piracicaba?”
 1805 Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Não. Vai para o Piranga.”
 1806 Conselheiro José Angelo Paganini: “O ponto ao lado do 7 monitora o quê?” Laura
 1807 Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “É o 21. Ele monitora a saída dos drenos
 1808 dessa pilha, principalmente, turbidez, sedimentos sólidos em suspensão.”
 1809 Conselheiro José Angelo Paganini: “O curso d’água nunca se monitora para saber
 1810 se foi alterado ou não para chegar ao Piracicaba?” Laura Bertolino de Souza
 1811 Lima/Suppri/SEMAD: “Sim, monitora. Depois do FAN 21, tem o FAN 23, nesse
 1812 mesmo curso d’água. Depois do FAN 21, o sump vai ser instalado agora. Essa
 1813 estrutura de sump ainda não existe. E depois disso tudo vai ter o FAN 23
 1814 monitorando os parâmetros. Eu não sei todos os parâmetros de cor, mas são os
 1815 parâmetros estabelecidos para observar o enquadramento, como oxigênio
 1816 dissolvido, DBO...” Conselheiro José Angelo Paganini: “É automático?” Laura
 1817 Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Não.” Conselheiro José Angelo
 1818 Paganini: “Tem condições de se transformar esse monitoramento em
 1819 automático?” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Do ponto FAN 23?
 1820 Aí teria que verificar.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Perguntar para a empresa.”
 1821 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou passar para a empresa. Eu só
 1822 quero esgotar aqui com o José Angelo e com a Laura. Tem outro questionamento
 1823 para a equipe, José Angelo? Eu chamo a empresa. A Isabel pode se manifestar?
 1824 É possível transformar esse monitoramento em automático?” Luiz Cláudio
 1825 Figueiredo/Vale S/A: “Eu estou entendendo essa condicionante proposta, o
 1826 conselheiro está querendo ver o monitoramento maior do rio Piracicaba, não
 1827 considerando apenas o empreendimento da Vale. Colocar pontos fora do que está
 1828 sendo colocado aqui pelo empreendimento, podemos até ver o que nós temos.
 1829 Se tem, por exemplo, monitoramento na MG-129, que é feito pelo IGAM e pela
 1830 Vale também. Isso vai pegar essa questão do rio em si. Agora esses pontos que
 1831 estão sendo colocados estão monitorando as saídas das estruturas. Estão em
 1832 curso d’água? Estão, as saídas são sempre em curso d’água. Então estamos
 1833 monitorando no que contribuimos com problema no curso d’água. Aí são vários
 1834 parâmetros, entre eles, turbidez. Eu estou vendo que precisamos também fazer
 1835 essa diferenciação. Os pontos aí estão monitorando o empreendimento para ver
 1836 o que ele tem de saída. Agora se você está pensando aqui em colocar
 1837 monitoramento no Piracicaba para poder ver como está essa influência do nosso
 1838 empreendimento e dos outros também, então isso, como foi dito também, tem
 1839 uma contribuição de montante. Como vamos acabar consolidando isso? Então
 1840 fica uma condicionante mais difícil de ser acertada. Nós estamos vendo que está
 1841 extrapolando um pouco do empreendimento. E tem muito a ver com essa questão
 1842 de turbidez do curso d’água. Porque eu sei dessa discussão que sempre acontece
 1843 no CBH Piracicaba, porque também sou membro do CBH Piracicaba. Então tem

1844 muito a ver com turbidez. Essas questões já foram levadas para o CBH, já foram
1845 colocadas. O próprio IGAM é que coordenou o Grupo de Trabalho, e teve as
1846 conclusões, que foram colocadas no CBH. Então eu vejo que está um pouco
1847 extrapolando o que estamos tratando aqui no processo de licenciamento. Mas
1848 estamos abertos para discutir esses pontos e, claro, trabalhando essa questão
1849 dentro do que é possível para a empresa e do que faz sentido também, como foi
1850 dito pelo Ribas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O que foi colocado
1851 aqui agora também pelo José Angelo em relação ao FAN 21, FAN 07, FAN 23 é
1852 em relação ao monitoramento. Como está sendo feito esse monitoramento? Ele
1853 está propondo aqui o monitoramento automático. Há essa possibilidade? Não há?
1854 Como é esse monitoramento?” Luiz Cláudio Figueiredo/Vale S/A: “Nós temos
1855 algumas dificuldades com monitoramento automático – eu não vou saber dizer de
1856 cabeça como esses pontos funcionam –, principalmente pela localização deles.
1857 Monitoramento automático fora da área da Vale é complicado porque o
1858 monitoramento não dura três dias. É uma questão que também temos que colocar
1859 nessa discussão. Nós temos dificuldades com esses monitoramentos
1860 automáticos. Outra questão é: monitoramento automático de metais não é
1861 possível. Então podemos estar pensando em turbidez ou outro tipo de parâmetro,
1862 mas, por exemplo, de metais, não conseguimos fazer um monitoramento
1863 automático, como foi colocado no texto da condicionante. Então também nós
1864 temos que avaliar isso nessa definição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1865 Trovão: “José Angelo, com essas considerações, você tem alguma proposta
1866 alternativa ou vai querer que eu coloque em votação a sua proposta?” Conselheiro
1867 José Angelo Paganini: “Eu gostaria de saber sobre o ponto 23, se teria condições,
1868 especificamente, de se fazer o monitoramento automático para os parâmetros que
1869 eu coloquei. Eu estou entendendo que está sendo afirmado pela Suppri que esse
1870 ponto 23 se refere a todas as contribuições do empreendimento para o rio
1871 Piracicaba. Estou entendendo também que esse ponto 23 fica dentro da
1872 propriedade da Vale.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu solicito a
1873 manifestação novamente dos técnicos da Vale em colocar no FAN 23 o
1874 monitoramento automático. Luiz, você falou que o monitoramento automático não
1875 pega ferro, metais. Daria para deixar os dois? Por exemplo, o monitoramento que
1876 já existe, e colocar mais um ponto junto ao 23, automático?” Luiz Cláudio
1877 Figueiredo/Vale S/A: “A informação que eu estou tendo aqui é que o ponto 23 não
1878 fica dentro da propriedade da Vale. Já é um primeiro problema que vamos ter para
1879 poder fazer essa questão do monitoramento automático. Temos que considerar,
1880 é difícil, a gente não consegue manter a estrutura lá, some tudo. Tudo que você
1881 colocar lá some. Então é bem difícil prometer essa questão do monitoramento
1882 automático fora da propriedade da Vale. Podemos avaliar, por exemplo, essa
1883 condicionante e conseguir pontos em que tenhamos monitoramento das saídas
1884 externas do empreendimento. Tem a saída do ponto tal, eu não vou saber de
1885 cabeça qual é, mas podemos melhorar a periodicidade, por exemplo, nos pontos
1886 de saída, nos pontos extremos, digamos assim. Podemos até propor a fazer isso.

1887 Agora o automático vai depender muito da localização do ponto, e monitorar
1888 automático metal não dá. Então precisamos adequar isso.” Presidente Yuri Rafael
1889 de Oliveira Trovão: “Então o empreendedor está informando que acaba que, se
1890 está fora da Vale, a Vale não consegue controlar, e acaba sendo furtado aquilo
1891 que é colocado ali.” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Eu ia falar se
1892 o ponto 6 e o ponto 14, que estão na propriedade da Vale, atenderiam essa
1893 demanda dele de passarem a ser automáticos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1894 Trovão: “O Luiz já falou que o monitoramento automático não pega ferro.
1895 Poderíamos deixar os dois tipos de monitoramento? O automático e o já
1896 existente? É conveniente, seria uma redundância, seria ineficaz? Qual é a
1897 orientação?” Wilson Lugão/Vale S/A: “Nós temos dificuldade também nesses
1898 cursos devido, em grande parte do tempo, serem de baixa vazão, o que pode,
1899 inclusive, queimar as sondas para monitoramento automatizado. Por isso a nossa
1900 proposta passa muito no intuito de aumentar a frequência nos pontos indicados
1901 pelo conselheiro.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O senhor está se
1902 referindo ao 6 e ao 14?” Wilson Lugão/Vale S/A: “A todos esses pontos a jusante,
1903 de formageral, nessa vertente. Obviamente que cabe reavaliação, mas nós já
1904 fizemos tentativas, e na maior parte do tempo as vazões são muito baixas.” Laura
1905 Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Nós olhamos aqui, e o monitoramento
1906 é bimestral. Não sei se passar para mensal atenderia ao que o conselheiro está
1907 falando. Seria no automonitoramento, no Anexo 2.” Presidente Yuri Rafael de
1908 Oliveira Trovão: “Alteraria de bimestral para mensal.” Rodrigo
1909 Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu teria uma proposta alternativa, porque acho que vamos
1910 ficar nessa discussão indefinidamente, porque não tem parâmetro, porque não
1911 sabemos o que vai ser feito ou porque estamos indo além daquilo que a lei
1912 permite. O artigo 28 do Decreto 47.383 fala claramente que a condicionante tem
1913 que ter relação com o impacto causado. Mas não tem problema. Nós temos uma
1914 proposta alternativa para apreciação de vocês, porque acho que conseguimos
1915 construir isso juntos. ‘Apresentar proposta de automação de monitoramento de
1916 saída de efluentes do empreendimento, considerando os parâmetros passíveis de
1917 monitoramento automático. Prazo: 90 dias após a emissão da licença.’ Em 90 dias
1918 a Vale faz o estudo necessário de quais pontos e parâmetros ela consegue
1919 monitorar automaticamente e trazer para dentro do processo isso. E aí não é uma
1920 condicionante, mas uma proposta, e a proposição deles entra no anexo de
1921 automonitoramento. Eu acho que resolve isso que o José Angelo está querendo,
1922 automatizar aquilo que for passível de ser automatizado. Porque tem coisa que a
1923 Vale já falou, ‘metais eu não consigo’, ‘metais é um parâmetro que não permite’.
1924 Aí vai ter que ser nessa mudança mesmo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1925 Trovão: “Só complementando a sua proposta. ‘Não sendo possível a
1926 automatização, a frequência passaria de bimestral para mensal.’ Pode ser
1927 assim?” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Pode aumentar a frequência para
1928 mensal, independente dessa questão aqui, porque outros parâmetros terão que
1929 ser verificados e não podem ser automatizados. Isso a gente muda no

1930 automonitoramento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, senhores
 1931 conselheiros, a proposta que está vindo da Suppri é a seguinte. Nós
 1932 diminuiríamos a frequência de bimestral para mensal e traríamos esta proposta:
 1933 ‘Apresentar proposta de automação de monitoramento de saída de efluentes do
 1934 empreendimento, considerando os parâmetros passíveis de monitoramento
 1935 automático. Prazo: 90 dias após a emissão da licença.’ José Angelo, o senhor que
 1936 fez a proposta: podemos deixar dessa forma?” Conselheiro José Angelo Paganini:
 1937 “Eu concordo com a proposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então,
 1938 senhores conselheiros, eu já vou colocar em votação as duas situações: alteração
 1939 de bimestral para mensal, do monitoramento; e a inclusão da nova condicionante,
 1940 que seria: ‘Apresentar proposta de automação de monitoramento de saída de
 1941 efluentes do empreendimento, considerando os parâmetros passíveis de
 1942 monitoramento automático. Prazo: 90 dias após a emissão da licença.’ Alguma
 1943 consideração da empresa?” Isabel Roquete/Vale S/A: “Presidente, concordamos.”
 1944 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então vamos para votação?
 1945 Aquela alteração do Rodrigo, a sugestão de inclusão, e alteração de bimestral
 1946 para mensal.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,
 1947 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. **7) PROCESSO**
 1948 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**
 1949 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Vale S/A.**
 1950 **Complexo Itabira (Mina Cauê / PDE Convap). Pilhas de rejeito/estéril. Minério**
 1951 **de ferro. Itabira/MG. PA 00119/1986/119/2018. ANM: 143/1996; 930.641/1989.**
 1952 **Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b).**
 1953 **Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da
 1954 ProMutuca e vista conjunta de SME, Sindiextra e Fiemg. Justificativas.
 1955 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu queria pedir vista no 7.1 e no 8.1, para
 1956 que as comunidades locais tenham oportunidade de analisar o Parecer Único com
 1957 um pouco mais de profundidade.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
 1958 Lima: “Pelo motivo de verificação de processo.” Conselheira Denise Bernardes
 1959 Couto: “Vista no item 7.1 para questão de verificação do processo e também
 1960 análise das condicionantes propostas.” Conselheiro Henrique Damásio Soares:
 1961 “Vista no item 7.1 para verificação melhor das condicionantes propostas.” **8)**
 1962 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA INSTALAÇÃO**
 1963 **CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Brita**
 1964 **Vale Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
 1965 **construção civil. Careçu/MG. PA 4204/2020, ANM: 830.728/1983. Classe 4**
 1966 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
 1967 **Supram Sul de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da
 1968 ProMutuca e vista conjunta da SME. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo
 1969 Orsini Nunes de Lima: “Para avaliação de processo e também de distribuição de
 1970 material na região.” Justificativa da ProMutuca conforme registrado no item 7.1.
 1971 **9) AVALIAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA (AAI) COM ÊNFASE NA ATIVIDADE**
 1972 **MINERÁRIA.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passamos agora para o

1973 item 9 da nossa pauta, que é aquela demanda vinda dos próprios conselheiros,
1974 daquela moção aprovada. Essa demanda veio do próprio Conselho, iniciou pelo
1975 Julio, o Dr. Orsini. Nós não disponibilizamos as apresentações porque não é
1976 comum disponibilizarmos apresentação. Essas entidades que vão fazer
1977 apresentação aqui, tanto a CBA quanto a Gerdau, foram definidas em discussão
1978 do próprio Conselho. No caso da CBA, salvo engano, pela experiência que eles
1979 têm em bauxita. Foi uma solicitação minha durante a reunião passada, de uma
1980 apresentação que eles já fizeram há muito tempo em uma das nossas reuniões
1981 aqui, demonstrando a extração da bauxita, que eu acho que é muito
1982 esclarecedora e significativa. Foram convites feitos tanto pela Secretaria ou pela
1983 indicação dos próprios conselheiros, que indicaram essas empresas. Não foi por
1984 intenção nenhuma de privilegiar uma ou outra empresa, mas por questão técnica.
1985 Usualmente, nós não disponibilizamos as apresentações, tanto que na
1986 apresentação da CBA eles podem vir somente e falar, não precisa ter um slide.
1987 Então não há um documento formal. O Regimento Interno, quando fala em
1988 'disponibilizar', fala em documentos formais que serão deliberados pelos
1989 senhores conselheiros. Aqui serão somente apresentações. Então é somente
1990 esse esclarecimento que eu queria fazer aqui para os senhores neste início. A
1991 pedido da Denise e por consenso também dos senhores – embora essa inversão
1992 de pauta caiba ao presidente da reunião –, eu vou passar o primeiro item, 9.1,
1993 avaliação dos impactos cumulativos de empreendimentos minerários, e a
1994 apresentação vai ser feita pela FEAM. **9.1) Avaliação de impactos cumulativos**
1995 **de empreendimentos minerários. Apresentação: Fundação Estadual do**
1996 **Meio Ambiente (FEAM).** Caroline Priscila Fan Rocha/FEAM: “Meu nome é
1997 Caroline, sou gerente da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento
1998 Territorial da FEAM. A nossa gerência faz a coordenação de alguns instrumentos
1999 estratégicos da avaliação de impacto. Eu vou fazer uma apresentação breve. Eu
2000 vou compartilhar minha apresentação com meu colega Alessandro, vamos falar
2001 de dois estudos que estão sendo coordenados pela Geaad/FEAM, que é
2002 avaliação ambiental integrada de empreendimento no setor de minério de ferro e
2003 avaliação de impactos cumulativos nos projetos de descaracterização de
2004 barragens. E vamos abordar também um pouco sobre a IDE Sisema. A AAI da
2005 mineração de ferro é um estudo que foi motivado, em 2012, pelo então secretário
2006 à época, de se fazer uma deliberação normativa que tivesse como exigência a
2007 elaboração da AAI e da AAE como instrumentos de apoio ao planejamento da
2008 implantação de novos empreendimentos minerários em Minas Gerais. Em 2015,
2009 o Tribunal de Contas do Estado recomendou ao Sisema desenvolver os estudos
2010 de AAI. Em 2017, houve uma publicação do acórdão feito pelo TCE para
2011 desenvolver a AAI. E a partir de 2017 a antiga diretoria que fazia a coordenação
2012 desse instrumento, anteriormente na SEMAD – agora passou para a FEAM –,
2013 retomou a discussão da elaboração da DN, e houve uma série de reuniões entre
2014 técnicos das casas do Sisema, e definiram que na época seria inviável normatizar
2015 o tema pelas dificuldades conceituais e operacionais naquela época. É um

instrumento que difere da avaliação de impactos de hidrelétricas, que já tem todo um método preestabelecido. Nós tínhamos que criar esses métodos. Então à época foi inviável fazer a normatização do tema. Em 2018, essa diretoria propôs a substituição de uma estruturação de DN pelo desenvolvimento de uma metodologia para inclusão de critérios no âmbito do licenciamento ambiental que permitissem o aprimoramento da análise integrada dos impactos do setor de minério de ferro. Eu vou falar um pouquinho sobre a proposta que foi apresentada pela antiga diretoria. Primeiramente, antes de começar a falar sobre essa proposta, nós temos alguns objetivos que foram propostos pela equipe técnica, porque até então não estavam muito claros quais eram os objetivos de se fazer essa AAI. Então criamos um objetivo geral, que é avaliar os impactos cumulativos socioambientais de empreendimentos da mineração de ferro no Estado de Minas Gerais e propor recomendações de diretrizes para evitar, reduzir ou compensar os impactos adversos. Então esse foi o objetivo geral que nós entendemos para a elaboração desse estudo. E como objetivos específicos, que são importantes para subsidiar, para que consigamos a fazer avaliação desses empreendimentos, nós entendemos que seria necessário internalizar esse conhecimento e desenvolver tecnicamente, metodologicamente, um instrumento, propor fluxos administrativos intersetoriais no Sisema. Nós temos ainda alguns desafios a serem enfrentados na obtenção de informações e de dados que possam subsidiar a elaboração desse estudo. E apoio à promoção de políticas públicas visando ao desenvolvimento sustentável do setor minerário. Então são esses os objetivos que nós entendemos por instrumentos. Tem algumas etapas que foram propostas pela antiga diretoria que coordenava o instrumento e que foram encaminhadas ao TCE. Eu fiz alguma adaptação no texto dessas propostas para ficar mais condizente com os conceitos da avaliação de impacto. Então a primeira etapa de desenvolvimento do estudo que foi proposto é a definição de uma área de estudo piloto, para que pudéssemos fazer alguns testes e tentar fazer algumas avaliações e desenvolver esse instrumento no Estado. Então essa data já foi concluída, foi definida uma área de estudo, ao norte do Sinclinal Moeda, no Quadrilátero Ferrífero. Está área foi selecionada tendo em vista concentração de empreendimentos de minério de ferro e a produção bruta. Foram feitos mapas de calor para conseguir fazer essa avaliação, levantados os processos de licenciamento, de licenças concedidas e de processos em trâmite. Posteriormente, foi feito um levantamento dos dados georreferenciados a partir de requerimento aos empreendedores. Então foi solicitada uma série de informações referentes a monitoramento ambiental, monitoramento de água, de solo, de ar, alguns monitoramentos do meio biótico. Então a partir dessas informações nós fizemos algumas análises geoespaciais para tentar entender um pouco mais sobre o território, diagnóstico, as características das áreas e desse monitoramento que era feito. Então as etapas 1, 2 e 3 foram dadas como concluídas. A etapa 4, que é de análise dos impactos cumulativos, eu coloquei aqui como concluída em parte porque nós não fizemos análise de vários impactos.

2059 Nós tentamos, de uma forma inicial e piloto, fazer uma avaliação sobre um
2060 componente ambiental, que é a vegetação. Então tentamos avaliar a perda de
2061 vegetação ao longo do tempo por essas atividades mineradoras nesse espaço
2062 territorial ao norte do Sinclinal Moeda. Eu vou mostrar para vocês um pouco desse
2063 trabalho. Posteriormente, faríamos uma avaliação da efetividade e aplicabilidade
2064 dos resultados e iríamos definir um instrumento com uma base metodológica para
2065 desenvolver a AAI no Estado, a partir dos resultados desse trabalho. O prazo era
2066 até setembro do ano passado. Nós temos um acompanhamento do TCE
2067 semestral, desse trabalho, mas ainda estamos dando continuidade ao
2068 desenvolvimento do estudo e fazendo esse reporte ao TCE. Um mapa que eu
2069 coloquei aqui com os pontos de monitoramento, de todos os dados que foram
2070 apresentados pelos empreendedores. Na área, são cerca de dez
2071 empreendedores, dez minas. É essa área delimitada pela cor vermelha. Todos
2072 esses pontos, como eu disse, foram relacionados a emissão de poluentes. Nós
2073 fizemos então uma construção de banco de dados georreferenciados desse
2074 projeto piloto, integramos e demos carga a esses dados, que envolveu o
2075 inventário, padronização e categorização das informações. Agrupamos os
2076 elementos na mesma natureza, armazenados em ambiente público, e demos o
2077 nome para as camadas: gerais, monitoramento ambiental, atributos ambientais e
2078 ações socioambientais. Então fizemos todo esse trabalho de padronização da
2079 informação para tentar enxergar uma lógica de pressão e de emissões desses
2080 poluentes dentro dessa área piloto. Observamos que as frequências de
2081 monitoramento, às vezes, para o mesmo parâmetro são muito diferenciadas entre
2082 um empreendedor e outro. Às vezes tem monitoramento mensal, semestral,
2083 anual. Então não há esse tipo de padronização, e esse estudo permitiu que
2084 observássemos isso. Observamos também que há uma sobreposição de pontos,
2085 pontos muito próximos de monitoramento entre um empreendimento e outro. E
2086 como não foram apresentadas nesses dados geoespaciais os valores de
2087 monitoramento, os dados quantitativos, não foi possível fazer uma avaliação
2088 cumulativa em relação às emissões. Mas de toda forma, com esse trabalho, nós
2089 pensamos em várias estratégias que precisariam ser aprimorados, entendidas e
2090 estudadas pelo Sisema para que consigamos trabalhar futuramente com essas
2091 informações que chegam ao órgão. Tentar entender um pouco como padronizar
2092 isso, que esses dados venham mais padronizados, e que possamos reutilizá-los
2093 para o futuro, para avaliação de impactos. E até mesmo eu gostaria de destacar
2094 aqui que há a possibilidade de tentarmos fazer também rede de monitoramento
2095 integrado para evitar essas sobreposições, essas análises de vários pontos em
2096 uma mesma bacia. Esses dois mapas foram da área em que fizemos um
2097 mapeamento do uso e ocupação da terra, da área, nos anos de 2013 e 2020.
2098 Fizemos essa classificação com base em imagem satélite Landsat, tentando
2099 enxergar essa dinâmica de ocupação da área. Então vocês podem observar que,
2100 por exemplo, a mineração – que está representada na cor laranja – teve uma
2101 expansão entre esses sete anos. Não só a mineração, como centros urbanos

também, plantio de silvicultura. Nós observamos essa mudança no território. Uma diminuição dos Campos Rupestres e das florestas nativas, aumento dos corpos d'água, possivelmente devido ao maior número de barramentos ou espelhos d'água; e diminuição do Campo Rupestre, que representava 52,84% do total do território e que anteriormente ocupava 55% dessa área piloto, que é de aproximadamente 300 km² ou 30 mil hectares. Nós fizemos esse trabalho então para tentar entender a perda da vegetação e temos os quantitativos, as porcentagens que encontramos para cada uma dessas classes. Até o momento, esses estudos de avaliação integrada, de avaliação de impactos cumulativos, existem poucos estudos feitos no Brasil. Aqui em Minas nós conhecemos um de Congonhas, que foi finalizado em 2016, e um na região de Conceição do Mato Dentro, em 2017. Então é uma ciência que ainda está em construção, possui várias lacunas do conhecimento e precisa de informações e dados. Sem essas informações de uma forma integrada e consolidada, não é possível fazer as avaliações de impacto.” Alessandro Ribeiro Campos/FEAM: “Eu sou Alessandro, analista ambiental da FEAM, trabalho junto com a Carol na Geaad, e estamos acompanhando o desenvolvimento da avaliação de impactos cumulativos na fiscalização das barragens alteadas pelo método de montante, em atendimento – como é de conhecimento, certamente, dos senhores conselheiros – da Lei 23.291, que determina o início do processo de descaracterização das barragens alteadas por esse método construtivo. Também certamente é de conhecimento de todos que o estudo é custeado pela Samarco, em atendimento a condicionante no âmbito desta Câmara Técnica para aprovação da LO Corretiva do complexo de Germano. A FEAM trabalhou um termo de referência para orientar a contratação, contribuiu no termo de referência de descaracterização de barragens, incluindo o Anexo 2, que previa os dados necessários para os estudos. A contratação foi realizada pela Samarco. A equipe de desenvolvimento contratada foi a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, que é uma instituição ligada à Politécnica da USP. A coordenação técnica dessa equipe está sendo feita pelo professor Luis Sanches, que é uma referência nacional de estudos de avaliação de impacto ambiental. E nesse caso específico então o objetivo foi avaliar os impactos cumulativos socioambientais dos projetos de descaracterização, que preveem intervenções localizadas nas estruturas e, em alguns casos, no território a jusante, no intuito de propor recomendações e diretrizes para evitar, reduzir e compensar os impactos. Nesse caso específico, a avaliação de impacto não busca informar decisões do tipo se as atividades devem ser realizadas ou não, porque já existe uma imposição de lei de que elas têm que ser realizadas. Mas ela vai trazer mais subsídios de como as atividades podem ser realizadas e acompanhadas pelo poder público e quando as atividades devem ocorrer. O termo busca identificar então os efeitos esperados das obras de descaracterização das barragens. Muitas envolvem o trânsito de materiais tanto para retirada, em alguns casos, e, em outros casos, material para engenharia da construção. Existe um fluxo às vezes adensado, dependendo de como as

2145 intervenções são colocadas no tempo e no espaço. Analisar os efeitos
2146 cumulativos e sinérgico sobre as condições socioambientais decorrente da
2147 realização dessas obras. Apresentar para quais barragens ou agrupamentos de
2148 barragens se aplicam os impactos e efeitos. E elencar riscos também que possam
2149 vir a comprometer o planejamento da qualidade até das próprias obras. O volume,
2150 a quantidade e a localização pressionam toda a oferta de material, de recursos e
2151 de mão de obra para a realização das intervenções. Identificar algumas
2152 localidades também com maior potencial de sobrecarga. O que esperamos da
2153 avaliação em termos de produto, o que é especificado no termo de referência é
2154 uma matriz de avaliação de impactos cumulativos, em que vamos conseguir
2155 observar cenários, avaliação desses impactos frente a esses cenários. Matriz de
2156 planejamento e priorização de obras recomendadas a partir do cenário que vai
2157 ser construído. O quadro síntese dessa recomendação. E, claro, um banco de
2158 dados geoespacial para consolidar toda a análise. A abrangência então foram as
2159 barragens envolvidas, enquadradas nesse dispositivo da lei. São 43 barragens no
2160 Estado de Minas Gerais. Obviamente, tem uma concentração no Quadrilátero
2161 Ferrífero. E existem também três estruturas de contenção de jusante, as
2162 estruturas que estão sendo construídas nos casos das barragens que estão em
2163 nível 3 de emergência. Essas estruturas de contenção de jusante foram
2164 entendidas no estudo como obras preliminares para execução, partindo do ponto
2165 de que em que função do nível 3 não pode haver intervenções na estrutura, então
2166 é preciso uma contenção para reduzir o risco laboral mesmo das intervenções.
2167 Essa é a relação de barragem, com uma diversidade em termos de complexidade,
2168 alguns casos muito mais críticos em termos de volume e complexidade geotécnica
2169 e de operação também das barragens; outros casos, nem tanto, que são diques.
2170 Mas todas estão sendo estudadas sob o mesmo conceito e o mesmo
2171 procedimento metodológico. O estudo está sendo conduzido a partir das melhores
2172 práticas nacionais e internacionais de avaliação de impacto cumulativo. Tem
2173 grandes diferenças a partir da análise de impacto ambiental de projetos. Foca
2174 determinados componentes que ressaltam em termos de impactos ambientais, a
2175 análise é feita sobre esses componentes. A partir disso vai ocorrer a proposição
2176 de medidas de mitigação e de gestão e uma definição também de
2177 acompanhamento do processo acumulativo, que é diferenciado e exige um olhar
2178 mais integrativo, mas sistêmico de observar o contexto territorial, a dinâmica
2179 desse contexto e espaço temporal. O estudo está em desenvolvimento, nós
2180 estamos no terceiro mês do desenvolvimento do estudo, estamos nessa fase,
2181 finalizando essa fase de coleta de informação, preparação da base de dados,
2182 identificação dos projetos, avaliação dos projetos caso a caso. Estamos fazendo
2183 reuniões diretamente com as empresas para esclarecimento de dúvidas, fazendo
2184 algumas visitas técnicas para acompanhar, acompanhando a equipe da USP para
2185 identificar, para construir basicamente essa matriz. Finalizando essa etapa – o
2186 que deve ocorrer até a metade de fevereiro no máximo –, já terá início então a
2187 etapa de definição dos cenários e de diagnóstico dos componentes ambientais e

2188 sociais, selecionados a partir de todo esse diagnóstico. E aí, sim, vem a etapa da
2189 avaliação dos impactos e de definição das recomendações. A expectativa é que
2190 seja encerrado em abril, quando terá encerrado também o tempo de contratação
2191 da equipe. E nesse tempo vamos ter os resultados e esperamos até ter um espaço
2192 para apresenta-los aqui, porque foi um ponto que emergiu desta Câmara Técnica.
2193 E para finalizar uma observação de que temos observado muitos ganhos e que
2194 esperamos muito ganhos com o desenvolvimento desse estudo, ganhos técnicos,
2195 porque é uma análise feita com rigor metodológico muito grande, mas também
2196 esperamos resultados institucionais, com o nosso acompanhamento, o
2197 acompanhamento da equipe da Carol, em absorver essas metodologias e
2198 desenvolver outros estudos em outros aspectos e em outros setores também. Nós
2199 ficamos disponíveis agora para questionamentos. E tem uma última parte
2200 também, muito nesse aspecto de desenvolvimento institucional para o
2201 desenvolvimento de avaliações integradas, cumulativas. Várias ações, como
2202 citado pela Carol, pelo projeto piloto, estão sendo executadas para se tenham
2203 ganhos e capacidade de se executar esses estudos. Um deles, que já certamente
2204 é de conhecimento dos conselheiros, é a própria Infraestrutura de Dados
2205 Espaciais do Sisema, que, no nosso ponto de vista, cria o modelo de gestão de
2206 dados espaciais, que vai fortalecer e subsidiar esse processo. Embora as
2207 avaliações não sejam finalizadas em dados, não sejam limitadas a análise de
2208 dados – vai muito mais do que isso –, mas precisa de uma estrutura mínima para
2209 conseguir usar os próprios dados, que estão colocados em condicionantes, no
2210 automonitoramento feito nos licenciamentos e em outras áreas. Entendemos a
2211 IDE então como um passo para que seja possível trabalhar vários componentes
2212 que estão alinhados nesse sentido. E para dar visibilidade. Nós já vamos iniciar
2213 neste ano o processo de carga da avaliação integrada das hidrelétricas, das que
2214 existem e que já estão indisponíveis. As bases de dados vão ser padronizadas e
2215 disponibilizados através do visualizador, para dar um alcance social maior e
2216 também apoiar o controle e a distribuição de informação.” Presidente Yuri Rafael
2217 de Oliveira Trovão: “Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer, em nome da
2218 Secretaria e da Secretaria Executiva, a presença da Carolina e do Alessandro,
2219 pelas explicações, pela apresentação. O Alessandro falou em uma data, que em
2220 abril iria finalizar. Abril deste ano?” Alessandro Ribeiro Campos/FEAM: “Abril
2221 deste ano. Está projetado, mas podem ocorrer variações, pode ocorrer um aditivo,
2222 e estamos abertos a essas possibilidades.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
2223 “Antes de mais nada, parabéns pelo início do desenvolvimento dessas
2224 metodologias. Nós sabemos que isso é inicial, sabemos que, como toda
2225 metodologia que você desenvolve, você tem que estar atento à manutenção do
2226 próprio processo metodológico ao longo do tempo para que ele venha a refinar e
2227 melhorar. Mas começar é isso. Meus parabéns, pelo menos o carro está andando.
2228 Agora eu senti falta de alguma referência, Carolina, a um modelo hidrológico
2229 integrado de águas superficiais e subterrâneas que considere os licenciamentos
2230 e outorgas já concedidos. Só quando nós tivermos esse modelo hidrológico

2231 integrado e incorporado nele os licenciamentos e outorgas já concedidos e não
2232 implantados é que nós vamos poder realmente avaliar os impactos cumulativos e
2233 sinérgicos sobre a questão hídrica. Vocês colocaram muito bem ali, selecionaram
2234 a região do Quadrilátero Ferrífero. Na hora que vocês forem montar esse modelo,
2235 pensem o seguinte: esse modelo tem ali quase que um gargalo, está tudo a
2236 montante de Bela Fama, grande parte a montante de Bela Fama. Nós temos que
2237 agora analisar preventivamente os impactos cumulativos e sinérgicos sobre a
2238 captação de Bela Fama. Porque existe muita coisa por aí que não está batendo
2239 muito bem. É aquela história, nós estamos com Bela Fama já sem aguentar mais,
2240 está no talo, no limite de utilização. Não tem como compensar outras bacias
2241 hidrográficas na região metropolitana de Belo Horizonte. Não vai ser o Paraopeba
2242 que vai compensar a perda de Bela Fama. Agora, ao mesmo tempo, aprovamos
2243 a montante de Bela Fama um empreendimento como a Csul, que vai retirar água
2244 lá no lençol, lá embaixo. Mas será que essa água não vai fazer falta depois lá
2245 embaixo em Bela Fama? Essa análise integrada é que falta. Qual é a
2246 consequência de retirar Apolo, aquela caixa d'água? Qual é a consequência de
2247 se retirar aquela caixa d'água, já que Bela Fama é usina a fio d'água? Ser uma
2248 usina a fio d'água é muito importante, não tem reservatório de acumulação. Então
2249 eu acho que está ótimo o que vocês estão fazendo, mas, por favor, eu gostaria
2250 que vocês considerassem a inclusão desse modelo hidrológico integrado de
2251 águas superficiais e subterrâneas, considerando os licenciamentos e outorgas já
2252 concedidos na própria área. Pode ser fundamental para a área. No caso do
2253 Alessandro, em paralelo com o que foi dito ali de impactos cumulativos, um
2254 exemplo que para mim é muito claro, que vocês podem observar depois, é o
2255 seguinte. Olhem os corredores ecológicos da região metropolitana, dessa região
2256 em destaque que vocês fizeram no Quadrilátero. Então, na hora que você tem
2257 uma avaliação mais integrada, o próprio pessoal no momento do licenciamento
2258 vai falar o seguinte: 'Opa, aqui não dá, aqui já não vai sobrar mais nenhuma
2259 interligação entre a e b.' Então isso é importante. Eu queria que vocês
2260 considerassem então os aspectos de segurança hídrica e corredores ecológicos.”
2261 Caroline Priscila Fan Rocha/FEAM: “Conselheiro Julio, eu agradeço as
2262 contribuições técnicas. Com certeza, o que você disse é super relevante e
2263 importante para entendermos um pouco mais do território dessa avaliação de
2264 impactos cumulativos, como isso pode se dar ao longo do tempo e do espaço.
2265 Esses modelos a que você se refere são modelos que precisam ser criados,
2266 precisa ser entendido e verificado como vamos utilizar os critérios, adotar os
2267 critérios. Tem uma série de questões técnicas a serem pensadas antes de se
2268 estabelecer um modelo, e com certeza nós vamos precisar, na questão de
2269 recursos hídricos, muito do apoio do IGAM. Apesar de nós fazermos um papel
2270 integrado, de integrar todas essas caixinhas de componentes ambientais, existem
2271 instituições que trabalham especificamente com determinados componentes.
2272 Então o papel do IGAM também é fundamental no apoio às avaliações
2273 integradas.” Alessandro Ribeiro Campos/FEAM: “Só reforçando, é isso mesmo, é

2274 um desafio metodológico, tecnológico e institucional avançar nisso. O
2275 componente de biodiversidade, Julio, obrigado, está previsto mesmo, e espero
2276 trazermos os resultados que abrangem, inclusive, esse aspecto.” Conselheiro
2277 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria, de certa forma, compartilhar o
2278 que eu vou falar aqui com duas pessoas que têm essa visão, a macrovisão mineral
2279 de Minas Gerais. Um é o Luiz Henrique, representando a ANM, outro é o Dr. Enio,
2280 do Ibama. E vou falar um terceiro, que seria a Maria Eugênia, do governo. Sem,
2281 evidentemente, desmerecer os outros colegas presentes aqui. Mas é porque eu
2282 vou tocar em assuntos que considero importantes. Quando estamos falando em
2283 avaliação ambiental integrada, estamos falando em impactos cumulativos.
2284 Caroline, depois eu queria o retorno seu a respeito disso. Eu vejo a importância,
2285 primeira, de que todos esses estudos que tenham sido feitos no Sinclinal Moeda
2286 sejam feitos também levando-se em consideração o cabedal de conhecimento
2287 que nós temos da região, as estruturas de trabalho, os investimentos que já foram
2288 feitos em meio ambiente, em termos de preparação de EIA/Rimas, em termos de
2289 preparação de RCA/PCA, em termos de monitoramento. Isso tudo é uma riqueza
2290 incrível, que nós comentávamos desde o início do modelo de ZEE, zoneamento-
2291 ecológico econômico. Então eu acho que o ZEE é o pano de fundo disso. Então
2292 eu vejo a importância de se levar em consideração o conhecimento que a SEMAD
2293 tem depositado, seja em bancos de dados ou aonde for, mas que tem da região.
2294 É muito conhecimento, é muita informação. Segundo, a amplidão das atividades
2295 minerárias na região é um fator importantíssimo. Inclusive, eu coaduno com as
2296 considerações do Julio Grillo quando se fala o seguinte: a mineração tem um
2297 início, um meio e um fim. Então nós temos que saber a potencialidade de todas
2298 essas atividades minerárias na região. Para quê? Primeiro para vincular a questão
2299 ambiental, mas, principalmente, a condição socioeconômica. Então o fator
2300 humano que vai entrar nesse processo, o fator humano, que são os empregos
2301 que estão sendo gerados nos municípios, nas regiões, as atividades correlatas à
2302 mineração que se apresenta, fora, evidentemente, as características muito bem
2303 pontuadas pelo Julio Grillo, que são as questões hidrológicas e de preservação
2304 de águas etc. E o terceiro ponto, Caroline e Alessandro, é a questão do uso futuro.
2305 Como vai ser isso no futuro quando encerrar aquela mineração, quando encerrar
2306 aquele ambiente de trabalho mineral? O que vai ser das populações, o que vai
2307 ser das áreas que foram preservadas, que foram recuperadas através de Prads
2308 ou não? Então eu vejo isso dentro de uma avaliação global, de uma macro e que,
2309 principalmente, vai pesar lá na arrecadação do Estado, na Cefem, nas atividades
2310 corporativas, no trânsito, nas rodovias. Então é nisso que eu vejo uma importância
2311 de trabalharmos dentro dessa visão macro da mineração, quando se faz isso
2312 dentro de uma determinada área em que existem esses efeitos integrativos, sejam
2313 eles bióticos, físicos ou socioeconômicos. Então eu queria levar essas
2314 ponderações ao conhecimento de vocês, em função das outras discussões que
2315 adirão, com os exemplos que vamos ter. Era isso que eu queria colocar, e elogiar
2316 o trabalho de vocês. É muito importante o que vocês estão fazendo.” Caroline

2317 Priscila Fan Rocha/FEAM: “Eu gostaria de agradecer, conselheiro Carlos.
2318 Compartilho com a sua fala, concordo com tudo que você comentou aqui, que
2319 você compartilhou de informação. Nós temos também essa preocupação em
2320 conseguir absorver as informações de estudos já existentes, já apresentados
2321 dentro do órgão ambiental, nos EIA/Rimas, nos RCA/PCAs. Para dentro da AAI,
2322 é um desafio muito grande conseguir criar esse fluxo, essa padronização dessas
2323 informações para que possamos fazer uma análise integrada. É um desafio que
2324 temos que superar nos próximos anos. Mas é uma preocupação que nós temos,
2325 sim, de utilizar essas informações e conseguir fazer essas redes integradas, olhar
2326 o contexto territorial de uma forma mais ampla e não de uma forma individualizada
2327 dentro de cada propriedade, de cada empreendimento. Nós temos essa
2328 preocupação, sim, e vamos trabalhar com isso nos próximos anos. Em relação à
2329 sua pergunta sobre os impactos positivos da mineração, nós temos consciência
2330 de que isso tem que ser considerado, sim. A avaliação é integrada e tem que
2331 considerar tanto os impactos positivos quanto os impactos negativos. Claro que
2332 tendemos, em primeiro momento, olhar mais para o impacto negativo que o
2333 positivo, mas isso tem que ser considerado no contexto final, em uma avaliação,
2334 sendo ponderados todos esses impactos. É uma preocupação também, sim, só
2335 temos que entender como fazer isso. Porque precisamos avaliar de forma
2336 cumulativa cada componente, cada impacto, e depois tentar integrar tudo isso em
2337 uma avaliação global. Essas avaliações consideram cenários, observamos o
2338 cenário passado, o presente e o futuro. Tendemos a fazer uma avaliação de como
2339 vai estar aquele território, a pressão exercida sobre essas áreas no futuro. A
2340 recuperação das áreas, na hora de se fazer uma avaliação da dinâmica territorial,
2341 é considerada. Se tiver uma área em processo de recuperação, isso vai ser
2342 mapeado quando for fazer uma avaliação integrada daquele território.”
2343 Alessandro Ribeiro Campos/FEAM: “Obrigado, conselheiro Orsini. Essa visão
2344 integral tem que existir realmente. Quanto ao estudo específico da
2345 descaracterização de barragens, eu queria mencionar que as empresas estão
2346 participando ativamente, são parceiras no desenvolvimento, não só no
2347 fornecimento dos dados, como no diálogo e abertura para conhecimento das
2348 técnicas. Estão sendo feitas visitas técnicas para conhecimento dos casos
2349 concretos. A partir disso, vão ser indicadas e sair também como resultado
2350 algumas práticas de maior destaque. Ocorrendo, por exemplo, um aceleração
2351 do processo de reaproveitamento do rejeito acondicionado em barragem, técnicas
2352 de maior complexidade para que isso aconteça. E também no estudo ouvindo as
2353 comunidades também diretamente impactadas no entorno, principalmente pelo
2354 trânsito de material. Há uma expectativa de apresentar os resultados preliminares
2355 tanto para as empresas envolvidas, como para o Ministério Público, que também
2356 está participando ativamente do processo, e abertamente, com a comunidade
2357 toda envolvida, antes dos resultados finais, para que também possa ser ajustado
2358 qualquer caminho do desenvolvimento metodológico.” Conselheiro Julio Cesar
2359 Dutra Grillo: “Quando eu falei antes sobre as ideias, eu considerei apenas os

2360 aspectos ambientais, do ponto de vista de avaliação ambiental integrada. Mas o
2361 Orsini tem razão, foi uma falha minha. Nós temos que analisar, dentro de uma
2362 análise integrada, mesmo chamando-a simplesmente de ambiental, os impactos
2363 sobre a economia pública, sobre o meio ambiente – aí entram aquelas
2364 considerações de segurança hídrica e corredores ecológicos – e sobre a
2365 sociedade, nos seus aspectos materiais e imateriais. E essas análises têm que
2366 ser feitas olhando para o presente, dizendo o que está agora, qual é a situação,
2367 tentando olhar para o médio prazo – um prazo vamos dizer de dez anos – e
2368 tentando enxergar isso para 50 ou 100 anos. Encerraram todas as atividades.
2369 Como é que ficou? Esses rebaixamentos de lençol freático que nós estamos
2370 vendo, qual foi a consequência deles, qual será a consequência de todos eles
2371 somados em 2080? Isso é que eu acho que nós temos que obter como resultado.
2372 É claro que é um processo de refinamento sucessivo. Vocês estão com uma fase,
2373 mas tenham na cabeça essas ideias. Porque aí quando vocês forem melhorando,
2374 refinando a metodologia, vocês já vão incorporando também esses conceitos.”
2375 Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: “Primeiramente
2376 parabenizando a FEAM pela iniciativa, na pessoa da Carol, que eu já conheço. A
2377 Carol e o Alessandro. Eu queria fazer só uma colocação pequena, muito em
2378 relação a isso que o Orsini comentou e que o próprio Julio também ponderou. O
2379 que é interessante nesse processo, eu acho que não poderia deixar de dizer em
2380 relação à participação da Sede. Mas acho que essa complementação a que o
2381 conselheiro Julio se refere seria muito o foco da avaliação ambiental estratégica.
2382 Eu acho que são dois processos que se complementam. Então ao longo do tempo
2383 já nos dedicamos ao desenvolvimento da AAE, esperamos iniciar ainda neste ano
2384 esse processo e que consigamos ter essa visão de longo prazo, especialmente.
2385 Indo até ao comentário do Orsini, eu diria que, pelo perfil da AAE... O que é a
2386 avaliação ambiental estratégica, em que ela está embasada, para que ela serve?
2387 Seriam a avaliação de todos esses impactos e os planos e projetos do governo.
2388 No caso, ela serve de parâmetro, vai servir de parâmetro, inclusive para o próprio
2389 desenvolvimento do nosso Plano Estadual de Mineração. Então eu acho que são
2390 três instrumentos. Que bom que tenham muitos. Eu acho que eles se somam
2391 sempre, um acrescenta o outro. Então eu acho que essa questão de uso futuro,
2392 de diversificação econômica, do pós-mineração, isso é um projeto que nós
2393 pretendemos abraçar no nosso Plano Estadual. Ele tem um horizonte de 20 anos.
2394 Vai ser feito um plano que prevê a participação da sociedade, da academia e,
2395 especialmente, das comunidades envolvidas. Então temos o planejamento de um
2396 workshop e de ouvir as pessoas. Então é um processo construtivo, ainda está na
2397 fase embrionária, mesmo que tenhamos a sensação de que é tardio. Porque na
2398 verdade, se formos pensar literalmente, Minas Gerais já tinha que ter um Plano
2399 Estadual de Mineração. Mas não tem. Então eu acho que antes tardar do que
2400 nunca ter. Eu não ia nem comentar sobre isso, mas, como o Orsini falou dessa
2401 questão futura, do que fazer, de cenários, na verdade, desafios. Esperamos que
2402 seja tudo bem olhado e bem avaliado. No mais, parabéns. Eu acho que é o que o

2403 Julio ponderou. Que bom que iniciou com a AAI. E eu queria só fazer uma
2404 colocação, que eu achei interessante extremamente interessante. Eu
2405 desconhecia isso, essa questão da avaliação em relação ao acompanhamento da
2406 descaracterização das barragens a montante. Inclusive, o Alessandro fez uma
2407 ponderação que é uma coisa que me preocupa. No momento que você intervém
2408 em uma estrutura de barragem, os riscos decorrentes dessa intervenção podem
2409 ser muito maiores – e isso já está mais do que provado –, podem ser muito mais
2410 graves do que a própria intervenção em si, podem até levar a acidentes e tudo
2411 mais. E você fez um comentário em relação a isso, Alessandro, dessa
2412 preocupação, de algumas barragens que já foram diagnosticadas com esse risco
2413 potencial. Eu queria só saber uma coisa. O que me preocupa na legislação em
2414 termos de processos de descaracterização – o que eu acho louvável e pertinente
2415 – é o prazo que as empresas têm para fazer isso. Então no momento em que eu
2416 tenho que comprovar – existem casos já conhecidos – que esse risco existe, como
2417 vai ser feito, como o Estado vai fazer? Eu estou perguntando porque sei que as
2418 coisas estão sendo construídas ainda. Mas essa questão do prazo, como isso
2419 está sendo visto nesse cenário, vamos dizer assim, da descaracterização, nesses
2420 casos específicos em que há o risco iminente de ruptura ou de algum acidente?
2421 Era isso que eu queria saber.” Alessandro Ribeiro Campos/FEAM:
2422 Definitivamente, o prazo é um componente crítico nesse caso em termos de
2423 segurança. Está sendo, inclusive, diagnosticado no âmbito desse estudo, estão
2424 sendo avaliadas as expectativas. O estudo está sendo baseado nos projetos de
2425 descaracterização que as empresas apresentaram, e elas fizeram essa
2426 apresentação, tem a fundamentação técnica dos estudos, de todos eles. E em
2427 cada caso isso resultou em um cronograma diferente. Esses cronogramas foram
2428 definidos prevalecendo a questão de segurança estrutural do maciço, da
2429 barragem, e são diversificados. Tem alguns casos em que já foi concluído o
2430 processo de descaracterização, em alguns casos já está em estágio avançado,
2431 porque iniciaram em 2019, outros até anterior a 2019. Em alguns casos, a
2432 barragem já foi descaracterizada, mas continuava registrada dentro do Banco de
2433 Declarações Ambientais, e alguns casos mais prolongados de expectativa de
2434 execução da obra. Os casos mais importantes nesses termos são os das
2435 barragens que estão em nível 3, de emergência, que é o caso das barragens
2436 Forquilha, da Vale, em Nova Lima, barragens B3 e B4, que não estão em fase de
2437 descaracterização, mas também têm uma estrutura a jusante; e o caso da Sul
2438 Superior, em Barão de Cocais. Para esses três casos, está sendo construída a
2439 estrutura de contenção de jusante para diminuir o risco, já que não podem ser
2440 feitas as intervenções da barragem. Nós estamos envolvidos na coordenação do
2441 estudo. Não é o mesmo setor que está envolvido na gestão das barragens e na
2442 gestão da descaracterização. Então eu não consigo falar sobre como é a
2443 perspectiva de como se vai tratar os cronogramas. Eu não sei, Yuri, como
2444 podemos encaminhar isso para que a Maria Eugênia e os outros conselheiros
2445 tenham respostas futuras.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu

2446 gostaria de contribuir com o pessoal, porque sou do grupo de barragens da ANM.
2447 Vamos pensar a questão do prazo. As coisas foram feitas muito no calor dos
2448 desastres. Depois apareceram outras barragens, gerou uma confusão muito
2449 grande, e nós estamos no meio disso, no meio da tempestade, estamos
2450 começando a ver entre as nuvens e enxergando um ambiente diferente. Mas o
2451 que eu posso te adiantar? Não se preocupe com essa questão do risco, porque
2452 isso é a primeira coisa que está sendo colocada. Mas, por outro lado, esses
2453 prazos são mais para forçar as empresas a buscar as coisas, fazer os projetos.
2454 Para aquelas barragens que são delicadas, realmente, vai ter que ser feito
2455 cronograma de acordo com o projeto e de acordo com a delicadeza delas. Tem
2456 uns casos que são assim, é o jogo de vareta que jogávamos quando criança, de
2457 tirar a vareta bem devagar. Tem casos em que você nem pode entrar na
2458 barragem, tem casos onde tem que fazer um trabalho externo, um reforço. Esse
2459 prazo não é fixo. Cada caso é cada caso, e está sendo colocado e estudado.”
2460 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Algumas das questões que não podem
2461 ou não poderão ser dirimidas aqui na reunião, nós aqui da Secretaria vamos dar
2462 encaminhamento àquelas pessoas responsáveis. Algumas vezes o Alessandro e
2463 a Carol não conseguirão responder, e nós nos responsabilizamos aqui por dar
2464 encaminhamento à FEAM, ao IEF, ao IGAM, naquilo que for competência de cada
2465 um.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: “Sobre isso que o Luiz
2466 Henrique colocou, a questão é que está previsto em lei. A minha preocupação é
2467 nesse sentido, porque eu acho que é uma medida importante, mas o risco é
2468 importante também de ser olhado. É mais uma divagação, que eu sei que
2469 ninguém tem essa resposta. A lei estabeleceu um prazo de três anos a partir de
2470 2019. A minha preocupação é só nesse sentido. Só uma ilustração para dividirmos
2471 as visões, vamos dizer assim.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu
2472 também entendo, tem muita coisa que foi feita na lei que foi feita de forma muito
2473 emotiva. As coisas estão sendo criadas e estão indo bem. Eu vejo que está
2474 havendo uma forma bem técnica no desenvolvimento das coisas e estou muito
2475 satisfeito com o que está acontecendo, tanto pelas empresas quanto pelos órgãos
2476 que estão buscando essas coisas e muito pelo Ministério Público, que está
2477 usando um bom senso interessante.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de
2478 Castro Silva: “Eu fico feliz de te ouvir, Luiz, eu acho que na sua posição na ANM
2479 você tem propriedade para dizer isso. E me dou por satisfeita, porque acho que é
2480 exatamente isso, a questão tem que ser vista sob vários ângulos do que
2481 simplesmente um cumprimento de prazos.” Conselheiro Luiz Henrique Passos
2482 Rezende: “O Carlos Eduardo – hoje está no Caoma, me parece que está
2483 reassumindo – fez um negócio que é muito interessante. Em uma reunião do
2484 COPAM, há muito tempo. Talvez mais de dez anos atrás ou sete anos. Ele falou
2485 assim. A lei, ele falou que cabem interpretações, cabem coisas que precisamos
2486 entender. Aí ele fez o comentário seguinte. Se chegamos ao metrô, e tem uma
2487 placa ‘proibido animais’. Eu chego lá levando um urso e não posso entrar no metrô
2488 com o urso. Aí chega um cego com um cão-guia. Como é que eu faço? São

2489 situações em que cabem também as interpretações de quem está envolvido no
2490 mundo jurídico. Foi falado hoje na reunião até, se eu falei, no passado, mal de
2491 advogado, eu acho que agora vou me redimir. Tem muito advogado bom nesse
2492 processo todo, a começar pelo Dr. Yuri e as advogadas que sentam à mesa
2493 representando a Fiemg e quem mais aí que tem o bom senso de entender que o
2494 direito não é peremptório, não é aquilo ali, mas que cabem interpretações. E eu
2495 queria fazer algumas ponderações. O fundamento dessa análise integrada é uma
2496 coisa fantástica. Nunca esquecer também, eu aprendi isso dentro da ANM, eu não
2497 era da área de mineração e passei a ser depois que entrei lá dentro. Eu era da
2498 área ambiental, para terem ideia. Eu passei na vaga do concurso ambiental, nas
2499 vagas para meio ambiente. Então eu fui aprendendo as coisas. A mineração tem
2500 rigidez locacional, e foi muito bem falado pelo Orsini. A mineração vai acontecer
2501 naqueles lugares onde tem como você tirar o minério. O que é importante é essa
2502 coisa do futuro. Eu vou citar um exemplo que é muito importante. Quando eu era
2503 criança ou adolescente, lembro dos meus livros de geografia e não lembro se era
2504 o mar de Aral ou lago Baikal, na antiga União Soviética, que era maravilhoso ver
2505 as fotos, era o maior lago do mundo ou mar. Não sei o que era, estou confundindo
2506 nome, mas me lembro direitinho. Hoje nos programas de irrigação o mar acabou,
2507 secou, foi secando, não sobrou mais nada. Então o impacto depois foi muito pior
2508 do que a benesse que chegou no momento. Então isso tudo tem que ser planejado
2509 mesmo, é a gente planejando para as gerações futuras. Meio ambiente é para
2510 isso, para a geração futura que vai herdar isso tudo. Retiramos o minério,
2511 recuperamos as áreas e vemos o que vai acontecer. Eu acho que o Orsini falou
2512 com muita propriedade, inclusive, que veio de Itabira, que viu aquilo ali. Ele sabe
2513 que uma hora o mineiro lá vai acabar. Vai destruir a cidade? Como é que vai ser?
2514 Ninguém sabe. Então vamos continuar nessa toada, porque eu acho que o
2515 caminho está certo. Independente de quem vai assumir a política no futuro, eu
2516 acho que o papel nosso como agentes públicos nesse processo é deixar um
2517 legado para as gerações que chegam.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes
2518 de Lima: “Logicamente que Itabira para mim é uma referência muito especial. Eu
2519 convivi também em outras áreas no mundo, quando estava no Banco Mundial, e
2520 vejo, por exemplo, todas as áreas, isso é uma referência, Carolina, Alessandro,
2521 muito interessante de se fazer quando avaliamos determinados conhecimentos
2522 assim. Você pega, por exemplo, o carvão mineral e taconita, explorada nos
2523 Estados Unidos, na região da Pensilvânia. Então nos vemos hoje a Pensilvânia
2524 com um ambiente de vida espetacular pós-mineração. As cavas se transformaram
2525 em lagos de altíssima qualidade, com um viés turístico excepcional. Então nós
2526 temos que ver isso, eu acho que isso faz parte. Maria Eugênia, eu estou disposto
2527 a colaborar com vocês lá na Sede, até retornar à Sede para mim é um prazer
2528 muito grande de poder estar com vocês, mas eu vejo que é importante levar em
2529 consideração isso. Porque às vezes os impactos negativos em função do local
2530 podem se transformar em impacto positivo no futuro. Então vamos pensar dessa
2531 maneira, dentro do que você falou, Maria Eugênia, com muita competência,

2532 porque nós temos diante de Minas Gerais esses dois blocos de trabalho: a
2533 avaliação ambiental integrada e a avaliação ambiental integrada estratégica. Nós
2534 vamos trabalhar com esse miolo. É muito importante. Na estratégica, não
2535 podemos abandonar o ambiental, e nem o ambiental pode depois abandonar o
2536 estratégico. Então nós vamos ter uma convergência. Eu acho que o motivo de
2537 vocês liderarem isso através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico no
2538 Estado é muito bom e pode trazer resultados excepcionais para Minas Gerais no
2539 futuro.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu concordo com a ideia colocada
2540 pelo Luiz, mas ele usa uma definição que acho que temos que tomar cuidado com
2541 ela. Ele disse o seguinte: a mineração tem rigidez locacional. Concordo, é correto,
2542 mas tem que ter um distanciamento crítico para olhar isso, porque o impacto
2543 potencial da mineração extrapola muito aquele local. Nós dois exemplos que são
2544 claros e indeléveis. Fundão nos fez perder o rio Doce. Córrego do Feijão nos fez
2545 perder o rio Paraopeba. Mas quando você analisa, por exemplo, aquela
2546 mineração, você olha uma ADA, uma área diretamente afetada, você não analisa
2547 todo o potencial impacto. Então é só essa definição que eu queria colocar para
2548 acrescentar ao conceito que o Luiz emitiu.” Conselheiro Luiz Henrique Passos
2549 Rezende: “Eu concordo em gênero, grau e número com você. Eu acho que já falei
2550 neste Conselho, já falei em algumas palestras. Quem imaginava que a barragem
2551 de Fundão iria atrapalhar abastecimento de água de Valadares? Quem imaginava
2552 que ia chegar algum problema perto de Abrolhos? Ninguém imaginava isso. Então
2553 é isso que tem que ser pensado, por isso que o licenciamento tem que pensar
2554 nesse contexto todo. Tem hora que é rigidez locacional, mas se as perdas forem
2555 maiores do que os ganhos não vale a pena. Então temos que começar a entender
2556 isso, esse conjunto sinérgico. É isso mesmo, parabéns pela colocação.”
2557 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu queria acrescentar com relação a isso
2558 que o Julio falou. Eu tenho ouvido esse argumento, ‘não vamos permitir plantar
2559 em áreas naturais porque tem muita área de pastagem por aí, não vamos permitir
2560 extrair areia porque tem muita areia por aí’. Tudo bem, a areia da mineração. Eu
2561 concordo. Mas eu estou querendo dizer o seguinte, as outras áreas pertencem a
2562 outras pessoas. Tem a questão de direito minerário. Eu perguntaria. Em termos
2563 de legislação, não é possível fazer nada com relação a isso? Por exemplo, fulano
2564 que explorar areia, e ciclano tem uma área, às vezes, tem o direito minerário de
2565 uma área que tem areia, mas não está explorando. Isso seria, por acaso, aviltar
2566 o direito pessoal da propriedade? Eu acho que poderia ter alguma coisa na
2567 legislação para negociar isso. Sem falar que quem tem o direito minerário... A
2568 Codemig tem direito minerário no Estado inteiro. Eu vou ter que começar a fazer
2569 a recuperação agora, porque o camarada entrou e explorou o minério na nossa
2570 área à nossa revelia, e os danos são da nossa conta, nós é que vamos ter que
2571 pagar. Não é um absurdo? Eu acho que a legislação deveria pensar nisso. Já que
2572 nós estamos falando com a Caroline Fan, que está fazendo um estudo amplo,
2573 não há formas de mudar a legislação para isso? Para quem tem o direito minerário
2574 ou mesmo o direito de propriedade de uma área que poderia ser agricultável. Eu

2575 acho que tudo isso é possível de ser estudado pela legislação quando se pensa
2576 no nível mais amplo, que é o que nós estamos fazendo aqui.” Presidente Yuri
2577 Rafael de Oliveira Trovão: “O Luiz vai falar alguma coisa sobre direito minerário,
2578 em relação a perda, sobre o DNPM? Porque teve alguma alteração, não muito
2579 recente, dessas questões. Antigamente, o pessoal falava da fila do DNPM, o
2580 pessoal ficava esperando cair o direito minerário para pegar, tinha toda uma lenda
2581 urbana em relação a isso.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu não
2582 acho lenda urbana, mas verdades urbanas. Nesse processo todo, direito de
2583 prioridade, questões que estavam se discutindo no geral. E agora vai entrar em
2584 outro sistema. Continua essa questão do direito de prioridade, mas também tem
2585 os leilões das áreas de interesse estratégico. Essa coisa toda deve acontecer,
2586 ainda está começando, mas eu concordo com várias coisas que foram colocadas.
2587 Primeiro, que esse direito de prioridade virou um comércio. Tinha aquela famosa
2588 fila. Eu achava um absurdo. Todo mundo que trabalhava no DNPM também
2589 achava um absurdo. Não dava para entender. Tinha pessoas que viviam só de
2590 vender área. Esperava a área cair para poder pegar a área e depois vender para
2591 a própria empresa que deixou a área cair. Essas questões que estão sendo
2592 colocadas, essa análise integrada... A análise de mineração tem que ser integrada
2593 também. Eu posso tirar um tanto de uma área. Isso deveria fazer parte do país,
2594 planejado. Nós precisamos planejar este país. Tem que ter as metas. O pessoal
2595 fala muito mal dos comunistas, mas a China vai remanejando de cinco em cinco
2596 anos. ‘A meta nossa é atingir isso aqui’, e tal. E pensar isso para o futuro. Porque
2597 não vamos ficar aqui para sempre. Então esse tipo de planejamento estratégico
2598 é uma forma também de deixar como que é. Ainda é uma forma muito pesada de
2599 induzir os próximos gestores a não fazerem a coisa à revelia, não fazerem
2600 avacalhação generalizada. No futuro, em vez de duplicar uma Rio-Bahia, o cara
2601 vai duplicar uma estrada num lugar que não tem nada a ver estrategicamente. Eu
2602 estou citando esse exemplo porque é um eixo principal que alimenta as cidades,
2603 que transporta. Estou fazendo essa comparação. Como assim: vamos explorar
2604 no Quadrilátero Ferrífero quantas minas temos capacidade de absorver ao
2605 mesmo tempo. ‘Não dá para tirar mais aqui, vamos tirar em outro lugar, senão
2606 vamos acabar com a água.’ Esse tipo de coisa tem que ser planejado. E nós que
2607 estamos no órgão público. Eu estou num órgão público, sou concursado. Na
2608 verdade, até xingo meus colegas: eu sou funcionário do povo, o meu patrão é
2609 todo mundo, inclusive eu. Tenho que preservar o subsolo, fazer a melhor gestão
2610 possível. Essa é a ideia, eu defendo isso aonde vou. O minério, pessoal, é seus,
2611 é de todos, o meio ambiente é de todos nós, então precisamos gerir da melhor
2612 maneira possível. É a coletividade. E é para agora e para depois. Não adianta
2613 nada fazer tudo para agora. E depois vai ficar o que, vai ficar tudo arrasado? É
2614 mais ou menos essa ideia. Essa questão da exploração de areia. Por que fulano
2615 tem areia lá e não quer explorar? E tem o direito. ‘Espera aí, você perdeu seu
2616 direito.’ Nós precisamos da areia para sustentar uma cadeia produtiva aqui na
2617 cidade, na região, precisamos construir imóvel. É dessa forma que temos que

2618 pensar.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Se você ver o artigo 3º da
 2619 Constituição, vai achar que o Brasil é um país comunista.” Conselheira Denise
 2620 Bernardes Couto: “Nós sabemos que são assuntos que não vamos esgotar na
 2621 reunião de hoje. Isso é um fato. Então que pudéssemos também não encerrar,
 2622 porque haverá outras reuniões, mas dar o espaço para as outras apresentações.
 2623 O assunto tem tanta relevância, tem tantas temáticas agregadas, e se deixar vai
 2624 durando, durando, e nós vamos ficar aqui até amanhã, literalmente falando,
 2625 discutindo isso e, óbvio, não vamos chegar a uma conclusão e também não
 2626 vamos ouvir as outras apresentações. Então para darmos vez e voz também às
 2627 outras apresentações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu achei muito
 2628 relevantes as discussões dadas pelo Julio, pela Maria Eugênia, pelo Dr. Orsini em
 2629 relação àquilo que talvez foi visto ou ainda pode ser melhorado em relação ao
 2630 trabalho que está sendo desenvolvido pela Carol, pela FEAM, na realidade, pelo
 2631 Alessandro. Essas contribuições são válidas ao nosso processo. Tem mais algum
 2632 ponto, algum questionamento dirigido à Carol e ao Alessandro para passarmos
 2633 para o próximo? Não há? Então, mais uma vez, Carol e Alessandro, eu agradeço
 2634 imensamente o trabalho, agradeço também ao Renato, presidente da FEAM, à
 2635 Patrícia, diretora da FEAM, por terem cedido vocês dois aqui para estarem
 2636 conosco durante essa apresentação. Muito obrigado. Em nome do Conselho,
 2637 agradeço a vocês dois e a todos aqueles que contribuíram.” **9.2) Modelo**
 2638 **hidrológico / águas superficiais e águas subterrâneas. Apresentação:**
 2639 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes).** Valter
 2640 Vilela Cunha/Abes: “Senhor presidente, senhores conselheiros, depois de 7h30
 2641 de reunião sentado em frente ao computador, nós estamos bastante cansados.
 2642 Então eu vou fazer uma apresentação mais sucinta. O tema seria modelo
 2643 hidrológico, mas não irei abordá-lo em face de sua complexidade e também
 2644 porque, neste momento, não faria sentido apresentar modelos matemáticos
 2645 sofisticados. Eu vou apresentar um caso concreto de uma mineração, onde os
 2646 modelos hidrológicos foram usados, primeiramente, sem sucesso, e,
 2647 posteriormente, com sucesso. A avaliação dos modelos hidrológicos e
 2648 hidrogeológicos é fundamental e deve ser conduzida dentro da boa engenharia,
 2649 isso é, seguindo princípios técnicos e científicos mais atualizados. No estudo da
 2650 água superficial e da água subterrânea em projetos minerários, alguns conceitos
 2651 são importantes, tais como hidrologia, que é o estudo das águas superficiais, suas
 2652 ocorrências, circulação e distribuição; hidrogeologia, que é o estudo das formas
 2653 de interação entre a água e o sistema geológico, isso é, o estudo das leis da
 2654 ocorrência e movimento das águas subterrâneas em diferentes tipos de rochas
 2655 em formações geológicas. A hidrologia e a hidrogeologia fornecem ferramentas
 2656 valiosas para o diagnóstico do impacto de empreendimentos de mineração nas
 2657 águas superficiais e subterrâneas. O mapeamento hidrogeológico da região é
 2658 importante para elaborar estudos e projetos nos quais pode-se ter o maior controle
 2659 do processo, antecipar problemas ambientais e, conseqüentemente, propor
 2660 soluções viáveis para o empreendimento. A maior parcela das águas superficiais

2661 provém de aquíferos subterrâneos. Essas imensas reservas hídricas
2662 subterrâneas contêm mais de seis vezes a soma de todas as reservas de água
2663 de superfície. A água subterrânea e a mineração devem ser estudadas com
2664 critérios rígidos. A mineração altera a configuração natural dos terrenos, interfere
2665 na circulação hídrica ou é afetada pela presença das águas superficiais ou
2666 subterrâneas. A mineração pode alterar direta ou indiretamente um grande
2667 volume de água, tanto em relação à sua quantidade e qualidade. A mineração
2668 pode ter interferências no fluxo subterrâneo, no rebaixamento de níveis da água
2669 subterrânea e na poluição das águas. A atividade de mineração interfere de forma
2670 dinâmica nos recursos hídricos ao longo da vida útil da mina, com a implantação
2671 de barragens, rebaixamento de nível d'água, diques e desvios. Eu vou apresentar
2672 um caso da mineração de Capão Xavier, que acompanhei pessoalmente quando
2673 era superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Copasa. Na
2674 década de 90 do século XX, a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) apresentou
2675 à Copasa estudos relativos à implantação da mina de Capão Xavier, que se
2676 localiza próximo ao bairro Jardim Canadá, em Nova Lima, na margem direita da
2677 BR-040, sentido BH/Rio de Janeiro. A área de mineração abrange um total de
2678 1.018 hectares. No seu entorno, se inserem as captações de água da Copasa
2679 instaladas nos córregos Mutuca e Fechos. Para melhor entender a importância
2680 histórica e ambiental dessas duas captações de água, apresento uma sucinta
2681 linha de tempo. Em 1938 e 1939, foram implantadas pela Prefeitura de Belo
2682 Horizonte as captações de Mutuca e Fechos, situadas em Nova Lima. A água era
2683 aduzida para Belo Horizonte sem tratamento e com capacidade de produção de
2684 200 l/s no Mutuca e de 247 l/s em Fechos. Em 1972, foi inaugurada a estação
2685 tratamento de águas no Morro Redondo, hoje com capacidade de tratar 750 l/s de
2686 água, no bairro Belvedere, em Belo Horizonte. O estudo apresentado pela MBR
2687 apontava que o rebaixamento do nível d'água impactaria a captação do Mutuca.
2688 A Copasa, após analisar os estudos, deu parecer contrário à sua provação e
2689 solicitou que fossem apresentados novos estudos. Em 1992, foi firmado um
2690 convênio entre Copasa e MBR, em que a mineradora deveria realizar estudos
2691 geológicos estruturais, hidrogeológicos, hidrológicos e ambientais. Para tanto, a
2692 MBR contratou a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e a empresa
2693 espanhola Frasa - Engenheiros e Consultores. Os estudos foram realizados entre
2694 1993 e 1997. Foram implantados 62 pontos de medições, constando de
2695 piezômetros, visando monitorar a vazão e o nível d'água, bem como vertedores
2696 em todos os cursos de água. Esses estudos tiveram como objetivo verificar os
2697 efeitos do rebaixamento do nível do lençol freático na vazão das águas dos
2698 mananciais. O resultado dos estudos mostrou que não haveria impacto na
2699 captação do Mutuca, mas, sim, na captação dos Fechos, com redução de sua
2700 vazão na ordem de 38%. A vazão captada seria diminuída em 94 l/s, o que
2701 reduziria a população abastecida em torno de 46 mil habitantes. Em 1998, a
2702 Copasa e a MBR firmaram um termo de compromisso no qual a MBR dá todas as
2703 garantias técnicas e jurídicas de que a lavra de Capão Xavier seria desenvolvida

2704 sem prejuízo da qualidade e quantidade das águas e se obriga a fazer a reposição
2705 no máximo da mesma quantidade que porventura venha a ser subtraída dos
2706 mananciais. A MBR iniciou a operação da mina em 16 de junho de 2004. Nesse
2707 período, a MBR construiu uma adutora para aduzir as águas provenientes do
2708 rebaixamento do nível de água de Capão Xavier até a adutora existente no
2709 Fechos, a qual leva as águas para a estação de tratamento de água no Morro
2710 Redondo. A vazão média atualmente aduzida pela Vale é de 140 l/s, suficiente
2711 para abastecer, aproximadamente, 60 mil habitantes. Esse acréscimo da vazão
2712 aduzida compensou a perda provocada pelo rebaixamento do nível d'água e ainda
2713 proporcionou o aumento da população abastecida em torno de 23 mil habitantes.
2714 Após a exaustão da mina, a cava será naturalmente inundada pelas águas do
2715 lençol freático e pelas águas das chuvas, formando um grande lago. Esse
2716 reservatório poderá integrar o sistema de abastecimento de água da Copasa. A
2717 cava terá 2 mil m de comprimento, 1.000 m de largura, 250 m de profundidade e
2718 capacidade para armazenar 60 milhões m³ de água. A área hoje de Capão Xavier,
2719 após encerrada a mineração, será doada e integrará o Parque Estadual do Rola-
2720 Moça. Concluindo, posso afirmar que uma boa engenharia é primordial para a
2721 elaboração dos estudos de recursos hídricos visando uma avaliação ambiental
2722 correta. Então eu quis mostrar, com esse exemplo, como um estudo malfeito pode
2723 levar a uma conclusão errada e que, após um estudo bem detalhado e bem-feito
2724 ele apresentou sucesso. Desde 2004, estão sendo monitorados esses
2725 mananciais, e realmente caiu essa vazão, mas está sendo compensada pelos 140
2726 l/s que a Vale hoje – a Vale comprou a MBR – manda para o sistema de água da
2727 Copasa. Então era isso, rapidamente, o que eu gostaria de apresentar.”
2728 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Muito obrigado, Valter, pela
2729 apresentação.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Foi claríssima a sua
2730 apresentação. Agora, eu fiz parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em
2731 99/2000. Eu acho que você se lembra dessa época, quando nós éramos colegas
2732 no Conselho. E ali o que eu levantei na época e que eu segurei, por diversas
2733 reuniões, foi uma coisa em que eu não consegui ser contestado na época. Eu não
2734 fui contestado. Eu tive que sair do Conselho, por outros motivos, e depois foi
2735 aprovado Capão Xavier. Mas a questão que eu coloquei lá também foi pensando
2736 no futuro, lá na frente. Você faz uma cava, como você disse, de 2 x 1 km, com
2737 250 m de profundidade, 600 milhões de litros. Só que essa água fica ali parada.
2738 Na época eu apresentei os dados científicos que mostravam o seguinte: uma água
2739 parada ali, se pegar um mês, com temperaturas próximas a 30 graus, e tiver uma
2740 contaminação orgânica, vai gerar cianobactérias. Na questão da contaminação
2741 orgânica, você pode dizer assim: ‘Não, nós vamos fazer uma barreira para
2742 ninguém chegar ao lago.’ Mas acontece que o lençol freático que está por baixo
2743 do Jardim Canadá é o que vai alimentar esse grande lago. E esse lençol freático
2744 vai ser difícil que não esteja contaminado, porque ele é muito raso ali no Jardim
2745 Canadá, e tem ali o esgoto entrando de todo quanto é jeito. Então no caso
2746 específico de Fechos, entre o lago e as nascentes de Fechos, o material que

2747 existe é um material cárstico; ele não filtra. E não filtrando, e tendo uma grande
2748 concentração de cianobactérias, você não só perde uma captação, que seria a de
2749 Fechos, como ainda joga isso para baixo, no Velhas. Eu estou falando isso aqui
2750 para mostrar o seguinte. Quando fazemos uma análise ambiental estratégica,
2751 fatores como esses, que teoricamente estão lá para mais 30, 50 anos, não sei
2752 quantos anos, mas que podem vir a surgir, têm que ser levados em consideração.
2753 Porque nós ainda não temos nenhuma tecnologia, que eu conheça, para acabar
2754 com cianobactérias nessas condições.” Conselheiro Luiz Henrique Passos
2755 Rezende: “Eu queria cumprimentar o Valter pela apresentação e dizer para todos
2756 os conselheiros que eu acompanho e faço parte – na licença ambiental da qual o
2757 Valter estava participando, na representação da ANM – o antigo DNPM –, no
2758 acompanhamento da condicionante de rebaixamento do lençol freático. E isso é
2759 feito anualmente. É feito o relatório anual, e tem duas reuniões anuais, que são
2760 feitas na própria Vale hoje. Antes era MBR, eu não estava na época, mas depois
2761 comecei a participar com a Vale. Tudo isso que o Valter falou é o que está
2762 acontecendo lá e é um exemplo do que foi feito no licenciamento ambiental da
2763 mina Capão Xavier, que, por cargas d’água, é interessante saber que ela está
2764 quase que chegando ao final. Já era para ter chegado ao final, mas ainda vai ter
2765 uma sobrevida, que eles vão ajustando com o tempo. Mas ela, provavelmente, vai
2766 fechar. A verdade é que aquilo tudo ali, como estou acompanhando, eu tive a
2767 sorte de ser escalado para poder acompanhar, porque é uma verdadeira aula.
2768 Vem o professor Rúbio, da Espanha, anualmente, faz esse acompanhamento e,
2769 nessa reunião, esclarece tudo que está acontecendo, no relatório. E eu acho
2770 interessante, Yuri. Assim como eu percebi e aprendi muita coisa ali dentro,
2771 principalmente sobre o estudo que tem que ter, que é esse estudo hidrogeológico,
2772 junto com o hidrológico, que é muito mais amplo, em que foi descoberto que ela
2773 não impacta o lado de cá da serra do Curral, mas, sim, o lado de lá, que vai para
2774 Fechos. É muito importante, que já é um acompanhamento de condicionante
2775 ambiental, a participação dos outros conselheiros que tenham interesse. É um dia
2776 que você passa lá, é um relatório que você recebe, e você passa a entender toda
2777 essa dinâmica e passa a perceber também como que é a análise integrada,
2778 porque está envolvendo toda a serra do Curral. E as outras minas são colocadas,
2779 a mina da Mutuca. Outras cavas entram no processo de análise. Porque não pode
2780 ser uma análise pontual, é uma análise mais complexa. Eu não posso falar porque
2781 não sou geólogo, mas, quando o professor Rúbio fala, tem inclusões e dobras que
2782 impedem que a água tenha contato na parte de baixo com outros lugares, que
2783 vão impactar as nascentes que têm, por exemplo, no Barreiro e li no Cercadinho,
2784 essa coisa toda. Essa reunião é anual, é um dia que a pessoa perde, mas são
2785 anos que ela ganha de entendimento ambiental, de impacto ambiental, dentro
2786 disso. E até falo para o Julio, Nova Lima tem um representante. Se você puder ir,
2787 vai ser ótimo.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Meus
2788 caríssimos colegas conselheiros, talvez eu possa falar de uma forma um pouco
2789 mais específica por ter participado de algumas coisas que trazem a minha vida

2790 profissional e merecem uma certa consideração de parte de vocês, pela minha
2791 formação de engenheiro de minas e pelo meu aprendizado que tive durante oito
2792 anos e depois mais tempo exatamente na Copasa e em outras entidades em que
2793 eu tive a oportunidade de participar na minha vida profissional. O Valter, meu
2794 grande amigo, trabalhamos juntos, com muita honra, com você e nosso querido
2795 Fabinho. Eu vejo o seguinte, isso que o Valter comentou é o que nós sentimos de
2796 um outro lado. E aproveitando, Julio, já que você vai para Nova Lima, é importante
2797 também você saber, é o que aconteceu na minha vida profissional, quando eu me
2798 interessei, justamente com o Dr. Eliezer Batista, em 1967, março de 67, quando
2799 me apresentei ao meu futuro guru da minha vida, profissional chamado Eliezer
2800 Batista da Silva, presidente da MBR. Eu fui o primeiro engenheiro a ser fichado
2801 na MBR, porque os outros colegas vinham da Icominas, que era outra empresa
2802 que foi formadora da MBR. E lá tivemos oportunidade de receber, por parte do
2803 velho Dr. Augusto Trajano Antunes, a responsabilidade de fazer os primeiros
2804 estudos da Mineração Águas Claras, na vertente de Nova Lima, na serra do
2805 Curral. Foram lá retirados 450 milhões de toneladas de minério da melhor
2806 qualidade. Foram feitos todo um processo logístico, excepcional, com ferrovias, a
2807 reativação da Ferrovia do Aço e a construção do porto de Guaíba. Isso foi um
2808 ganho muito grande para a mina. E vou dizer mais, deixou um legado. A MBR em
2809 Águas Claras deixou um legado que eu já tive oportunidade de falar aqui nesta
2810 nossa Câmara de Atividades Minerárias. Deixou a recuperação do Parque das
2811 Mangabeiras, com quase 300 hectares, a manutenção durante tantos anos –
2812 vamos votar 40 anos, antes de passar para a Vale; e a Vale continua – da mata
2813 do Jambreiro. A mata do Jambreiro tem quase mil hectares. A área minerada da
2814 cava de Águas Claras foi da ordem de aproximadamente – entre cava e áreas de
2815 servidão, produção e beneficiamento – 120 hectares. Então nós deixamos um
2816 legado de quase 1.200 hectares para uma operação de mina de 120 hectares.
2817 Isso é projeto que teve início, meio e fim. Eu falo que Águas Claras não é um
2818 passivo ambiental, Águas Claras é um grande ativo ambiental. O complexo Águas
2819 Claras. Daí a mesma coisa o Valter comentando o caso de Capão Xavier. Eu digo
2820 mais, na época que nós tivemos os problemas de água, no final, se eu não me
2821 engano, de 2017, eu já estava fazendo alguns trabalhos aqui na serra do Curral,
2822 atendendo à área de dolomita, promovendo uma mineração subterrânea para a
2823 Magnesita, na época, que já está terminada a operação, como está terminada a
2824 operação da antiga Mineração Lagoa Seca. Inclusive, eu quero dizer aos
2825 senhores que fui responsável pelo projeto de fechamento das minas,
2826 contrariamente, porque ainda teríamos dolomita de excelente qualidade na serra
2827 do Curral. Mas, por fatores socioeconômicos, foi adotado isso. Porém, eu quero
2828 só fazer um arranjo entre o que o Valter Vilela disse, pela minha querida Abes, da
2829 qual também eu sou associado e já fui vice-presidente. O Valter comenta que
2830 poderá ter em Capão Xavier 60 milhões m³ de água. Nós, nos estudos feitos no
2831 final de 2018 e durante 2017, juntamente com a Copasa, avaliamos as reservas
2832 hídricas da famosa serra do Curral. Capão Xavier, 60 milhões, mas aqui em Águas

2833 Claras nós temos 75 milhões m³ de água disponibilizados, de qualidade, sendo
2834 monitorada essa qualidade pela Vale atualmente. E mais, do lado de cá, duas
2835 outras cavas que estão ficando maravilhosas: a cava de Mangabeiras, da antiga
2836 Mineração Mannesmann e depois Magnesita, e a cava de Acaba Mundo. Ambas
2837 somadas, nós temos mais 7 milhões m³ de água. Um estudo feito em 2017 –
2838 inclusive, foi feito junto com a Copasa – revelou a possibilidade de um
2839 atendimento emergencial para Belo Horizonte, considerando isso. No cálculo, de
2840 acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde, nós chegamos à
2841 conclusão de que somente a serra do Curral poderia atender Belo Horizonte –
2842 evidentemente, dentro de alguns ajustes operacionais pela Copasa –, durante
2843 seis meses, de água para 4,5 milhões de habitantes da região metropolitana de
2844 Belo Horizonte, servida pela Copasa. Então nós estamos diante de um futuro que
2845 a mineração está propiciando na questão dos recursos hídricos, que devam ser
2846 tratados com qualificação, como disse o Julio, devam ser monitorados
2847 adequadamente para evitar qualquer tipo de perda dessas águas. O meu querido
2848 professor Mário Cicarelli, eu faço uma menção especial pela sua competência.
2849 Mário Cicarelli me deu uma verdadeira aula sobre Águas Claras e conhece
2850 também, da mesma forma – tenho quase certeza, como hidrogeologista de
2851 primeira linha que ele é –, Capão Xavier também. Então, presidente Yuri, nós
2852 estamos diante da chamada reversão, de começar avaliar as questões futuras do
2853 que vai ser o uso da mineração. A mineração concentradora de grandes recursos
2854 hídricos, que propiciarão segurança de vida, qualidade de vida para a população
2855 que está ao redor. Eu queria só agradecer, e vocês me permitam a minha volta
2856 ao passado, porque isso muito me honra como engenheiro de minas e como ex-
2857 funcionário e diretor da Copasa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
2858 “Agradeço ao Valter pela apresentação. Agradeço os seus conselheiros até o
2859 momento aqui. Estão me falando aqui que todas as apresentações que foram
2860 feitas já se encontram disponibilizadas no site. Nós fizemos as anotações,
2861 obviamente, estão gravadas. Sobre as ponderações que foram realizadas nós
2862 vamos dar os encaminhamentos devidos, aquelas principalmente no momento da
2863 apresentação feita pela FEAM nós vamos direcionar à equipe da Carol, ao
2864 pessoal da FEAM, ao Alessandro para levar em consideração na conclusão dos
2865 trabalhos. Qualquer outra consideração que os senhores tiverem no decorrer da
2866 semana pode encaminhar para nossa Secretaria, que nós iremos dar os
2867 encaminhamentos. Mas nós vamos entender que esse ponto, para apresentação
2868 como ponto de reunião extraordinária, encontra-se sanado. Na próxima reunião,
2869 nós teremos corredores ecológicos versus mineração e segurança hídrica
2870 também versus mineração. São esses dois outros pontos. Em que pese o
2871 conselheiro Julio falar que está saindo, eu solicito que o senhor, se possível, pelo
2872 menos nessas discussões, venha nos prestigiar aqui com seu conhecimento. Já
2873 fica aqui o meu convite, como presidente da Câmara. Pelo artigo 38, eu posso
2874 convidar pessoas, sem regime de tempo, para se manifestar. O convite está feito
2875 ao senhor. Se o senhor puder vir contribuir para as discussões dessa parte, o

senhor está convidado e terá assento aqui na nossa Câmara para estar contribuindo com os nossos trabalhos.” **9.3) Avaliação Ambiental Integrada da Mineração de Bauxita na Zona da Mata. Apresentação: Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).** Jonas Machado Pires/CBA: “Em nome da Companhia Brasileira de Alumínio, eu gostaria de agradecer à Secretaria de Meio Ambiente pelo convite e a oportunidade de estar aqui apresentando a avaliação ambiental integrada dos empreendimentos minerários da CBA localizados na região da Zona da Mata mineira. Nesse slide, observa-se, ao lado esquerdo, o conjunto de direitos minerários da CBA, distribuídos na região da Zona da Mata e diversos municípios. Esses vão desde São João Nepomuceno, ao sul, até Manhuaçu, ao norte. São recursos minerais que permitem uma operação na região por mais de 50 anos. Ao lado, observa-se um zoom de um alvo um pouco maior com um conjunto de direitos minerários. Depois amplia para uma poligonal, até chegar a um nível de corpo mineral. Esse seria o cenário em que se deu o estudo da avaliação ambiental integrada da CBA na região. Dentro daquele cenário, são cerca de 200 títulos minerários com milhares de corpos minerais em cada um, ao longo dessa extensão de 200 km, numa faixa de 30 km, desde São João Nepomuceno até Manhuaçu, ao norte, na região da Zona da Mata mineira. São corpos minerais pequenos com lavra superficial e rápida, com plena reabilitação ambiental. Há uma impossibilidade de licenciamento de todos esses títulos com os corpos por conta da questão do prazo de mais de 50 anos. E aí há necessidade de uma visão sistêmica de todo o conjunto, com avaliação de impacto cumulativo e sinérgico. Em um cenário de 50 anos, tem um contexto de mudanças nas legislações, um contexto de mudanças do meio físico, meio biótico, meio socioeconômico, mudança de titularidade dos imóveis rurais. Nós da CBA, as atividades ocorrem em áreas de terceiros, então são superficiários, quando consideramos a operação de lavra em suas propriedades. Então essa dinâmica de mudança ocorre muito rapidamente, até muito menor do que 50 anos. E a solução para isso a que nós chegamos foi elaborar uma avaliação ambiental integrada do conjunto completo desses títulos minerários nesse cenário de 200 títulos. Depois, pensando no planejamento de médio prazo, de longo prazo, um planejamento para dez anos, a gente elabora um EIA/Rima, solicita uma LP para um grupo de títulos. E dessa LP a gente cria subgrupos, elabora os planos de controles ambientais e outros documentos e fazemos o requerimento para as intervenções ambientais, o pedido de LI+LO desses subgrupos. E aí fazemos o licenciamento a cada três anos para atender ao planejamento de lavra. Nessa imagem abaixo, observa-se alguns alvos nas partes superiores do morro. Note que cada um desses pontos são pontos de partes de corpo de minério de áreas que foram lavradas no passado, foram reabilitadas e hoje se encontram sendo utilizadas pela atividade agrícola, pelo proprietário rural.” Wilfred Brandt/Brandt Meio Ambiente: “A avaliação ambiental integrada se insere no contexto do que o Ministério das Minas e Energia estabeleceu inicialmente para o setor hidrelétrico e que é aplicável para o setor de mineração, até porque está no mesmo ministério.

2919 Esse é o modelo feito para o setor elétrico, tem como base inicial a avaliação
2920 ambiental estratégica, que é uma questão basicamente de governo, de impacto
2921 da política, da visão do governo. Depois tem a avaliação ambiental integrada, que
2922 avalia basicamente efeitos sinérgicos e cumulativos dos impactos
2923 socioambientais, no caso, da mineração, que pode ser feita tanto em nível de
2924 governo quanto também em nível de empresas ou como, por exemplo,
2925 associações também de empresas. Depois disso, tem a avaliação de impacto
2926 ambiental, que é específica, é muito mais voltada para um empreendimento ou
2927 para um grupo de empreendimentos. Depois entra na parte operacional, análise
2928 de custo-benefício, auditoria ambiental, plano de gestão e o acompanhamento
2929 das atividades. A avaliação ambiental integrada que foi feita para a CBA na Zona
2930 da Mata pegou, como já falamos, uma região de 200 km, com 200 títulos minerais
2931 e dezenas de alvos em cada título, o que dá milhares de alvos que são de
2932 pequeno porte. Foram feitos os diagnósticos de dados secundários, o trabalho de
2933 dado primário, e lembrando que nesse caso nós fizemos trabalho de mais de um
2934 ano, para toda a região, de onde sai o diagnóstico ambiental integrado. E nesse
2935 diagnóstico ambiental integrado se estabelece a sensibilidade socioambiental, os
2936 aspectos físicos, aspectos como água, por exemplo; sensibilidade dos aspectos
2937 bióticos, entra, inclusive, áreas prioritárias para conservação e tudo mais; e a
2938 sensibilidade dos aspectos socioeconômicos, inclusive a questão de geração de
2939 emprego, de impostos e tudo, que nesse caso fica fácil porque a CBA já está na
2940 região há muitos anos, então conseguimos dados para gerar esse tipo de
2941 informação. Depois se faz uma avaliação dos impactos ambientais cumulativos e
2942 sinérgicos também sob o ponto de vista físico, biótico e antrópico e o conjunto
2943 deles e uma modelagem que trabalha a sensibilidade de diversos impactos. E isso
2944 gera, por um lado, as fragilidades socioambientais. Por exemplo, se tem uma
2945 sensibilidade alta e um impacto alto, vai dar uma fragilidade alta. Se tem uma
2946 sensibilidade baixa e um impacto baixo, vai dar uma fragilidade baixa. E assim
2947 por diante. E as potencialidades socioambientais, que são os aspectos
2948 potencialmente positivos que podem gerar a partir dessa modelagem, seja
2949 sob o ponto de vista físico, biótico ou antrópico. E aí se parte para definição de
2950 diretrizes, que por sua vez vão ser a base para formação dos EIA/Rimas dos
2951 licenciamentos futuros da empresa. O diagnóstico, como eu falei, foi feito ao longo
2952 de toda a região. Tem um mapa mostrando ponto de amostragem. Foram muitos
2953 que foram escolhidos, de acordo com o mosaico da região. Um levantamento bem
2954 pesado e de mais de um ano de duração. Então agora conseguimos ver os mapas
2955 de sensibilidade socioambiental. O primeiro da esquerda é o mapa de
2956 sensibilidade socioambiental do meio físico. Cada mapa desse é baseado em uma
2957 matriz de avaliação multicritério, e essa avaliação multicritério leva em conta os
2958 aspectos que foram levantados para gerar a sensibilidade. Pode notar que no
2959 meio físico a sensibilidade, em geral, está no médio. E no meio biótico existem
2960 aspectos que estão indicando vermelho em vários pontos, outros em verde, que
2961 é baixa sensibilidade, e outros em amarelo. E depois, no meio socioeconômico, a

mesma coisa. Esse último mapa da direita é um mapa integrado também de análise multicritério que gera uma visão sistêmica da sensibilidade socioambiental da região toda. Essa é uma das etapas. A segunda etapa é fazer avaliação de impactos cumulativos e sinérgicos. O primeiro quadro está mostrando cumulatividade, que pode ser uma cumulatividade grande, pequeno ou média, de acordo com as cores; e a sinergia, os aspectos sinérgicos, que podem também ser baixos, médios ou altos. E esse mapa é uma compensação dos impactos cumulativos e sinérgicos apresentados de acordo com essas cores que estão aí. Isso tudo tem um aspecto importante que é o georreferenciamento, a avaliação de impactos e de aspectos de sensibilidade, georreferenciada. E esses dois mapas são muito importantes, esses dois mapas geram, a partir da soma daqueles mapas todos anteriormente, por um lado, o mapa da esquerda, a fragilidade, os pontos principais de fragilidade, aonde estão e o nível de fragilidade do ambiente, a relação entre sensibilidade e impacto; e nesse segundo a potencialidade, ou seja, a relação entre sensibilidade e impacto sob o ponto de vista potencialmente positivo. Esses dois mapas indicam para a empresa uma boa visão de como ela deve gerir daí para frente essa região e como deve fazer o planejamento de longo prazo e o planejamento dos trabalhos de médio prazo, que por sua vez vão passar por estudo de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Essa visão sistêmica é dada dessa forma, essa avaliação ambiental integrada não é parada. A cada 5 a 10 anos, dentro exatamente da mesma frequência com que a empresa vai fazer os seus EIA/Rimas, ela vai fazendo a revisão e a atualização da avaliação ambiental integrada. Então passa pelo diagnóstico, a sensibilidade, avaliação de impacto, fragilidades, potencialidades, diretrizes, para cada um desses. Quando você pega no meio físico, por exemplo, ações integradas com Comitê de Bacia, conservação de nascentes de área de recarga de aquífero, monitoramento integrado de água, fomento, parceria com universidades, fomento de recuperação de APPs; no meio biótico, consolidação de unidades de conservação – existem muitas unidades, mas, às vezes, elas não estão consolidadas adequadamente; fomento a corredores ecológicos – por exemplo, corredor ecológico entre o Parque do Brigadeiro e outros parques; fomento de pesquisa, fomento de recuperação de APP, aspectos socioeconômicos, assistência de prática de conservação de solo e água no meio rural para o pequeno produtor, educação ambiental, a necessidade de proteção de APP; regularização fundiária, comunicação social, para falar sobre esses programas, tanto públicos quanto privados; e a questão, por exemplo, de modelamento econômico claro de como essas atividades interferem positivamente, por exemplo, na geração de impostos, contratação de serviços, contratação de pessoal, compras na região, como esse dinheiro se distribui ali. Então isso tudo tem que estar sempre sendo recarregado para se poder fazer, de tempos em tempos, os EIA/Rimas do planejamento médio. Esse conjunto de informações e essa visão sistêmica são uma coisa que a empresa já vinha trabalhando, mas, com base nisso, a empresa passa a ter uma visão sistêmica

3005 muito completa para poder atuar no território. O Cristian, gerente de Operações
3006 da CBA, vai falar sobre essa visão sistêmica.” Christian Fonseca de
3007 Andrade/CBA: “Essa visão sistêmica veio no campo da atuação socioambiental já
3008 de muitos anos. A operação da CBA é uma operação madura, podemos dizer que
3009 é uma operação 80 mais. Nós iniciamos a nossa produção de bauxita no Estado
3010 de Minas Gerais em 1941, em Poços de Caldas, unidade que opera até os dias
3011 de hoje. Aqui na Zona da Mata nós chegamos em 82 para desenvolver o nosso
3012 programa de pesquisa mineral e continuamos pesquisando a Zona da Mata até
3013 os dias de hoje, em uma intensidade bastante relevante. Em 92 nós iniciamos a
3014 operação na Zona da Mata. Isso tudo sempre reabilitando as áreas
3015 concomitantemente com a lavra. O nosso processo de mineração é um processo
3016 contínuo, progressivo, e a companhia sempre teve a preocupação de caminhar
3017 com o processo de reabilitação ambiental em conjunto com a lavra. Isso junto
3018 ainda com uma atuação socioambiental muito forte no entorno das nossas
3019 operações. É um viés que o Dr. Antônio Ermírio de Moraes trouxe – a Votorantim
3020 S/A é assim, a CBA, também. E nós aqui na região iniciamos uma estruturação
3021 de todo esse trabalho mais fortemente no nível de organização maior com a
3022 implantação do nosso programa de educação ambiental, que vem sendo
3023 executado no Estado por 20 anos consecutivos. Hoje nós temos oito projetos
3024 anuais, que são executados junto com as comunidades, e mais de 70 mil pessoas
3025 já passaram pelo nosso programa de educação ambiental. Nós temos projetos
3026 como ‘CBA com a comunidade’, ‘Conhecendo a CBA’, ‘Chega mais, comunidade’,
3027 ‘Semana de Meio Ambiente’, ‘Chega mais, família’, ‘Educação ambiental para
3028 empregados’, o curso de atualização em educação ambiental para professores da
3029 rede pública e privada e educação ambiental no campo, que envolve os
3030 produtores rurais aonde mineramos ou vamos minerar, em questões como
3031 preservação de nascentes. Também estruturamos, há 14 anos, a nossa atuação
3032 social, em conjunto com o Instituto Votorantim, que é o braço social do grupo.
3033 Nesses 14 anos, nós executamos, em conjunto com a comunidade, em conjunto
3034 com as prefeituras, em conjunto com as ONGs das regiões onde atuamos na Zona
3035 da Mata, 56 iniciativas. São iniciativas no campo, como da educação, de apoio à
3036 gestão pública, de geração de renda. Nós temos a parceria pela valorização da
3037 educação, em que entramos junto com os administradores escolares, com os
3038 professores, mobilizando as comunidades do entorno da escola, no intuito de
3039 melhorar a qualidade da educação, o ‘Apoio à gestão pública’, em questões
3040 administrativas, de aumento de arrecadação. Mais recentemente, neste momento
3041 de pandemia, o ‘Apoio à gestão pública’ promoveu uma série de ações no campo
3042 da saúde. Nós temos também o viés de geração de renda dentro dos nossos
3043 projetos, e eu destaco um projeto que foi desenvolvido junto com os produtores
3044 rurais de São Sebastião da Vargem Alegre, um projeto de fruticultura, que trouxe
3045 para a região plantio de banana, plantio de uva. Hoje os produtores de lá já estão
3046 produzindo um suco de uva integral e recebendo pessoas para turismo ecológico
3047 nas suas propriedades rurais. Por fim, há 13 anos, nós estabelecemos, no

3048 momento em que estávamos implantando uma nova operação na Zona da Mata,
3049 uma parceria de pesquisa e desenvolvimento com a Universidade Federal de
3050 Viçosa, nos campos de reabilitação ambiental, restauração florestal e
3051 conservação hídrica. Nesses 13 anos de parceria, melhorarem os nossos
3052 processos de reabilitação, de restauração, os nossos procedimentos. Ao longo
3053 desse tempo todo, já foram mais de 100 publicações, oito teses de mestrado e 12
3054 dissertações. Isso tudo propiciando, de forma aberta para toda a comunidade,
3055 para a mineração como um todo, podendo fazer uso desses trabalhos
3056 desenvolvidos em conjunto com a UFV. Nada até hoje foi fechado. Nós temos
3057 hoje uma iniciativa – essa, sim, é fechada – com a UFV. Pela primeira vez, nós
3058 estamos trazendo a UFV para trabalhar em conjunto conosco na mudança do
3059 processo via úmida de concentração de bauxita. Estamos buscando uma
3060 tecnologia nova, que vai nos permitir produzir bauxita sem passar pela fase de
3061 rejeito. Não vamos ter mais essa palavra no nosso processo. Isso tudo nos
3062 propiciou ganhar visibilidade na matéria que o Yuri pediu para trazermos aqui à
3063 CMI. Nós trouxemos um compacto, a matéria do Globo Rural que mostra um
3064 pouquinho dessa história nossa. E nós vamos apresentar agora – são 5 minutos
3065 de vídeo – em atenção ao pedido do Yuri na última CMI.” *Exibição de vídeo.
3066 Christian Fonseca de Andrade/CBA: “Muito obrigado pela oportunidade e pelo
3067 convite, e nós nos colocamos à disposição para algum esclarecimento que for
3068 necessário. Conforme nós informamos na CMI anterior, de uma forma proativa, a
3069 CBA trabalhou junto a Brandt na nossa avaliação ambiental integrada, e essa
3070 compõe um processo que está em licenciamento, em curso, junto à Suppri.”
3071 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu agradeço, em nome da Secretaria
3072 e do Conselho, a participação do pessoal da CBA, dos técnicos da CBA, do
3073 Christian, do Carlos Eduardo, do Oiti, pelos esclarecimentos. Muito obrigado.”
3074 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu gostaria de parabenizar a
3075 CBA, o Grupo Votorantim. Conheço muito bem o que o Instituto Votorantim tem
3076 realizado, não só em Minas Gerais, como no Brasil. Eu cito, por exemplo, o grande
3077 investimento no empreendimento que vocês fizeram na região de São Paulo, que
3078 é o ‘Legado das Águas’, uma coisa fabulosa, exemplos para muitos projetos para
3079 o Brasil. Então eu tenho que congratular e mostrar que a mineração traz sempre
3080 possibilidade de recuperações e possibilidades de criar novas alternativas de vida
3081 para a sociedade da região. Parabéns, Christian, parabéns ao Jonas. Vocês estão
3082 com um sucesso muito bom nessa área, como sempre, com apoio da Sociedade
3083 Mineira de Engenheiros.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva:
3084 “Só uma palavrinha mais no sentido de parabenizar a empresa e, particularmente,
3085 o acompanhamento pelo Jonas e o Christian e a empresa Brandt, a presença
3086 deles, inclusive. Eu acho que é um trabalho bem meritório e que deve servir de
3087 exemplo para as empresas de uma maneira geral e acho que em cada área
3088 extrativa e suas especificidades. No caso específico da bauxita, é privilegiado, eu
3089 diria, pela própria forma como a lavra é conduzida. Eu acho que o próprio
3090 processamento em si favorece a recuperação de ser feita de forma tão rápida.

3091 Então parabenizar a equipe responsável pelo trabalho.” Conselheiro Henrique
3092 Damásio Soares: “Só no sentido também de elogiar o trabalho da empresa. Eu
3093 tive oportunidade de trabalhar na extração de bauxita no Pará, na Mineração Rio
3094 do Norte. E vendo aqui os trabalhos realizados na Zona da Mata, realmente, é um
3095 benchmark o trabalho realizado nessa região, que tão necessita de melhorias,
3096 principalmente em relação a essa questão do homem com a terra. Nós vemos que
3097 realmente o trabalho da CBA só agrega nesse sentido. Então mais uma vez eu
3098 parabenizo a empresa.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “A gente
3099 parabeniza a empresa, não tem como deixar de falar isso. Mas é isso que temos
3100 que esperar de qualquer empresa que vai mexer com mineração, essa
3101 responsabilidade social e ambiental. Retirando, tem que dar o retorno. É uma
3102 empresa que dá o retorno, até a mentalidade da empresa é diferente, não é aquela
3103 só de explorar. Eu acho que o Conselho deveria pegar esse exemplo.” Presidente
3104 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, mais uma vez, muito obrigado. Foram
3105 vários os elogios à empresa. Muito obrigado à CBA, ao Grupo Votorantim, pela
3106 explicação, pelo tempo dado a este Conselho, pelos esclarecimentos. Agradeço
3107 imensamente.” Christian Fonseca de Andrade/CBA: “Muito obrigado. Ficamos
3108 muito felizes, porque minerar é um desafio constante. Então isso nos motiva para
3109 seguir em frente nesse caminho bacana que a CBA vem conduzindo dentro do
3110 Estado de Minas Gerais. Obrigado pelas palavras de todos.” **9.4) Avaliação**
3111 **Ambiental Integrada / Projeto de mineração da Gerdau. Apresentação:**
3112 **Gerdau Açominas S/A.** Francisco de Assis Lafetá Couto/Gerdau S/A:
3113 “Primeiramente, parabenizar a CBA pela apresentação, muito bacana, muito bem-
3114 feita. Eu fiquei orgulhoso de ver a minha universidade, aonde me formei em
3115 agronomia, em Viçosa, dando todo esse apoio para esse trabalho tão bacana feito
3116 pela CBA e pela Brandt Meio Ambiente. Eu gostaria de agradecer o convite feito
3117 pela SEMAD para fazermos a apresentação da nossa avaliação ambiental
3118 integrada, que foi feita na nossa mina de Várzea do Lopes. Na verdade, é uma
3119 avaliação ambiental estratégica. A Dinalva, que vai me acompanhar aqui nessa
3120 apresentação da Sete, vai explicar um pouquinho da nossa dinâmica e da nossa
3121 avaliação ambiental integrada e estratégica. Agradecendo também as palavras
3122 do Orsini logo no começo da reunião sobre o nosso prêmio ontem no ‘Gerdau
3123 Germinar’, um prêmio que nos orgulhou bastante. Há 30 anos a gente vem
3124 fazendo esse trabalho de educação ambiental para as comunidades, os parceiros,
3125 os colaboradores próprios. São mais de 400 mil pessoas que já foram capacitadas
3126 no nosso programa de educação ambiental, o que muito nos orgulha. Com relação
3127 à apresentação feita hoje pela Caroline, eu queria afirmar que a Gerdau tem
3128 participado já desse programa piloto junto com a SEMAD. Nós já passamos todas
3129 as informações para a FEAM e a SEMAD com relação a esse projeto piloto.
3130 Entendemos que é muito importante, e outras empresas também ligadas ao
3131 Sindiextra participaram e estão participando desse programa. Não temos nada
3132 contra. Pelo contrário, com relação à avaliação ambiental integrada, é um passo
3133 além com relação aos licenciamentos. Eu acho que é inexorável que tenhamos

3134 isso no futuro. E lembrar também que a Caroline mesmo falou que vemos questão
3135 de acúmulo de monitoramentos. Nós temos três minerações na nossa vizinhança.
3136 A Gerdau faz monitoramento de recurso hídrico, a outra empresa faz no mesmo
3137 córrego, a outra, no mesmo código. Fazemos monitoramento de ruído, de
3138 detonação, de particulado. Uma do lado da outra. Nós temos a condicionante – o
3139 Enio é testemunha disso – de anuência de Mata Atlântica, de monitoramento de
3140 grandes mamíferos, onça, raposa, lobo, que é monitoramento de sete dígitos, de
3141 R\$ 1 milhão, no mínimo, por ano. Eu faço, as outras empresas do lado fazem
3142 também. Por que não fazer um consórcio para fazer esse monitoramento? Uma
3143 onça anda de 300 a 500 hectares, que ela pesquisa para viver, para se alimentar.
3144 Então não tem sentido a Gerdau fazer um monitoramento aqui, e a outra empresa,
3145 a 200 m, fazer o mesmo monitoramento. Realmente vemos um ganho não só de
3146 custo, mas um ganho de valor ambiental com relação à avaliação ambiental
3147 integrada e estratégica. Eu pediria à Dinalva, nossa gerente de novos negócios
3148 da Sete Tecnologia Ambiental, a empresa que fez esse trabalho para nós, uma
3149 empresa com a qual trabalhamos há muito tempo. Também trabalhamos com a
3150 Brandt Meio Ambiente, que fez um trabalho belíssimo para a CBA. Se parecem
3151 muito, têm muita semelhança os trabalhos feitos tanto pela Sete quanto pela
3152 Brandt. Eu pediria à Dinalva para continuar fazendo a apresentação. E eu voltarei
3153 depois para fazer o fechamento da apresentação.” Dinalva Celeste Fonseca/Sete
3154 Soluções e Tecnologia Ambiental: “Em nome da Sete Soluções e Tecnologia
3155 Ambiental, agradecemos à Gerdau, ao presidente e à SEMAD por estarem nos
3156 proporcionando esta oportunidade de apresentar estudo, que foi desenvolvido de
3157 uma maneira inicial, com um projeto de mineração. Esse estudo ambiental foi feito
3158 em conjunto com a Gerdau, em 2013 e 2014. Já tem um tempo. Como já foi dito,
3159 tanto nas apresentações da FEAM, da Caroline e do Alessandro, há necessidade
3160 de passar por melhorias em termos de conceitos, em termos de critérios. E isso a
3161 Sete pôde verificar quando do desenvolvimento da análise ambiental integrada da
3162 bacia do Alto Paranaíba, para o setor de hidrelétrica, junto com a equipe da
3163 Supram e da FEAM. Então observamos essas melhorias necessárias ao longo
3164 desses oito anos, de 2013 até o momento. Até a Maria Eugênia colocou isso em
3165 uma das falas dela e o Wilfred também, a avaliação ambiental estratégica e a
3166 avaliação ambiental integrada, apesar de terem conceitos distintos, se
3167 complementam. E isso nós verificamos quando da elaboração desse estudo de
3168 avaliação ambiental integrada. Para fazer avaliação ambiental integrada é
3169 fundamental que tenhamos os planos, os projetos, a política do ponto de vista do
3170 governo, governamental, e assim poder inserir dentro daquele território, daquela
3171 área de estudo identificada, definida para os projetos, aqueles que terão
3172 interferências com essas políticas estaduais. Então a avaliação ambiental
3173 integrada, comparando com os estudos que a CBA fez junto com a Brandt,
3174 podemos observar abrangência que ela tem em termos de aplicabilidade. São
3175 várias condições de elaboração de estudos, então isso é muito importante para
3176 avaliar esses efeitos sinérgicos e cumulativos, seja para empreendimentos em

3177 fase de planejamento, implantação ou mesmo alguma expansão em uma
3178 determinada área. Quando nós fizemos esse estudo específico foi para avaliar os
3179 impactos ambientais cumulativos e sinérgicos em uma bacia, em uma área de
3180 estudo e as suas repercussões na dinâmica da região, seja em relação aos
3181 recursos ambientais, seja em relação às comunidades, à população em geral. O
3182 que observamos com relação ao ganho na elaboração desses estudos é que
3183 possibilita identificar as fragilidades e também as oportunidades de um
3184 determinado empreendimento, na condição atual e para futuros projetos. De tal
3185 forma que possa identificar com antecedência as condições que possam levar ao
3186 mesmo entendimento de um determinado empreendimento em uma determinada
3187 região. É isso que o Francisco colocou, de buscar soluções integradas de projeto
3188 de engenharia, não somente para aquele empreendimento, mas para empresas
3189 de outros setores existentes naquele território. Nós buscamos conhecer a
3190 vulnerabilidade natural e a potencialidade social. Isso eu vou estar mostrando,
3191 que foi interessante que nós utilizamos, adaptamos a metodologia do ZEE do
3192 Estado de Minas Gerais, de tal forma que foi possível então simular cenários
3193 futuros e buscar, considerando os projetos, sejam de iniciativa privada ou seja de
3194 planejamento do governo de uma forma geral. Como metodologia, inicialmente,
3195 nós estudamos o empreendimento minerário na situação atual e fizemos uma
3196 análise do futuro, onde a empresa tinha um masterplan que mostrava o futuro do
3197 empreendimento para os próximos anos. E ao mesmo tempo buscamos, por meio
3198 de fontes secundárias, dados disponíveis nas redes sociais com relação à
3199 identificação dos empreendimentos já existentes e aqueles futuros naquela região
3200 em que se inserem. Eu acho que isso é muito importante, porque muitas das
3201 minerações, sejam de ferro mesmo ou de outros bens minerais, tem esses
3202 empreendimentos em áreas mistas, nem todas estão numa área rural. Pode ter
3203 cidade, sede de um município, muito próxima, então você tem que conhecer a
3204 vocação daquela região para que possa então fazer a sua análise ambiental
3205 integrada. Então foi observada também a questão de incrementos na
3206 infraestrutura existente, seja por demanda de água, seja por infraestrutura, seja
3207 de rodovias, acessos, estradas, seja com relação a áreas potenciais para serem
3208 observadas, áreas que estavam em processo de crescimento na parte de
3209 habitação, moradias; e as perspectivas de desenvolvimento daquela região.
3210 Então foi feita uma análise geral, não só do ponto de vista ambiental, mas do
3211 ponto de vista social e econômico e das questões necessárias do ponto de vista
3212 de infraestrutura. Na sequência também, em conjunto, foi feito todo um
3213 diagnóstico da região, para ver as potencialidades daquela região, seja nos
3214 aspectos físicos, ambientais e sociais. E também buscamos os requisitos legais
3215 aplicáveis e outros requisitos, nas esferas tanto federal, estadual e municipal.
3216 Então conhecendo todo esse panorama da situação daquele território foram
3217 identificados os aspectos socioambientais. Como eram inúmeros, nós colocamos
3218 aqui os mais relevantes, seja do ponto de vista de interesse ambiental, seja de
3219 interesse social e aqueles ritos legais todos já definidos. Então a partir disso

3220 buscaram-se os processos econômicos de desenvolvimento da região, de tal
3221 forma que se pudesse fazer essa análise de background da situação atual e da
3222 situação futura. Ao mesmo tempo foi feito um paralelo também a partir da
3223 definição dessa área de estudo, com base na metodologia adaptada do ZEE do
3224 Estado de Minas, os mapas de vulnerabilidade natural e potencialidade social,
3225 também a partir de dados secundários, e as interpretações de imagens. Nessa
3226 questão também foi feito todo um diagnóstico dessa área, de tal forma que
3227 pudemos formular situações atuais e futuras, que nós denominamos então como
3228 cenário de referência, cenário atual, cenário de desenvolvimento social, ambiental
3229 e econômico, como o cenário futuro. Para esses cenários, a gente conhecendo
3230 todo o diagnóstico, foram feitas as avaliações de impacto ambiental por meio de
3231 fatores ambientais e indicadores ambientais. Esses impactos foram mensurados
3232 em termos de magnitude, aqueles positivos e os negativos, e então foi feita uma
3233 proposição de medidas de controle e monitoramento, em foi possível identificar,
3234 de acordo com o setor econômico da região, seja mineral, industrial, de habitação
3235 ou de conservação, onde identificamos quais são as instituições envolvidas e
3236 necessárias para estarem tendo ações também em conjunto para a viabilidade da
3237 situação, um cenário futuro mais desejável do ponto de vista ambiental, social e
3238 econômico. Então aqui foram só alguns exemplos desse zoneamento, onde que
3239 na vulnerabilidade natural foram avaliadas tanto as questões bióticas e abióticas.
3240 Aqui tem alguns exemplos desses fatores ambientais em termos de
3241 biodiversidade, de unidade de conservação, relevância, áreas de APP. Do ponto
3242 de vista biótico, a questão de processos erosivos, disponibilidade de água, que é
3243 fundamental; a parte de contaminação de águas subterrâneas e a parte
3244 espeleológica; e também da potencialidade social, foram vistas as questões de
3245 potencial produtivo, potencial de natural, a utilização das terras; potencial
3246 humano, em termos de possíveis condições de aumento de demografia e
3247 condições sociais; e o potencial institucional na região. Então todas essas
3248 questões foram uma adaptação do ZEE do Estado. Então os mapas de
3249 vulnerabilidade natural foram feitos a partir de uma composição de camadas
3250 disponíveis em termos de biodiversidade, unidade de conservação, presença de
3251 APP. E todos esses mapas nesses fatores ambientais. Foram gerados mapas
3252 temáticos, e a partir daí foi possível então fazer esse mapa geral da
3253 vulnerabilidade natural. Aqui só alguns exemplos, porque foram muitos, então
3254 ficaria muito longa a apresentação do ponto de vista do que consideramos, dentro
3255 da vulnerabilidade biótica, os fatores condicionantes e quais os indicadores que
3256 queremos utilizar. Do ponto de vista biótico também, nos indicadores do ponto de
3257 vista biótico. Em termos de potencialidade social também. Realmente foram
3258 muitos fatores que consideramos para a região como os fatores mais
3259 condicionantes e aqueles indicadores e componentes ambientais de maior
3260 relevância. Então na potencialidade social nós buscamos os mapas de
3261 infraestrutura de transporte e de questões econômicas, demografia, condições
3262 sociais, e montamos então vários mapas temáticos, seja de rodovias, de geração

3263 de renda, de população residente, IDH, saneamento, ICMS, impostos pertinentes
3264 e existentes naquela região. E a mesma sobre quais foram os fatores indicadores
3265 considerados para potencialidade social. E a partir daí então foram feitas as
3266 análises da magnitude da vulnerabilidade natural, variando desde muito baixa até
3267 muito alta. Para ter uma classificação no momento em que geramos esses mapas
3268 temáticos a partir da sobreposição de camadas. Então para cada indicador foram
3269 dados pesos e ponderações de tal forma que pudéssemos cruzar essas
3270 informações depois também com o ZEE elaborado pelo Estado de Minas Gerais.
3271 Isso feito com base em uma equipe multidisciplinar, em que definimos quais
3272 seriam essas classes de avaliação. Esse é só um exemplo. Foram muitos. Só
3273 observando o mapa da vulnerabilidade natural, por exemplo, o cruzamento de um
3274 mapa da contaminação de aquíferos, potencialidade de cavidades, erosão,
3275 disponibilidade natural de água, condições de susceptibilidade geotécnica,
3276 fazendo a sobreposição dessas camadas, foi gerado o mapa da área de estudo
3277 definida, onde temos o mapa da vulnerabilidade natural, considerando o meio
3278 físico. A mesma coisa foi feita para vulnerabilidade natural para o meio biótico,
3279 onde se pegou em termos de relevância e conservação, a biodiversidade de fauna
3280 e flora, as unidades de conservação, presenças de APP. E da mesma forma, no
3281 momento em que você junta essas camadas, você tem um mapa da
3282 vulnerabilidade natural com relação ao meio biótico. Juntando tanto a
3283 vulnerabilidade natural abiótica e biótica, nós tivemos a geração desse mapa de
3284 vulnerabilidade natural, onde você identifica aquelas que têm uma vulnerabilidade
3285 muito alta até muito baixa. E essas mesmas considerações foram feitas para
3286 potencialidade social, porém as cores invertem. Aquelas mais favoráveis ficaram
3287 na cor azul, e as não favoráveis ou precárias ficaram na vermelha. Então as
3288 mesmas considerações foram feitas para todos aqueles fatores e indicadores
3289 ambientais. E da mesma forma foram feitas junções de vários mapas, de tal forma
3290 que foi elaborado o mapa então de potencialidade social daquela área. E a partir
3291 daí então foi feita a junção tanto da vulnerabilidade natural biótica e abiótica e a
3292 potencialidade social. Então é isso que fez uma geração de um mapa daquela
3293 região, uma área de estudo bem inferior ao zoneamento-ecológico econômico do
3294 Estado, mas pelo fato de ela ser menor você trabalhar em uma outra escala. Então
3295 foi possível comparar o mapa do ZEE do Estado com essa área de estudo que foi
3296 definida para esse projeto. E aí também foram criadas as zonas, igual tem o ZEE
3297 do Estado, onde que você consegue comparar esse mapa com o mapa do ZEE
3298 do Estado. Logicamente, em função do refinamento da escala de trabalho,
3299 algumas áreas que para o ZEE do Estado estavam em determinada zona, no caso
3300 do refinamento, acaba tendo essa alteração, em termos de algumas considerando
3301 zonas de maior potencial social e maior vulnerabilidade. Então foi interessante
3302 poder fazer esse tipo de comparação de um território menor e na escala de
3303 trabalho em que foi feito o ZEE do Estado. Como resultado do trabalho, foi gerada
3304 então uma matriz de interação tanto dos processos geradores do
3305 desenvolvimento quanto das questões ambientais, onde que para cada tema

3306 relevante foram identificados setores econômicos de maior participação, seja
3307 industrial, mineração, agropecuário, de conservação ou de habitação. E a partir
3308 disso pudemos observar e levantar quais são os temas que têm alguma
3309 necessidade de maiores tratativas ou aspectos ambientais que têm possíveis
3310 relações de conflito entre os diversos setores econômicos e setores sociais
3311 envolvidos. Em suma, é aquilo que eu tinha apresentado anteriormente. Para
3312 cada aspecto ambiental, nós avaliamos em termos de magnitude. A partir de
3313 então foi feito um plano de ação, onde feita então essa matriz, onde que para
3314 cada tema relevante identificado foram definidas algumas ações de
3315 acompanhamento prévio, quais são os objetivos e a justificativa deles e quais são
3316 as instituições envolvidas. O que identificamos na conclusão desse estudo é essa
3317 necessidade de compartilhamento de informações, porque a empresa A, a
3318 empresa B, a empresa do setor econômico, minerário, do setor industrial, essas
3319 informações não tem como compartilhar. Como esse trabalho foi pioneiro ainda
3320 nessa questão, a nossa base de informações foi toda a partir de dados
3321 secundários e de informações disponíveis nas redes sociais de cada empresa ou
3322 de cada órgão. Então nós fomos pesquisando. Então observamos o que já foi
3323 falado nas apresentações anteriores dessa necessidade de compartilhamento de
3324 informações, seja do ponto de vista de ganho de custo, de ganho de informação.
3325 Igual o Francisco colocou a necessidade de várias empresas vizinhas, todas elas
3326 fazendo o mesmo trabalho de monitoramento. Ou a necessidade de fazer, de
3327 repente, um estudo de água, de disponibilidade de água numa área maior. Então
3328 é essa necessidade que identificamos, essas informações nem todas elas
3329 estarem em consonância com as políticas, planos e programas do governo. Então
3330 é essa a conclusão dessa ferramenta, é uma ferramenta bastante ampla, que
3331 pode ter vários objetivos e vários resultados. E sempre lembramos dessa
3332 necessidade de interação entre os setores e empresas, de tal forma então que
3333 possamos ter o estudo baseado e possamos realmente avaliar os impactos, sejam
3334 eles cumulativos e sinérgicos, e tendo em vista as dinâmicas de crescimento,
3335 desenvolvimento ou até mesmo de não desenvolvimento. Essa avaliação
3336 ambiental integrada necessita, periodicamente, de ser revisada, de tal forma que
3337 essas informações possam ser atualizadas e que possamos ter um território com
3338 as condições ambientais desejadas, sem comprometer tanto a questão social,
3339 ambiental e econômica. A Sete agradece a oportunidade juntamente com a
3340 Gerda de estar apresentando o trabalho para vocês. Muito obrigada.” Francisco
3341 de Assis Lafetá Couto/Gerda S/A: “Nós estamos à disposição, senhor
3342 presidente, para responder eventuais perguntas.” Presidente Yuri Rafael de
3343 Oliveira Trovão: “Nós agradecemos, assim como à CBA, em nome da Secretaria
3344 de Estado de Meio Ambiente e em nome do Conselho. Eu agradeço à Dinalva, ao
3345 Francisco, ao pessoal da Gerda pela apresentação, pela disponibilidade de
3346 estarem participando da nossa reunião. Muito Obrigado.” Conselheiro Julio Cesar
3347 Dutra Grillo: “A Sete está de parabéns pelo trabalho, a Gerda está de parabéns
3348 por ter contratado o trabalho. Mas ali teve uma parte, a vulnerabilidade hídrica,

3349 que para mim não ficou muito clara. A minha maior preocupação sobre o processo
3350 de mineração concentrado que está ocorrendo no Quadrilátero Ferrífero são os
3351 imensos rebaixamentos de lençol freático que temos em toda a região. E uma
3352 coisa que fundamental para nós é conhecer. Esses rebaixamentos lençol freático
3353 aqui de hoje, aí saíram as mineradoras. Na hora que elas saíram, deixaram cavas,
3354 algumas se transformam em lagos. Como vai ficar a questão do nível de água das
3355 nascentes em relação ao que existia antes? Porque se você rebaixa quase
3356 uniformemente o nível do lençol freático em uma região muito grande, quando
3357 voltar à situação normal, você vai perder todas aquelas nascentes que estavam
3358 numa cota mais elevada do que o local do rebaixamento. Então esse impacto
3359 futuro é grande para a sociedade, grande para o meio ambiente e pode ser muito
3360 grande para a economia pública. Então eu acho importante que esse trabalho está
3361 sendo feito pela Sete tenha um item específico para a compreensão de todos
3362 esses rebaixamentos de lençol freático na mesma região. Isso é fundamental. Se
3363 nós queremos fazer uma análise ambiental estratégica – considerando que é
3364 estratégica para o futuro –, nós temos que analisar isso.” Francisco de Assis
3365 Lafetá Couto/Gerdau S/A: “A nossa observação é que aqui com 20 minutos não
3366 dá tempo de explicar todo a metodologia, todos os indicadores. Mas a sua
3367 preocupação é pertinente. Nós temos um rebaixamento, sim, em Várzea do
3368 Lopes, temos algumas nascentes, sim. Pelo modelo hidrogeológico que mostrava
3369 que elas seriam afetadas, nós temos que cumprir a condicionante de repor essa
3370 água no local desse impacto. Eu entendo tudo isso. Mas realmente em função do
3371 tempo não temos essa possibilidade de falar tudo. Mas é realmente uma
3372 preocupação grande do rebaixamento. É uma outorga acompanhada pelo IGAM
3373 e pela própria Supram também, mas nós vamos reforçar esse seu
3374 questionamento em relação ao rebaixamento também, que reputo como um dos
3375 impactos mais importantes da mineração de ferro no Quadrilátero Ferrífero.”
3376 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Hoje você já vê que tem algumas nascentes
3377 em que você tem que repor a água porque ela perdeu, mas daqui a 100, 150 anos
3378 você não vai estar mais ali, e essa água não será repostas.” Francisco de Assis
3379 Lafetá Couto/Gerdau S/A: “Quando você para o rebaixamento, a tendência é repor
3380 o nível freático, o nível de água voltar ao normal. Então aquelas nascentes que
3381 estariam impactadas vão ser reabastecidas pelo lençol freático.” Conselheiro Julio
3382 Cesar Dutra Grillo: “Teoricamente, sim. Mas se você tem um morro, e eu retiro
3383 esse morro, a cota aonde estava o nível da água antes era quase no topo do
3384 morro. Na hora que você retirou esse topo de morro a cota nova fica cá embaixo.
3385 Então as nascentes que estavam aqui vão deixar de existir. Não é durante a
3386 operação de vocês. Durante a operação de vocês, vai haver reposição, não tenho
3387 dúvida. E depois? Qual será o impacto disso quando parar a reposição? Em
3388 alguns casos, Francisco, eu concordo plenamente, na hora que parou a
3389 mineração, vai encher a cava de água, e volta o nível. Só alguns casos, mas tem
3390 casos que não são assim.” Francisco de Assis Lafetá Couto/Gerdau S/A: “Nós
3391 temos dois tipos de nascentes: nascente de dreno profundo ou nascente de dreno

3392 raso. As de dreno raso são aquelas nascentes que se comportam de acordo com
3393 o período chuvoso. Essas nascentes não são impactadas pelo rebaixamento,
3394 porque pega água da chuva, sai com mais vazão, e no período da seca ela seca.
3395 Essas nascentes não são afetadas pelo rebaixamento, e, sim, aquelas nascentes
3396 de dreno profundo, aquelas que estão ligadas diretamente ao lençol freático.
3397 Então são essas que monitoramos, essas que temos certeza de que, se você
3398 parar de bombear, vão ser repostas. As outras, não, as outras nascentes acima
3399 da cota, a grande maioria, são nascentes rasas, nascentes que estariam de
3400 acordo com a questão hidrológica, de chuva. Então essas não são afetadas pelo
3401 rebaixamento. Então essas, independentemente se parar o rebaixamento ou não,
3402 vão virar um regime hidrológico. Então nisso tudo é feito um acompanhamento
3403 grande, com empresas de capacidade, de hidrogeólogos. Então temos plena
3404 convicção de que aquelas nascentes de dreno profundo que são impactadas, ao
3405 paralisar o rebaixamento, elas vão retornar com a vazão anterior. Mas está
3406 entendida a sua colocação.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu gostaria de
3407 ter a sua certeza, mas acho que, nos casos em que você tira o morro, você
3408 automaticamente trouxe o nível do lençol freático para a base daquele morro que
3409 você tirou. Essa é só uma questão com que eu venho há muito tempo, mas que
3410 eu gostaria que fosse contemplada nesses estudos. Porque eu estou no
3411 ‘achômetro’. É claro, estou no ‘achômetro’.” Francisco de Assis Lafetá
3412 Couto/Gerdau S/A: “Nós temos o exemplo de Águas Claras. Do outro lado é o
3413 Parque das Mangabeiras. Nascentes na cota bem acima estão até hoje lá e
3414 monitoradas. Por quê? Porque são nascentes rasas, nascentes que variam de
3415 acordo com a chuva. Mesmo com toda aquela cava de Águas Claras bem abaixo
3416 daquelas nascentes, elas continuam na cota muito superior à cota do
3417 rebaixamento feito pela Vale. Porque são nascentes que não são interferidas pelo
3418 rebaixamento. Isso é realmente provado.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
3419 “Em relação àquelas que são afetadas pelo rebaixamento.” Francisco de Assis
3420 Lafetá Couto/Gerdau S/A: “Essas, sim.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes
3421 de Lima: “Tanto a apresentação anterior feita pela CBA, como a apresentação da
3422 Gerdau – eu queria parabenizar também a Gerdau, na pessoa do Kiko – e da Sete
3423 também foram excelentes, muito claras. Eu só vou tirar uma conclusão disso tudo.
3424 Inclusive, isso é para o bem da mineração. Tudo isso nos leva, todas as
3425 avaliações ambientais integradas, avaliações ambientais estratégicas, sejam elas
3426 na área mineral, como na área de recursos hídricos, que tem muito a ver com a
3427 mineração – não podemos desligar um assunto do outro –, isso é um trabalho que
3428 já vem sendo feito há muitos anos na parte de recursos hídricos. Os trabalhos que
3429 foram feitos há muitos anos também pela Codemig. Está aí o Paulinho, que pode
3430 comprovar isso. Foram as avaliações geológicas, hidrogeológicas, com o
3431 mapeamento de quase todo o Estado de Minas Gerais, uma boa parte do Estado.
3432 Pelo menos na parte do Quadrilátero Ferrífero eu tenho certeza de que foi tudo
3433 feito, nas zonas principais minerais. Ou seja, juntando o trabalho da Codemig,
3434 trabalhos que são incansáveis de serem feitos em nível de licenciamentos

3435 ambientais. Muitas vezes, a Sete não tomou esses exemplos, porque tomou
3436 dados secundários, mas também existem dados primários de excelente qualidade
3437 que estão aí nos arquivos da SEMAD. Juntando isso tudo, tudo isso é apenas um
3438 fator importante para voltar lá em 2003/2004, quando foi estabelecido em Minas
3439 Gerais o ZEE. Por exemplo, a apresentação da Dinalva, muito bem apresentada,
3440 leva em consideração a base toda do ZEE, zoneamento-ecológico econômico. É
3441 disso que nós precisamos. Tudo que foi falado aqui é simplesmente para poder,
3442 primeiro, facilitar uma avaliação ambiental estratégica mineral. Em segundo lugar,
3443 fazer com que as políticas minerais, a política mineral do Estado de Minas Gerais
3444 seja realmente revista, seja replanejada em função de tudo isso. Então eu quero
3445 deixar isso como a minha participação aqui, dentro dessa visão macro do Estado
3446 da viabilização cada vez mais da mineração sustentável e desse trabalho que,
3447 provavelmente, será conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.”
3448 Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: “Complementando a fala do
3449 Orsini sobre a questão do acompanhamento, do gerenciamento, da coordenação
3450 da Sede, com certeza, são trabalhos que demandam a participação do Estado
3451 como um todo, como eu ponderei anteriormente. Nós vemos a dimensão de um
3452 trabalho que foi feito, no caso, pela Gerdau, assim como pela CBA, e vemos que
3453 a informação é fundamental, certamente, em termos de dados secundários, como
3454 de dados primários, muito bem lembrados pelo Orsini. Nós sabemos do
3455 patrimônio, dos arquivos, no caso, que a Codemge tem, especialmente a
3456 Codemge hoje. São muitas informações, e a relevância disso tudo é exatamente
3457 onde entram as políticas públicas e a visão de governo, no sentido de entrelaçar
3458 tudo isso. É uma tarefa difícil, não tem como ser um trabalho fácil, mas de
3459 relevância inquestionável. Finalmente, só parabenizando a Sede, na minha
3460 pessoa da Dinalva, que foi minha colega. Há anos que eu não a via. Um prazer
3461 revê-la. E ao Kiko também. É um prazer rever a turma toda. Estão de parabéns
3462 todos vocês.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Yuri, eu queria pedir, por
3463 favor, para colocar todas essas apresentações no site. As apresentações estão
3464 realmente muito boas, são muito instrutivas. Eu aprendi muito com as duas
3465 apresentações e gostaria que estivessem no site.” Presidente Yuri Rafael de
3466 Oliveira Trovão: “Eu já solicito autorização do Francisco, e depois da CBA – o
3467 pessoal já saiu –, para disponibilizar no site.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
3468 “E a da SEMAD também.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Foi
3469 falado na discussão, e, quando finalizou, o Kiko conversando com o Julio. E o que
3470 nós entendemos? O Kiko falando uma teoria, o Julio, outra. O Kiko acabou
3471 convencendo. Essa análise integrada que fazemos, por exemplo, eu, no meu
3472 ponto de vista, no meio dos dois, falaria: precisa de uma análise hidrogeológica
3473 para definir direitinho se o morro vai fazer falta, se não vai fazer falta, como é o
3474 processo todo. E a análise hidrogeológica é muito mais ampla que o próprio
3475 empreendimento em si. E essa que é a importância dessa análise integrada. Tipo
3476 assim, vamos avaliar: o minério ocorre na serra do Curral e adjacências, por
3477 exemplo, mas também ocorre a água, como foi bem falado. Qual é a capacidade

3478 de suporte de acontecerem minerações ali? É isso, é para falar: nós temos que
3479 escolher entre a água e a mineração. A água é muito importante, você só pode
3480 abrir uma cava de vez. Aí você fecha e só vai poder minerar daqui a dez anos,
3481 quando exaurir aquela outra cava. Aí você pode abrir uma outra cava quando
3482 estiver recuperando. É isso o sentido da coisa, precisamos fazer isso, não tem
3483 como fugir disso. Essa análise integrada caminha nesse processo. Os dois
3484 exemplos que foram colocados, parabenizar todo mundo que está fazendo, mas
3485 é o que se espera de mínimo para uma empresa de mineração séria. Então eu
3486 acho que temos que perseguir esses modelos e melhorar.” Presidente Yuri Rafael
3487 de Oliveira Trovão: “Eu acho que as apresentações, até a solicitação que foi feita
3488 pelo Conselho, são justamente nessa linha. Nós trouxemos aqui duas grandes
3489 empresas que estão demonstrando a sua experiência, embora pontual, por serem
3490 empresas, e agora também nós trouxemos também a manifestação do Estado,
3491 assim como a Maria Eugênia também já falou dos encaminhamentos que o
3492 Estado está fazendo. É um primeiro passo que estamos dando, que as empresas
3493 também estão dando, e eu acho que o caminho é esse que nós estamos querendo
3494 aqui mesmo, é ter uma avaliação ambiental integrada, em que podemos avaliar
3495 isso tudo dando maior certeza ao desenvolvimento ambiental. Mas aí eu
3496 agradeço, mais uma vez, Francisco, pessoal da Gerdau, pessoal da CBA, por
3497 terem demonstrado a experiência de vocês. Está sendo exemplo para nós, foi
3498 parabenizado por todos os conselheiros. Não seria diferente. Claro que tem as
3499 observações que foram feitas pelo Julio, o Dr. Orsini, a própria Maria Eugênia, por
3500 você, Luiz, para melhorar. Assim como foram feitas também naquela
3501 apresentação feita pelo Estado. Eu acho que o caminho é esse mesmo. E foi esse
3502 o caminho solicitado aqui durante aquela reunião, para alinharmos um
3503 procedimento e darmos uma sequência, uma luz, para sairmos da caverna.
3504 Vamos colocar dessa forma.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
3505 assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu
3506 a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias